

**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E  
MUCURI**

**Programa de Pós-Graduação em Educação**

**Neusa Aureliana Ribeiro**

**FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DE PROFESSORES DA ESCOLA NORMAL  
OFICIAL DE DIAMANTINA – 1951 - 1954**

**Diamantina**

**2019**

**Neusa Aureliana Ribeiro**

**FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DE PROFESSORES DA ESCOLA NORMAL  
OFICIAL DE DIAMANTINA – 1951 - 1954**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito parcial, para obtenção do título de Mestre em Educação.

**Orientador:** Prof. Dr. Flávio César Freitas Vieira.

**Diamantina**

**2019**

Elaborado com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

R484f

Ribeiro, Neusa Aureliana

Formação e atuação de professores da Escola Normal Oficial 1951-1954 / Neusa Aureliana Ribeiro, 2020.

104 p. : il.

Orientador: Flávio César Freitas Vieira

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2020.

1. Profissionalização. 2. Escola Normal Oficial de Diamantina. 3. Atuação de professores. I. Vieira, Flávio César Freitas. II. Título. III. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

**CDD 370.71**

Ficha Catalográfica – Serviço de Bibliotecas/UFVJM  
Bibliotecária Nádia Santos Barbosa, CRB-6/3468

NEUSA AURELIANA RIBEIRO

**Formação e atuação de professores da Escola Normal Oficial de  
Diamantina 1951-1954**

Dissertação apresentada ao  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO, nível de  
MESTRADO como parte dos requisitos  
para obtenção do título de MESTRA  
EM EDUCAÇÃO

Orientador (a): Prof. Dr. Flávio César  
Freitas Vieira

Data da aprovação : 29/11/2019



Prof.Dr. FLÁVIO CÉSAR FREITAS VIEIRA - UFVJM



Prof.Dr. LEONARDO SANTOS NEVES - UFVJM



Prof.Dr.ª DAYSE LUCIDE SILVA SANTOS - IFNMG

DIAMANTINA

## AGRADECIMENTOS

*“Em tudo dai graças porque esta é a vontade de Deus em Cristo para convosco”  
(Tessalonicenses,5,18).*

Agradecer sempre!

Em especial agradeço ao Supremo Maior de tudo: Deus!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Jamais posso deixar de agradecer ao professorado que atuou na Escola Normal Oficial de Diamantina entre o período de 1952 a 1954 e que cumpriu com dedicação e responsabilidade sua profissionalização. Essa dissertação eu não a escrevi sozinha. Tive a ajuda da orientação do professor Dr Flávio César Freitas Vieira, mas os argumentos só foram possíveis mediante a trajetória do ser professor, que vocês construíram.

Agradeço a meu orientador professor Dr Flávio César Freitas Vieira pela paciência, estímulo e ao tempo em que dedicou para me orientar no percurso dessa dissertação. Obrigada pelo tempo em que fui bolsista no Projeto da ENOD sob sua Coordenação, aprendi muito com suas orientações nos caminhos da pesquisa. Que Deus lhe abençoe juntamente com sua família!

Sincera gratidão a todos os professores que ministraram as disciplinas do Mestrado em Educação/2017, ao Coordenador Professor Dr Marcus Guelpeli, Secretário Evandro Amorim e também a Géssica e Emanuel.

Agradeço carinhosamente à Banca composta pelos professores D<sup>rs</sup> Mara Lúcia Ramalho e Leonardo Santos Neves, que me avaliaram nos Seminários I, II e a professora Dayse Lúcida Santos por ter aceitado a compor a Banca de minha Qualificação e Defesa. Obrigada professores. Suas sugestões foram de grande valia.

Agradeço aos funcionários da Escola Estadual Professor Leopoldo Miranda pelo auxílio de estarem sempre apostos para ajudar-me. Muito obrigada aos professores Adevanilde, Adão Costa, aos Diretores Telma do Socorro Morais, Carlos, Cesário e Quirino, Leni Cruz, as secretárias Geliane, Cirlene, Aline, aos professores Hamilton e Benfica. Digo obrigada também, a amizade formada com alguns alunos que movidos pela curiosidade, se aproximaram várias vezes da sala de pesquisa, para obterem informações a respeito do trabalho realizado naquele espaço.

Agradeço à Diretora da Escola Estadual Mata Machado Isabel Cristina dos Santos e secretárias Rose, Jussay e Adriana.

Ao Senhor Serafim Jardim, Rômulo José Barbosa e demais funcionários da Casa de Juscelino.

Obrigada aos funcionários da Mitra, Verônica Mota e Zuleima e demais funcionários.

Aos funcionários do Acervo de Jornais do Pão do Santo Antônio.

A Deomir Reis do IBGE e demais funcionários pela presteza do atendimento e a confiança. Valeu a procura do Mapa Político de Diamantina nos arquivos dessa instituição.

Ao Diretor da Universidade Estadual de Minas Gerais José Luís e demais funcionários.

Sinceros agradecimentos à família do professor e Dr Alcides Meira através de seus filhos Ágnus Aécio de Meira e Ângelus Meira. Ao sobrinho do professor e Dr Alcides Meira, professor Éric Johan N. S. Meira.

Ao Diretor do Colégio Diamantinense professor Hermes Werneck. Muito obrigada professor pela sua disponibilidade e o interesse de contribuir com essa pesquisa, abrindo os arquivos e disponibilizando-os.

Agradeço aos funcionários da Biblioteca Antônio Torres Aderlaine e Roni pela presteza no atendimento.

Agradecimentos a Senhora Temis Mandacaru.

Agradeço a todos os meus colegas do Mestrado de 2017. A Alice Matoso e Martha Castanheira pela presteza e amizade.

Reforço dizendo, muito obrigada a todos.

## RESUMO

Esse estudo insere no campo de pesquisa da História da Educação, especificamente na História das Instituições Educativas e tem como foco a formação e atuação de professores que lecionaram na Escola Normal Oficial de Diamantina (ENOD) entre 1951 a 1954. Foram professores que ministraram aulas para o Curso de Formação de professores na Escola Normal Oficial de Diamantina. O marco temporal inicia-se em dezembro de 1951, quando foi reaberta a ENOD por ato do Governador de Minas Gerais Juscelino Kubistchek de Oliveira pela Lei 840 de 26 de dezembro de 1951, e o marco final corresponde à conclusão da primeira turma de professorandas que formaram após a reabertura da escola. O objetivo Geral é conhecer quais foram os resultados obtidos na relação entre as formações iniciais dos professores efetivos da ENOD e as suas respectivas atuações profissionais diante da expectativa sócio educacional da comunidade de Diamantina e região, de 1951 a 1954, para com essa instituição. Visando conhecer a dimensionalidade referente à formação de professores da Escola Normal Oficial de Diamantina entre 1952 e 1954, o estudo foi fundamentado com a metodologia da pesquisa documental, tendo etapas de revisão de literatura referente à temática profissionalização de professores e teve como suporte teórico Nóvoa (1991), Faria Filho; Vidal (2000), Contreras (2002), Araújo (2003, 2008), Saviani (2009), Vieira (2004, 2009), dentre outros. Foi realizada a coleta e identificação das fontes; catalogação e análises. De acordo com os resultados obtidos percebeu-se que na maioria das vezes a lei é elaborada com a função de proibir e isso prejudica o avanço da formação profissional do professor. A lei responsabiliza pela estruturação do perfil do professor, mas nem sempre ela é elaborada como o objetivo de beneficiar essa categoria. No que tange aos resultados obtidos nos processos educativos em relação às formações iniciais dos professores da ENOD e as suas respectivas atuações profissionais de 1952 – 1954 para com a instituição, constatou-se que o professorado teve como licença oficial para atuar, o suporte legal da Reforma Capanema, também conhecida como Lei Orgânica do Ensino Normal nº 8.530 de 2 de janeiro de 1946, a qual controlou os processos educativos do período investigado (1952-1954). Constatou-se que a homologação dessa lei até os anos 60 ante à profissionalização de professores contribuiu para a permanência da falta de políticas públicas que pudessem intervir na mudança do processo de formação dessa categoria. Foi identificado 31 professores atuantes na Escola Normal Oficial de Diamantina no período investigado, e possuíam em sua maioria, como perfil de formação o Curso Ginásial (2º grau). A Lei Orgânica exigia que para atuar como professor era necessário que esse profissional tivesse cursado o Curso de Formação de professores, o qual era ofertado nas Escolas Normais e nos Institutos de Educação.

**Palavras-chave:** Profissionalização. Escola Normal Oficial de Diamantina. Atuação de professores.

## ABSTRACT

This study is part of the History of Education research field, specifically in the History of Educational Institutions and focuses on the training and performance of teachers who taught at the Escola Normal Oficial de Diamantina (ENOD) between 1951 and 1954. They were teachers who taught classes for the Teacher Training Course at the Escola Normal Oficial de Diamantina. The timeframe begins in December 1951, when ENOD was reopened by act of the Governor of Minas Gerais Juscelino Kubistchek de Oliveira by Law 840 of December 26, 1951, and the final milestone corresponds to the completion of the first group of teachers that formed after the school reopened. The General objective is to know what were the results obtained in the relation between the initial training of effective teachers at ENOD and their respective professional activities in view of the socio-educational expectation of the community of Diamantina and region, from 1951 to 1954, towards this institution. Aiming to know the dimensionality related to the training of teachers at the Escola Normal Oficial de Diamantina between 1952 and 1954, the study was based on the methodology of documentary research, with stages of literature review related to the theme of professionalization of teachers and had the theoretical support Nóvoa (1991), Faria Filho; Vidal (2000), Contreras (2002), Araújo (2003, 2008), Saviani (2009), Vieira (2004, 2009), among others. The collection and identification of sources was carried out; cataloging and analysis. According to the results obtained, it was noticed that most of the time the law is designed with the function of prohibiting and this hinders the advancement of the professional training of the teacher. The law is responsible for structuring the teacher's profile, but it is not always designed as the objective of benefiting this category. Regarding the results obtained in the educational processes in relation to the initial training of ENOD teachers and their respective professional activities from 1952 - 1954 to the institution, it was found that the teaching profession had the legal support of Capanema Reform, also known as the Organic Law of Normal Education No. 8,530 of January 2, 1946, which controlled the educational processes of the investigated period (1952-1954). It was found that the approval of this law until the 1960s in view of the professionalization of teachers contributed to the permanence of the lack of public policies that could intervene in changing the formation process of this category. 31 teachers working at the Escola Normal Oficial de Diamantina were identified during the period under investigation, and most of them had the Junior High School course as a training profile. The Organic Law required that in order to act as a teacher it was necessary that this professional had attended the Teacher Training Course, which was offered in the Normal Schools and in the Institutes of Education.

**Keywords:** Professionalization. Official Normal School of Diamantina. Performance of teachers.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Professor Leopoldo Luiz de Miranda.....	23
Figura 2- Suprimida a Escola Normal Oficial de Diamantina.....	25
Figura 3- Foto do Mapa Político de Diamantina: Década dos anos 50.....	32
Figura 4- Termo de abertura do Registro de Ponto dos Professores (1952).....	35
Figura 5- Foto dos professores da Escola Américo Lopes.....	57
Figura 6- Foto da Residência da professora Helena Lopes.....	68
Figura 7- Relação do corpo docente da ENOD entre 1952 a 1954.....	72
Figura 8- Foto do Grupo Escolar Júlia Kubistchek. Instituição que teve Helena Lopes como 1ª Diretora.....	73
Figura 9- Diploma da professora Helena Lopes – Escola Normal de Nossa Senhora das Dores.....	78
Figura 10- Diploma da Professora Helena Lopes – Instituto de Educação de Minas Gerais.....	78
Figura 11- Foto do Colégio Nossa Senhora das Dores .....	80

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01- Denominações da ENOD de 1952 a 1954.....	26
Quadro 02 – Projetos de destaque disputando a opinião pública diamantinense no final do século XIX e inícios do século XX.....	28
Quadro 03 – Projetos e assuntos relacionados à educação discutidos na Ata da Câmara Municipal de Diamantina no período de 1951.....	31
Quadro 04 – Necessidades mais prementes em Diamantina nos inícios de 1950.....	34
Quadro 05 – Diretores da Escola Normal Oficial de Diamantina de 1952 a 1954.....	36
Quadro 06 – Organização dos Ciclos e Cursos da ENOD 1952 a 1954.....	37
Quadro 07 – Disciplinas do Curso Normal de Formação de professores conforme a Lei 8.530 de 02/01/1946.....	39
Quadro 08– Disciplinas ofertadas pelo Curso Normal de Formação de Professores na ENOD 1952 A 1954.....	40
Quadro 09 – Organização de turmas dos cursos de Formação e Ginásial da ENOD entre 1952 e 1954.....	41
Quadro 10– Matrículas realizadas na ENOD por especificação entre 1952, 1953 e 1954.....	42
Quadro 11 – Composição do quadro do grupo de professores do Curso de Formação da ENOD entre 1952 a 1954 e suas respectivas disciplinas.....	45

## **LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS**

EUA – Estados Unidos da América

EEPLM – Escola Estadual Professor Leopoldo Miranda

ENOD – Escola Normal Oficial de Diamantina

EEMM – Escola Estadual Mata Machado

ENRAL – Escola Normal Regional Américo Lopes

FEVALE – Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha

GED – Grupo Escolar de Diamantina

IBGE – Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

IPASE – Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado

MG – Minas Gerais

MEC – Ministério da Educação e Cultura

SAMDU – Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência

SRE – Superintendência Regional de Ensino

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2. A ESCOLA NORMAL OFICIAL DE DIAMANTINA.....</b>	<b>19</b>
2.1 As Escolas Normais e a consolidação da ENOD no século XX.....	19
2.2 Diamantina e o projeto de educação da elite no século XX.....	27
2.3 A ENOD e a Legislação Orgânica 8.530 de 02 de janeiro de 1946.....	34
2.4 Formação e identificação dos professores efetivos da ENOD.....	44
2.5 Políticas Públicas educacionais no Brasil, Minas Gerais e especificamente na sociedade de Diamantina entre o período de 1930 a 1950.....	47
<b>3. PROFISSIONALIZAÇÃO DE PROFESSORES.....</b>	<b>61</b>
3.1 Embasamento teórico.....	61
3.2 Dados biográficos do professor Dr Alcides Meira.....	65
3.3 Dados biográficos do professor Gabriel de Amicis Mandacaru.....	66
3.4 Dados biográficos da professora Helena Lopes.....	69
<b>4. ATUAÇÃO DE PROFESSOR.....</b>	<b>71</b>
4.1 Tempo integral ou principal na atuação.....	71
4.2 Suporte legal para formação.....	74
4.3 Dados legais da formação.....	76
4.4 Dados sobre a formação de professor.....	77
4.5 Instituição com formação específica.....	79
4.6 Associação ou coletivo que reconhece a identidade profissional.....	82
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>85</b>
<b>6. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>93</b>
6.1 Fontes Documentais.....	93
6.2 Bibliografia.....	95

## INTRODUÇÃO

O presente estudo visa investigar a formação e atuação de professores que lecionaram na Escola Normal Oficial de Diamantina (ENOD) entre o período de 1952 a 1954. Foram professores que ministraram aulas para o Curso de formação de professores na Escola Normal Oficial de Diamantina.

A participação no projeto “Restabelecimento da ação formadora de professores na Escola Normal Oficial de Diamantina: 1951 – 1974” que aconteceu quando era aluna na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha (UFVJM) muito contribuiu para o delineamento desta pesquisa<sup>1</sup>. O fato de ter atuado como bolsista de Iniciação Científica (IC) pela Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, na UFVJM de Diamantina proporcionou a oportunidade de estar diretamente em contato com a pesquisa. Posteriormente, com o ingresso no Grupo de Estudos em Pesquisa em Formação Professor e História da Educação dos Vales – GEPPDHE – Vales, consolidou a proximidade com o objeto de pesquisa, a Escola Normal Oficial de Diamantina (ENOD).

Quando aprovada no Programa de Pós-Graduação, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, em Diamantina, fiz uma revisão na documentação que já possuía referente à ENOD. Em razão disso, em 2015, meu Trabalho de Conclusão de Curso, TCC, do Curso de Bacharelado em Humanidades (BHU) foi escrito sobre uma das dimensões dessa instituição: “Formação de Professores da Escola Normal Oficial de Diamantina (1960 a 1970): entre momentos e mudanças”.

Em 2017 ao concluir a Licenciatura em Pedagogia, escrevi sobre outra temática referente à instituição sob o título de “A disciplina de Francês na Escola Normal Oficial de Diamantina (1955 – 1959)”. Essas pesquisas foram relevantes para o meu contato tanto com a documentação, quanto ao conhecimento do acervo, fato esse que contribuiu para o andamento dessa pesquisa.

Para o norteamento do estudo foram elaboradas 3 questões: 1ª) Após a reabertura da ENOD quais foram às condições de trabalho dos professores, suas dificuldades e expectativas e os resultados obtidos na primeira década dessa escola? 2ª) Qual o posicionamento dos os professores e da sociedade diamantinense sobre a reabertura da escola?

---

<sup>1</sup> Esse projeto tem como Coordenador o Professor Dr Flávio Cesar Freitas Vieira

Diante dessas questões a delimitação do problema consiste em saber quais foram os resultados obtidos nos processos educativos em relação às formações iniciais dos professores da ENOD e as suas respectivas atuações profissionais de 1951 – 1954? O estudo tem como objetivo geral conhecer quais foram os resultados obtidos na relação entre as formações iniciais dos professores da ENOD e as suas respectivas atuações profissionais diante da expectativa sócio educacional da comunidade de Diamantina e região, de 1951 a 1954, para com essa instituição. Visando atingir esse objetivo foram consultadas as fichas individuais dos professores arquivadas no acervo da Escola Estadual Professor Leopoldo Miranda (EEPLM) e constatada a defasagem de documentação dos professores que atuaram na instituição no período investigado.

Foram elaborados três objetivos específicos. O primeiro, identificar quantos e quais foram os professores efetivos da ENOD no período investigado. Para tanto, consultou-se as fichas individuais dos professores arquivadas no acervo da EEPLM. O segundo objetivo foi descrever trajetórias de formação e de atuação profissionais de professores da ENOD no período investigado. As fichas individuais dos professores arquivadas no acervo da EEPLM foram consultadas como também em outras instituições onde os professores atuaram como Colégio Diamantinense, Escola Estadual Mata Machado, UEMG (antiga FAFIDIA).

O terceiro objetivo, contextualizar a reabertura da ENOD na sociedade diamantinense e região. Para isso foram consultados os jornais Pão de Santo Antônio, A Estrela Polar e Voz de Diamantina os quais se encontram arquivados nas Bibliotecas Antônio Torres e Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina. Foram lidos artigos que delineiam sobre essa instituição, a Lei Orgânica do Ensino Normal nº 8.530 de 2 de janeiro de 1946 e a Lei nº 840 de 26 de dezembro de 1951 de abertura.

Como foi mencionado há pouco essa investigação tem por foco o conhecimento sobre a formação e atuação de professores na Escola Normal Oficial de Diamantina (ENOD) no período de 1951 a 1954. Com base nos anos de 1952, 1953, 1954 os docentes identificados atingiu cerca de 31 com perfis de formação em Matemática, Inglês, Francês, Canto, História, Sociologia, Português, Geografia, História, Biologia, Ciências, Metodologia, Química e Física.

Aspectos socioeconômico cultural local e a cultura escolar da ENOD foram associados considerando-se os aspectos de representação de parte da sociedade diamantinense, como também, o contexto político social de Minas Gerais e do Brasil,

pois os professores da ENOD são representantes de parte dessa configuração social. O marco temporal da pesquisa compreende o período de atuação dos professores da ENOD entre 1951 a 1954. Sendo 1951, o ano de sua reabertura com a organização e a estruturação das atividades educativas. E, 1954, que corresponde o ano em que se formam as primeiras normalistas do Curso de Formação de professores ofertado pela ENOD.

Para alcançar os objetivos propostos nesse presente estudo foi necessário traçar seu caminho teórico metodológico considerando tanto os métodos, os procedimentos e os materiais utilizados para a realização dessa investigação. A escolha de pesquisar sobre a ENOD justificou-se pelo fato dela ser uma instituição localizada na cidade onde moro e por sua especificidade que a destaca entre as demais escolas diamantinenses, ou seja, foi uma escola formadora de professoras para atuarem no ensino das séries primárias.

A metodologia da pesquisa quanto à abordagem é qualitativa. Uma abordagem qualitativa “responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado” (MINAYO, 2001, P. 21). Esse tipo de abordagem lida com um universo de “significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

A pesquisa documental foi adotada como procedimento e se consistiu de quatro etapas: coleta; identificação; catalogação e análises parciais e finais. Inicialmente realizou-se uma visita nas instituições com o intuito de fazer um levantamento sobre a documentação arquivada, para saber se continha elementos compatíveis com a formação e atuação dos professores que atuaram na Escola Normal Oficial de Diamantina entre o período de 1952 a 1954.

As instituições visitadas foram a EEPLM, Escola Estadual Mata Machado (EEMM), UEMG, Escola Estadual Professor Mandacaru, colégio Diamantinense, UEMG e Casa de Juscelino. Com exceção da EEPLM a visita nas demais instituições foi necessária pelo fato dos professores da ENOD terem atuado em outros educandários da cidade. Na Casa de Juscelino a visita objetivou em encontrar informações relacionadas ao funcionamento da Escola Normal Oficial de Diamantina, mas nada foi encontrado. Como também na Escola Gabriel Mandacaru o objetivo da

visita foi a de encontrar informações sobre esse professor que atuou na ENOD, mas não se encontrou nada de informação a seu respeito. Nos acervos da Mitra Arquidiocesana, Biblioteca Antônio Torres e Pão do Santo Antônio realizou-se um levantamento sobre os jornais de Diamantina que foram publicados no período entre 1951 a 1954.

Na EEPLM os documentos passaram por um processo de higienização e organização e a coleta de dados nessa escola aconteceu de maneira cautelosa e demorada, por ser o espaço do objeto de estudo em questão. Observou-se que o acervo dessa escola encontra-se organizado em caixas de plástico resistente, contendo dentro delas a documentação dos professores inativos, os quais estão separados em envelopes pardos com a descrição dos nomes de cada professor. Por intermédio da coleta nesse acervo foi possível constatar a defasagem de documentos principalmente os pertencentes aos professores.

Foram analisados os livros de pontos do professorado referentes aos anos 1952, 1953 e 1954 e esses documentos contribuíram para o desenvolvimento de vários segmentos do estudo como, informação de quais professores lecionou no período analisado, quais disciplinas ministraram e quais turmas existiam na época, conhecer quando iniciaram as primeiras aulas após a reabertura da escola em 1952 e em quais turnos as aulas foram realizadas.

Foram coletados no Livro de Ponto de professores da EEPLM dados referentes aos primeiros Diretores que conduziram as atividades no pós-reabertura da instituição e o tempo de vigência de cada um enquanto diretor do educandário. Através do Livro de Livro de Matrícula de alunos foi possível conhecer o número de alunos matriculados na escola entre o período de 1952 a 1954, como também, o primeiro Diretor do pós-reabertura da instituição.

A pesquisa realizada na Escola Estadual Mata Machado justifica-se pelo fato de que essa escola foi também espaço de atuação de alguns professores da ENOD. Na EEMM foi realizada a pesquisa nos Livros de Registro de Ponto dos professores, sendo 04 livros de registros correspondentes ao período de 1951 a 1954. Esse acervo pertence à Secretaria da própria instituição e está organizado e em ótimo estado de conservação.



No acervo pertencente ao Memorial da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)<sup>2</sup> de Diamantina foi identificada a documentação da professora Helena Lopes que atuou na ENOD e também na Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha (FEVALE). Os documentos desse acervo estão bem organizados e conservados.

Realizou-se uma leitura no livro de Atas do Colégio Diamantinense datada de 1934 o qual contém 200 páginas, e nele contém apenas o assentamento da Ata de criação da instituição. Nessa ata encontrou-se a assinatura do professor Mandacaru, onde ele assinou como representante de outras Associações diamantinenses, sendo a União Operária Beneficente, Sociedade Beneficente de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e Ypiranga Futebol Clube. Foi identificada também nessa instituição uma foto com vários professores e dentre eles o professor Gabriel de Amicis Mandacaru.

Foram lidos os Livros de Atas nº 02 dos períodos entre 1950 a 1953 pertencentes à Câmara Municipal de Diamantina. Pela leitura realizada nesses documentos teve-se a identificação dos debates e discussões dos representantes políticos diamantinenses, com relação à questão que envolveu a educação nessa cidade e em seus respectivos distritos.

No decorrer da leitura das Atas da Câmara foi identificado projetos sobre a educação que era apresentada pelos vereadores na intenção de serem aprovados, mas pela maneira como consta a descrição no documento, nem sempre é possível saber se o projeto foi aprovado ou não. Constatou-se por meio dessas atas que o professor Gabriel Amicis Mandacaru foi Secretário da Câmara Municipal de Diamantina no decorrer do período investigado pela pesquisa assim como também se identificou o professor Dr. Alcides Meira como vereador. Não foi constatada nessas atas nenhuma referência destinada ao assunto de restabelecimento da ENOD.

No Acervo da Biblioteca Antônio Torres foi identificado o Jornal A Voz de Diamantina pertencente aos anos de 1953 e 1954. Na Mitra foi possível identificar a coleção de Jornais A Estrella Polar referentes aos anos de 1951, 1952, 1953 e 1954. Quanto ao acervo do Pão de Santo Antônio se encontra digitalizado<sup>3</sup> e sua

---

<sup>2</sup> A documentação da UEMG Diamantina (antiga FAFIDIA) está em ótimo estado de conservação. As caixas onde se encontram arquivadas a documentação dos professores Valmir Lessa Couto e Helena Lopes estão etiquetadas com as descrições dos períodos de 1968 a 1972.

<sup>3</sup> Esse Acervo é composto pelos periódicos do Pão de Santo Antônio e Voz de Diamantina. A realização da digitalização desse Acervo foi possível através do Projeto Memória do Pão de Santo Antônio, realizado pela Associação do Pão de Santo Antônio. O Projeto foi patrocinado pela Petrobras e contou

coleção de jornais contemplou o período entre 1951 a 1954 e a digitalização desse acervo facilitou o desenvolvimento da pesquisa. Após a identificação desses jornais foi realizada a leitura desses documentos com atenção a todos os assuntos neles inseridos, com o objetivo de encontrar informações referentes à temática da pesquisa. Um jornal pode ser utilizado como fonte documental numa pesquisa.

Ler o jornal como um documento significa perceber que um jornal existe como um artefato produzido, desde a escolha das notícias a ser publicadas, passando pela redação do texto a publicar, o tipo (formato e tamanho da letra) a ser utilizado, se há ou não destaque visual (símbolos, gravuras, ilustrações), até à escolha do lugar onde o texto (ou a imagem) será colocado dentro do jornal. Enfim, uma série de opções que, por si só, podem alterar o impacto do texto sobre o leitor, quando não seu conteúdo (GOODWIN JÚNIOR, 2015, p. 101-102).

É compreensível que a produção de um texto em jornal é o resultado de um processo de recortes de escolhas e de possibilidades “produzido por um grupo de pessoas cujos interesses pessoais e coletivos movem-se dentro de um conjunto de valores que serão remetidos à sociedade” (BARACHO, 2015, p.21). Assim como alerta Vieira (2004) àqueles que utilizam o jornal em suas propostas de pesquisas documentais “há de se ter o cuidado e a atenção às leituras idealizadas que estabelecem a imparcialidade nas informações e discursos publicados por esse veículo”.

Após a coleta dos dados a etapa seguinte consistiu-se da catalogação desses documentos. Nessa etapa o documento passou por uma análise descritiva visando considerar a sua característica e especificidade. Foi considerado cada minuciosidade contida nos documentos e, isso contribuiu para complementar a análise das categorias: Instituição escolar; processos educativos; formação e atuação dos professores, profissionalização.

A última etapa consistiu-se da realização das análises e elaboração dos resultados parciais e finais com o procedimento do cruzamento dos dados coletados. A quantidade de informações demandou uma análise cuidadosa. Foram realizadas leituras em dissertações, livros, revistas científicas com temáticas referentes à educação especificamente formação de professores e artigos científicos.

A posição da pesquisadora diante das fontes transcorreu de maneira subjetiva. O estudo presente encontra-se dividido em três capítulos. O primeiro capítulo tem por título *Escola Normal Oficial de Diamantina: Identificação de seus Professores e consolidação de funcionamento da instituição* no qual será ressaltada a

maneira como essa instituição se organizou para iniciar as suas atividades escolares no período de sua reabertura em 1952, tendo em vista que este aspecto adveio de reformas ocorridas no percurso da História da Educação brasileira, as quais contribuíram para a consolidação de funcionamento da instituição o qual permanece até os nossos dias. O capítulo consiste ainda apresentar como prioridade a identificação dos professores efetivos que atuaram nesta instituição no período entre 1952 a 1954, considerando nesse caso os documentos encontrados.

O segundo capítulo *A profissionalização de professores* consta de discussão teórica referente ao processo de profissionalização de professores. No decorrer do capítulo tem-se a descrição de dados referentes aos professores Dr Alcides Meira, Gabriel de Amicis Mandacaru e Helena Lopes, que fizeram parte do primeiro corpo de professores da Escola Normal Oficial de Diamantina, entre o período de 1952 a 1954.

O terceiro capítulo consiste em descrever sobre *A atuação profissional de professor da ENOD no período investigado*. Para o conhecimento sobre a performance de professor considerou-se os aspectos referentes ao tempo integral ou principal da atuação do professor, o suporte legal para sua formação, dados sobre a formação do professor e elementos referentes à instituição onde o professor formou. Consiste ainda nesse capítulo conhecer a valorização da identidade do professor seja ela de forma coletiva ou por participação do professor. Foi considerada como referência a atuação da professora Helena Lopes devido os documentos dos demais professores não terem sido suficiente para atender a proposta da pesquisa. Após esse capítulo têm-se as considerações finais.



## 2. A ESCOLA NORMAL OFICIAL DE DIAMANTINA

Este estudo fundamenta-se na busca de entendimento sobre a relação entre as formações iniciais dos professores da Escola Normal Oficial de Diamantina (ENOD) e as suas respectivas atuações profissionais, entre 1951 a 1954, após a reabertura dessa instituição.

Para tanto, discute-se a Escola Normal Oficial de Diamantina e a formação de professores das Escolas Normais no Brasil em meados do século XX, principalmente quanto aos vinculados à ENOD, que atualmente, tem a denominação de Escola Estadual Professor Leopoldo Miranda (EEPLM).

### 2.1 As Escolas Normais e a consolidação da ENOD no século XX

Considera-se na argumentação de Saviani (2009, p.144) que ao longo do período da história do Brasil colônia, “desde os colégios jesuítas, passando pelas aulas régias implantadas pelas reformas pombalinas até os cursos superiores criados a partir da vinda de D. João VI, em 1808, não se manifesta preocupação explícita com a questão da formação de professores”. O autor ressalta que logo depois de ter sido promulgado o Ato Adicional de 1834, as províncias passaram a ser responsáveis pela instrução primária e assim adotaram o modelo europeu de se criar escolas. “A Província do Rio de Janeiro sai à frente, instituindo em Niterói, já em 1835, a primeira Escola Normal do país” (SAVIANI, 2009, p. 144), pelo Decreto nº 10, em 10 de abril de 1835.

A criação da escola normal na província do Rio de Janeiro abriu caminho para o advento de escolas de formação de professores nas demais províncias brasileiras, incluindo a de Minas Gerais.

Na Província de Minas Gerais, ao final do período imperial, que contava com uma população de dois milhões e meio de habitantes, haviam oito escolas normais para uma superfície de 574.855 km<sup>2</sup>: Ouro Preto (trata-se da primeira, e é de 1840), Diamantina (instalada em 1879), Paracatu (1880), Montes Claros (1880) e Uberaba (instalada em 1882), Campanha (1882), Sabará (1881), São João Del Rei (1883). Conforme informações estatísticas,

havia em 1888, 576 alunos nas oito escolas normais referidas há pouco. (ARAÚJO, 2008, p.2).

As escolas visavam preparar o alunado para o magistério, principalmente, do sexo masculino e “tinham o intuito de atender as necessidades de formar pessoas hábeis para ensinar, atrelado ao aspecto político, fundado com a perspectiva iluminista” (SOUSA, 2017, p. 2).

O pensamento iluminista procura novas maneiras de interpretar o mundo e “compreender a questão educacional a partir do desenvolvimento histórico objetivo” (SAVIANI, 1989, p.23). Com a teoria Histórico-Crítica, Saviani (2008) propõe como forma de interpretar a educação tendo como princípio a prática social. Através desta, os professores encontrarão as temáticas para desenvolverem as suas aulas e assim acontece o processo ensino-aprendizagem. Por fim, argumenta o autor durante o processo de transmissão-assimilação, existe a possibilidade de construir de maneira significativa os conhecimentos.

Em alguns estudos foi verificado que as escolas normais, como afirma Saviani “tiveram existência intermitente, sendo fechadas e reabertas periodicamente” (SAVIANI, 2009, p. 144). Considera-se que faltou a essas instituições financiamento constante capaz de mantê-las por longo tempo em funcionamento, o que prejudicou também a formação de professores. Entretanto, “a falta de investimentos não significou que a formação de professores tenha deixado de ser prioridade para as províncias, mas sim, o resultado do redirecionamento nas políticas econômicas do país” (SOUSA, 2017, p. 2). Esses avanços e recuos vivenciados pelas Escolas Normais no Brasil marcaram essas instituições até a metade do século XX.

A Escola Normal Oficial de Diamantina foi estabelecida pelo Regulamento nº. 84, de 21 de março de 1879 e funcionou por dezessete anos até publicação da Lei nº. 183, de 09 de setembro de 1896, que estabelecia a sua supressão e a criação de um Ginásio (AZEVEDO, 1933, p. 226). Entretanto, considera-se que o ato de publicação da Lei nº 183, não extinguiu essa instituição imediatamente, pois há registros da existência da ENOD até 1905, quando de encerramento da última turma de normalistas, conforme aponta Lage (2015, apud Loredó, 2017, p. 31) “funcionou nesta primeira fase até 1905, e recebeu alunos e alunas de diversas localidades da região norte de Minas”.

Os estudos de Lage (2015) e de Loredó (2017) contribuem para melhor conhecimento sobre as instituições educacionais em Diamantina entre os séculos XIX e XX, em que havia duas escolas normais coexistindo, sendo o Colégio Nossa Senhora das Dores<sup>4</sup> (1867- 2001) e a Escola Normal Oficial de Diamantina (1879-1905). Corrobora, também, a pesquisa desenvolvida por Sousa (2017) em dizer que o fechamento da Escola Normal em 1896 contribuiu para o fortalecimento, funcionamento e “atuação do Colégio Nossa Senhora das Dores no cenário educacional diamantinense, concedendo a esse estabelecimento de ensino as regalias de uma escola municipal, por meio do Decreto 1.845 de 15 de setembro de 1905”. Loredó (2017, p. 3) afirma que “funcionaram duas escolas que ofertavam a educação para as mulheres. Entretanto, a diferença entre elas se configurava na natureza das instituições uma de caráter estatal e pública e a outra de caráter confessional e privada”. No dia

15 de setembro de 1905, pelo Decreto 1845, o Colégio Nossa Senhora das Dores é equiparado às escolas normais do Estado. A partir desse momento mudava-se o perfil dos alunos que se formavam normalistas na cidade de Diamantina. Primeiramente, questões relacionadas ao gênero, já que o colégio das Vicentinas ofertava uma educação exclusivamente feminina, e em segundo lugar questões de cunho socioeconômico visto que para estudar no educandário as alunas tinham que pagar mensalidade. (LOREDO, 2017, p.35).

O fechamento da ENOD em 1938 representou a suspensão das aulas e a sua reabertura, à consolidação de continuidade das atividades escolares e sua inserção no que concerne à constituição dos princípios educacionais, os republicanos; os quais segundo Rocha (2004) devem ser entendidos dentro das referências democráticas e não como um "progresso dado". Entretanto para entender as inovações no campo educacional no período republicano segundo Rocha (2004), torna-se necessário compreender como dinamizou a gerência educacional, para poder, então, adequá-la “ao padrão de desenvolvimento produtivo e tecnológico que está dado no mundo moderno, que é inevitável e que impõe as condições de competitividade regedoras do destino das nações”.

---

<sup>4</sup> Até o período de 1943 o Colégio Nossa Senhora das Dores foi considerado como uma Escola Normal. Confirma essa afirmativa o diploma da Professora Helena Lopes o qual está inserido nessa dissertação na página 78. Nesse Diploma o termo “Colégio” foi substituído por Escola Normal de Nossa Senhora das Dores. O Colégio Nossa Senhora das Dores de Diamantina encerrou as suas atividades de acordo com a PORTARIA nº 153/2001. Nos termos do artigo 1º da Resolução SEE nº 66, de 10/04/91 e considerando o Parecer CEE nº 780, de 30.08.2000, fica autorizado para fins de terminalidade, funcionamento do Curso de Magistério de 1º Grau (Professor de 1ª série), no Colégio Nossa Senhora das Dores, situado na R. da Glória, 394, em Diamantina. 11ª SRE – Diamantina. Esse Decreto encontra-se publicado no MG do dia 08 de Março de 2001, página 02, Col: II. O Decreto exposto foi descrito conforme o original.

As inovações no campo da educação ocorreram mediante as exigências democráticas e conforme Rocha (2004), essas estiveram de encontro com o cumprimento da legislação democrática formalizada "bem como a aquisição de direitos básicos da cidadania, entre eles, direitos sociais, à semelhança de como os países modernos, democráticos e desenvolvidos ostentam para as suas populações".

Conforme apontam Soares; Vieira (2012, p. 3) em 12 de outubro de 1913, foi criada a Escola Normal Regional Américo Lopes (ENRAL), pelo Professor Leopoldo de Miranda que ajudado por amigos, tal "instituição particular tinha por objetivo oferecer educação para as meninas cujas famílias não tinham condições de matricular e custear as despesas no Colégio Nossa Senhora das Dores", uma nova instituição escolar republicana.

Um dos resultados dos estudos realizados por Soares; Vieira (2012, p. 3) demonstrou que a ENRAL foi a instituição de origem da Escola Estadual Professor Leopoldo Miranda (EEPLM), e, conforme publicado em 04 de janeiro de 1929, no periódico Diamantina, a importância disto, na época, foi atender a uma determinada camada social desatendida dessa oferta de escolarização, pois "funcionou de 12 de outubro de 1913 a 12 de outubro de 1928, e proporcionou a escolarização para mais de mil estudantes e obtenção de cerca de duzentos diplomas de normalistas a estudantes quase todos de famílias pouco abastadas".

A EEPLM é uma instituição educativa vinculada a Rede Estadual de Minas Gerais, sob a responsabilidade da Superintendência Regional de Ensino de Diamantina. Tem em sua origem, na herança da Escola Normal Regional Américo Lopes (ENRAL), criada em 12 de outubro de 1913, pelo professor Leopoldo Luiz de Miranda<sup>5</sup>, normalista formado em 1888 na Escola Normal Oficial de Diamantina (1876-1905), professor desde 1889 com atuação inicial na Escola Adjunta de Piedade de Minas Novas, atualmente, Turmalina. Na Figura 1, expõe-se o Sr. Leopoldo Miranda em sua fase adulta.

---

<sup>5</sup> Leopoldo Luiz de Miranda é natural da cidade mineira de Senador Mourão, nascido em 31 de outubro de 1868, na Fazenda do Tijucussu (quando o Leopoldo de Miranda nasceu a denominação do povoado de Senador Mourão era Campinas e a partir de 1891 passou a ser Distrito de Diamantina, como ainda hoje o é). Leopoldo Luiz de Miranda foi professor primário e, também desempenhou as funções de escrivão da Coletoria, de Coletor Estadual e Municipal. Atuou no exercício dessas atividades bem como do magistério. Casou-se com Maria Mercedes Corrêa de Oliveira Mourão, filha de Olímpio Mourão, Senador republicano no início do Século XX. Faleceu em 10 de novembro de 1947 em Belo Horizonte, na capital mineira. (ALMEIDA, 2018).



**Figura 1 – Professor Leopoldo Luiz de Miranda.**



**FONTE:** Acervo de Virgílio Pereira de Almeida.

A ENRAL funcionou na formação de normalistas da região do entorno de Diamantina por quinze anos, até ser estadualizada e oficializada, em 12 de outubro 1928, pelo Decreto nº 8.820, que a tornou em Escola Normal Oficial de Diamantina (ENOD). Sobre o funcionamento da ENRAL não se tem muitas informações e esse aspecto se deve à falta de documentos.

Passado pouco mais de 13 anos de sua supressão, essa instituição foi restabelecida pela Lei nº840 de 26 de dezembro 1951, por ato do Governador do Estado de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, sendo reaberta com a mesma nomenclatura (SOARES; VIEIRA, 2012), e permaneceu ativa até a presente data, tendo um legado que marcou a educação de Diamantina e região, em uma trajetória diferenciada das demais escolas diamantinenses.

O que se conhece sobre a trajetória da ENOD advém de investigações realizadas por pesquisadores do Grupo de Estudos e Pesquisas Sócio Histórico em Educação dos Vales (GEPSHE), que foi criado no mês de Junho de 2011 e tem realizado ações em atender o objetivo de desenvolver estudos e pesquisas que envolvem o âmbito educacional de Diamantina e região, nos períodos correspondentes à Colônia, ao Império e à República.

Essas pesquisas contribuem na compreensão do entrelaçamento nas existências de instituições escolares em Diamantina, a partir do século XX. Dentre os quais, Grupo Escolar de Diamantina: Implantação e Recreação do Novo Modelo de Educação na “Athenas do Norte” – 1907 (ALMEIDA 2017), O exercício da profissão de professor no grupo escolar de Diamantina 1907 – 1909 (THOMÉ 2017), a ENOD teve vinculações com o Grupo Escolar da Cidade (GEC), atualmente, Escola Estadual Mata Machado (EEMM), criado pelo Decreto nº 2091, de 20 de setembro de

1907, por ato do Governador João Pinheiro da Silva. Em 1926, esse Grupo Escolar passou a ter nova denominação, Grupo Escolar Matta Machado. (SOARES; VIEIRA, 2012) (SOUSA; VIEIRA, 2012). Houve também identificação com a existência da atual Escola Municipal Belita Tameirão (1970), bem como a Escola Estadual Darcila Godoy vinculada (1988 a 1989).

Há, também, a contribuição no levantamento de fontes referentes aos processos educativos e de escolarização nas sociedades do Vale do Jequitinhonha. Parte delas são oriundas de projetos de iniciação científica, com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da UFVJM e outras vinculadas as pesquisas de dissertações junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED)<sup>6</sup>.

As pesquisas realizadas demonstram a relevância da ENOD para a sociedade diamantinense a considerar que 1951 foi o período de sua reabertura. A partir de 1952 pode ser compreendido na trajetória da instituição como o período de reinício de suas atividades educacionais. O porquê desse reinício explica-se pelo fato da escola ter passado pelo período de supressão através do Decreto nº 63 de 15 de janeiro 1938, por ato do Governador de Minas Gerais Benedito Valadares.

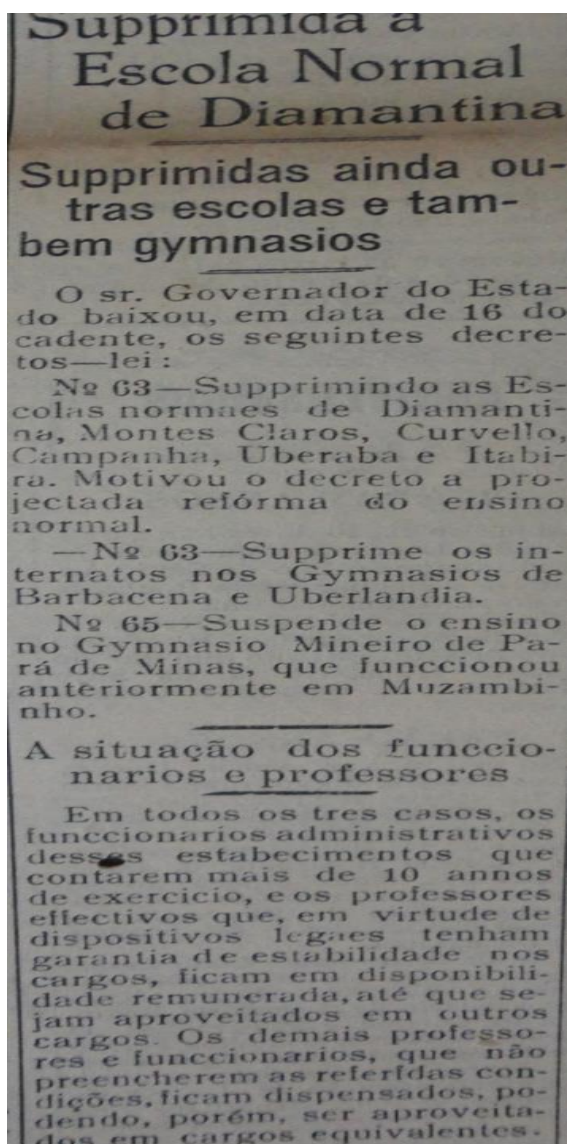
A supressão da ENOD não aconteceu como um fato isolado e somente na cidade de Diamantina, mas também nas Escolas Normais de outras cidades mineiras e o estudo de Sousa (2017, p. 74) corrobora para explicar sobre o porquê do fechamento dessas escolas normais. Segundo essa pesquisadora o fechamento dessas instituições “seria ocasionado por redução de custos do Estado, uma vez que a manutenção desses estabelecimentos de ensino era onerosa prejudicando o investimento em outras áreas”.

Como aponta o Jornal Voz de Diamantina (22 jan. 1938, p.2) foram suprimidas as escolas normais das cidades de “Montes Claros, Curvello, Campanha, Uberaba, e Itabira”, conforme a **Figura 2**.

---

<sup>6</sup> Bolsistas de Iniciação Científica: Gabriela Marques de Sousa, 2011 - 2014 e Layane Soares, 2012.

**Figura 2 - Supprimida a Escola Normal de Diamantina**



**FONTE:** Supprimida a Escola Normal de Diamantina. Voz de Diamantina, Diamantina, Ano II, n. 48, 22 jan. 1938, p. 2.

O restabelecimento da ENOD aconteceu por meio da Lei n<sup>o</sup> 840, de 26 de dezembro 1951, pelo Governador do Estado Juscelino Kubitschek de Oliveira<sup>7</sup>,

<sup>7</sup> Juscelino Kubitschek de Oliveira nasceu no dia 12 de setembro de 1902 na cidade de Diamantina, Minas Gerais. Era filho de Júlia Kubitschek e João César de Oliveira. Estudou na Universidade de Minas Gerais onde se formou em Medicina em 17 de dezembro de 1927. Juscelino ingressou na carreira política em 1933, logo após a nomea o de Benedito Valadares para Interventor em Minas Gerais. Valadares designou Juscelino para ser seu chefe de Gabinete e em 1940 o nomeou para Prefeito de Belo Horizonte. Nesse cargo Juscelino Kubitschek continuou até o mês de outubro de 1945. Nesse mesmo ano foi eleito como Deputado Federal pelo Partido Social Democrático (PSD). Foi eleito como Governador de Minas Gerais no ano de 1950. No ano de 1954 candidatou-se   Presidência da República adotando como *slogan* "50 anos em 5". Venceu as elei es de 3 de outubro de 1955 e João Goulart foi o Vice-Presidente.

“tendo sido aproveitado parte do grupo de professores que se achava em disponibilidade” (ELOS, 1977, p.1). A partir desse restabelecimento há registros do funcionamento dessa instituição.

**QUADRO 01:** Denominações da ENOD de 1951 a 1954

<b>Denominações</b>	<b>Decreto/ Ano</b>
<b>1ª Escola Normal Oficial de Diamantina</b>	12 de outubro de 1928
<b>2ª Colégio Normal Oficial</b>	Lei Estadual nº 2945/08 de 1963
<b>3ª Colégio Estadual de Diamantina</b>	Lei nº 4.941 em 12 de setembro de 1968
<b>4ª Colégio Estadual Professor Leopoldo Miranda</b>	Lei nº 5.175 em 06 de maio de 1969
<b>5ª Escola Estadual Professor Leopoldo Miranda</b>	Decreto nº 16.244 em 08 de maio de 1974

Fonte: Soares e Vieira. Realizado pela pesquisadora.

Ao longo dos anos que sucederam o período de 1951, a ENOD obteve alterações em sua denominação, como o exposto no **Quadro 01**. O restabelecimento da ENOD ocorrido em 26 de dezembro de 1951 pelo Governador Juscelino Kubistchek não interferiu na mudança de nome da escola e isso permitiu para que a instituição permanecesse “com a mesma nomenclatura” (SOARES; VIEIRA, 2012, p. 9).

A última alteração de denominação destinada à instituição foi a de Escola Estadual Professor Leopoldo Miranda e essa mudança de nome ocorreu, para atender a reivindicação da comunidade local em prol de homenagear o então Professor Leopoldo Luís de Miranda. Essa denominação da instituição permanece até os dias atuais.<sup>8</sup> Entretanto, como apontam Soares e Vieira (2012), as sucessivas alterações nas denominações da ENOD ocorreram para adequação às alterações na legislação educacional brasileira.

Mediante as reformas ocorridas na educação brasileira e de seus reflexos na educação mineira e diamantinense, consolidaram o encerramento dos

---

Terminada a sua gestão presidencial, Juscelino Kubistchek foi eleito senador pelo estado de Goiás no dia 3 de outubro de 1961. Seu falecimento transcorreu no dia 22 de agosto de 1976. Disponível em: <<http://www.memorialjk.com.br>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

<sup>8</sup> Atualmente a Escola Estadual Professor Leopoldo Miranda possui 417 alunos distribuídos em 17 turmas. Os cursos disponíveis pela instituição são: o 6º Ano do Ensino Fundamental, o Ensino Médio e Educação Infantil os quais funcionam em três turnos, sendo o matutino, vespertino e noturno. São 31 professores atuantes incluindo a Professora de apoio. Dados fornecidos pela Secretaria da EEPLM em 17 de agosto de 2018.

processos de supressões e reaberturas das escolas. Consolidou, assim, o funcionamento das atividades escolares na ENOD, que até então legalmente e sob a denominação de EEPLM continua sequenciando a trajetória da história da instituição.

## 2.2 Diamantina e o projeto de educação da elite

Diamantina teve a sua formação ligada à exploração dos recursos minerais do ouro e do diamante, extraída logo no auge da mineração pela mão de obra escrava, ainda no século XVIII. A mineração foi a atividade principal das pessoas que residiam no Arraial do Tijuco e a educação desenvolvida pelos habitantes, foi motivo de observação e destaque de relatos de viajantes estrangeiros que visitaram a localidade no período.

Dentre estes viajantes estrangeiros destacou-se Saint-Hilaire, que relatou não ter encontrado no território brasileiro; pessoas que tivessem tanta dedicação e gosto pela leitura. Na verdade, “essa ilustração estava associada a uma educação intelectualizada e elitizada, obtida com estudos de Coimbra ou pela contratação de mestres por famílias para seus filhos” (VIEIRA; *et al*, 2012, p.6).

Foram esses educandos elitizados que no futuro, já então formados bacharéis; levaram para os debates as discussões referentes à realidade do Arraial do Tijuco conduzindo seus destinos. Após o Arraial ter sido elevada politicamente à categoria de cidade pela Lei Provincial nº 93, de 06 de março de 1838 (IBGE,1950, p.4), os destinos da cidade continuaram conduzidos pelo seguimento representativo da elite e seus debates sobre os rumos da cidade.

Os homens de imprensa da cidade, bacharéis muitos deles, assumiram um papel amplo de representação da civilização moderna, traçando os contornos do progresso que seria desejável introduzir na região. Esse debate reverberou na tribuna da Câmara Municipal, nos salões e nas escolas envolvendo parcelas importantes da população local. E produziu um consenso: cabia educar a população, especialmente as elites e as camadas médias, para viver sobre os preceitos da ordem e do progresso, acertando o passo da bicentenária povoação com os tempos da modernidade (MARTINS, 2012, p. 45).

Martins (2012) elencou os três projetos os quais foram idealizados pelos representantes relevantes da população de Diamantina, e que visaram educar a

elite para que continuasse a usufruir da ordem e do progresso proposto pela modernidade republicana. Esses projetos foram expostos no **Quadro 02**.

**QUADRO 02:** Projetos de destaque disputando a opinião pública diamantinense no final do século XIX e início do século XX

<b>Projeto</b>	<b>Período</b>	<b>Responsável</b>	<b>Caráter do Projeto</b>
<b>Desenvolvimento Regional</b>	Final do século XIX	Família Felício dos Santos	Industrialista. Desenvolver: tecelagem, lapidação e siderurgia. Com base urbana.
<b>Empreendimentos agrícolas, de navegação fluvial, curtumes e produção de charque, indústria, vinícola e fábrica de tecidos.</b>	Inícios do século XX	Família Mata Machado	Agrícola. Educar a prática do trabalhador rural. Norteada nas diretrizes do Congresso Agrícola, Indústria, e Comercial de 1904.
<b>Proposta agrarista</b>	-	Mitra Diocesana de Diamantina	Disseminar práticas associativas nas paróquias (com caixas rurais).

**FONTE:** Martins (2012, p. 45). Alguns caracteres foram retirados do texto de Martins (2012), mantendo-se conforme o original. Realizado pela pesquisadora.

No período republicano, Diamantina continuou vivenciando seus momentos marcados por perspectivas de insegurança e incertezas. “A Câmara Municipal de Diamantina manifestou estar atenta aos assuntos vinculados ao poder político à época” (VIEIRA; *et al*, 2012, p. 08). Ao contrário do que se previu “Na área de abastecimento de alimentos abateu uma crise de alimentos na cidade em razão dos tropeiros não procederem como de costume, transportando os alimentos entre as comunidades de origem” (VIEIRA; *et al*, 2012, p. 08) e, dentre elas, a cidade de Diamantina.

Esta crise deveu-se à manifestação dos donos das tropas estarem insatisfeitos pelas altas taxas de impostos que lhes eram cobrados, como também pelo mal estado das estradas que impediam suas vendas com outras localidades. A solução da prefeitura diante da situação foi de suspender as cobranças que estavam sendo realizadas no Mercado Municipal, até que fosse contornada a situação da crise de alimentos na cidade.

E, nesse cenário diamantinense conturbado de situações conflitantes entre crises e resoluções, criou-se então a Fábrica de Tecidos do Biribiri<sup>9</sup>. A criação desta fábrica criou expectativa e oportunidade de trabalho para as mulheres e crianças diamantinenses, logo nos inícios do século XIX e o prédio foi instalado afastado da cidade.

Esses acontecimentos vieram de certa maneira intervir na questão de investimentos e assistência de atendimento à instrução pública da cidade, por parte do governo municipal, para as classes de menor poder aquisitivo. “(...) houve investimentos por parte do governo municipal para a instrução pública, bem como para a instrução privada no município de Diamantina, porém, com uma tendência para atender as necessidades das camadas dominantes e da elite local” (VIEIRA; *et al*, 2012, p. 12).

As transformações ocorridas no século XX trouxe para a cidade de Diamantina novas expectativas, porém não apagou as marcas acumuladas dos séculos anteriores que ficaram arraigadas em sua estrutura político-social. Há registros de que na metade do século XX, Diamantina tinha um número elevado de moradores, conforme o IBGE (1950, p.4), a cidade chegou a ser reconhecida como o 13º município mais populoso do Estado de Minas Gerais e possuía 56.025 habitantes. “Dos 1.894 Municípios existentes em todo o País, na data do censo, somente 7% têm população maior que a sua” (IBGE, 1950, p.4). Na década de 1960 houve a emancipação de muitos distritos de Diamantina pela razão de distribuição de renda e majoritariamente, por questões políticas.

O aumento da população de Diamantina deveu-se “a tendência de aumento da urbanização no Brasil, que, a partir de 1950, deixa de ser um País de características rurais para caminhar no sentido de um País mais urbanizado” (IBGE, 1950, p. 45). A cidade demonstrou crescimento demográfico e suas necessidades acompanharam paralelamente a este crescimento.

A elite diamantinense preocupou-se em proporcionar projetos que beneficiassem a este segmento social para poder usufruir o que se propunha a

---

<sup>9</sup> Para o período em que a fábrica foi construída, “A região do Biribiri se localizava a 12 quilômetros da sede do município de Diamantina/MG, numa região de difícil acesso” (BORGES, 2015, p. 04). Com a intervenção estadual, o Biribiri transformou em Parque Estadual de preservação em 22 de setembro de 1988, isso permitiu o desenvolvimento de estudos e de pesquisas científicas na localidade. O local atrai moradores de Diamantina, da região e turistas interessados em ficar mais próximo da natureza, fazer ecoturismo, conhecer o local e banhar-se nas cachoeiras que Biribiri possui.

modernidade. Propuseram projetos e falaram em modernidade, mas uma modernidade que não fugisse dos ideais da “diamantinidade” (MARTINS, 2012, p. 48). Uma vez que se pensou esse projeto sob a perspectiva que possibilitasse ampliar a educação dos filhos e das classes médias do entorno diamantinense, para garantir a futura empregabilidade pública desses jovens. Esse projeto pensado pela elite não teve êxito.

Nesse sentido, não surpreende a ausência quase total de ações das elites diamantinenses orientadas para o ensino técnico, seja no ramo da mineração, da agricultura ou da indústria. (...) E revelava a dificuldade das elites diamantinenses para perceber as mudanças nos padrões científicos, tecnológicos e educacionais que caracterizaram o século XX. Examinado, retrospectivamente, o projeto político-educacional das elites diamantinenses alcançou resultados modestos. O foco do projeto estava em desacordo com as novas necessidades da modernização tanto de Minas Gerais quanto do Brasil no pós 1930. (...) Com isso o Norte de Minas, ficou relegado como fornecedor de mão de obra e matérias-primas baratas, rapidamente perdendo a importância política. Mais ainda: a máquina do estado, promotora dessa opção de modernização, associada ao crescimento industrial paulista requeria outro tipo de quadros. Não mais os Bacharéis de Direito e Medicina ou homens detentores de sólida cultura geral, mas engenheiros e técnicos, capazes de abrir estradas, tocar grandes minerações, usinas hidrelétricas, siderurgias, planejar ações econômicas. Profissionais que as escolas de Diamantina não podiam formar. (MARTINS, 2012, p.50).

Em meados do século XX novas perspectivas foram propostas para a sociedade diamantinense e a educação era uma delas. Pelas descrições contidas nas reuniões da Câmara Municipal de Diamantina foi possível conhecer as necessidades pelas quais passava o quadro educacional da cidade. No período de 1951, ano em que a escola foi reaberta, houve um grande realce no que tange a discussão de projetos relacionados à educação. Dessas atas foram elencados no **Quadro 03**, nove assuntos que serviram de discussão na reunião da Câmara Municipal de Diamantina especificamente no ano de 1951, período em que foi reaberta a Escola Normal Oficial de Diamantina.



**QUADRO 03: Projetos e assuntos relacionados à Educação discutidos na Ata da Câmara Municipal de Diamantina no período de 1951.**

<b>Data</b>	<b>Ata</b>	<b>Assunto</b>	<b>Página</b>
02/02/1951	2ª Sessão	Classificação de professores rurais e extinção de cargo vago.	101 Frente
18/10/1951	2ª Sessão	Projetos de lei dispondo: criação de escolas em Gouveia, criação de escola pré-primária na cidade.	102 Verso
18/10/1951	2ª Sessão	Subvenção à Escola Dramática, construção de prédio escolar em Bandeirinhas, aumento de uma professora à subvenção a Escola Dramática.	102 Verso
19/10/1951	2ª Sessão	Projeto de lei versando sobre: imposto territorial, doação de terreno, serviço de água em Mercês de Diamantina e terreno para prédio escolar.	103 Verso
19/10/1951	2ª Sessão	Fala o Senhor Joaquim Machado Junior <sup>10</sup> acerca do projeto que cria a escola pré-primária e lembra a conveniência de ser enviado ofício ao senhor Governador nesse sentido.	104 Verso
19/10/1951	2ª Sessão	O Senhor Edgard Guedes <sup>11</sup> aprova o projeto, que visa ainda ao aproveitamento da professora nomeada, assim criada escola estadual.	104 Verso
19/10/1951	2ª Reunião Ordinária	Requer mais seja enviado telegrama de congratulações ao senhor governador do Estado, pela mensagem dirigida a Assembleia, propondo a criação em Diamantina, de um Conservatório de Músicas.	107 Verso
19/10/1951	2ª Reunião Ordinária	Foi votado o parecer sobre o projeto de lei número 27, autorizando a aquisição de terreno, em Mercês de Diamantina, para a construção de prédio destinado a escolas distritais e a doação desse terreno ao governo do Estado o qual seria responsável pela construção.	114 Verso

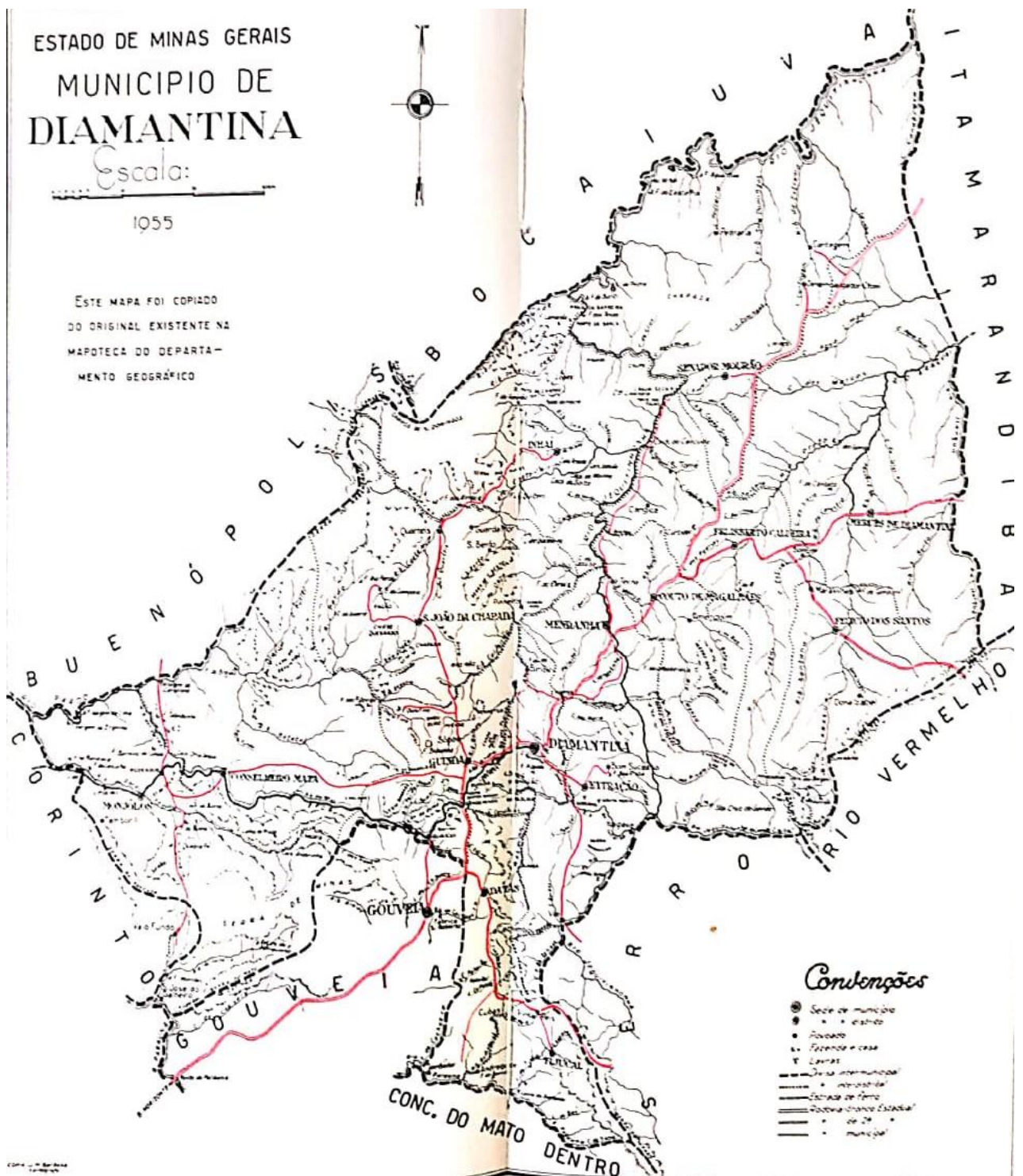
**FONTE:** Livro nº2 de Atas da Câmara Municipal de Diamantina. Período: de 1947 a 1953. Realizado pela pesquisadora

Como demonstra os dados apresentados no **Quadro 03**, no mês de outubro de 1951 foram realizadas oito reuniões da 2ª Sessão da Câmara Municipal de Diamantina e nelas salientaram principalmente criação de escolas, terrenos para prédio escolar e assuntos relacionados às professoras. Como se pode observar em todos os assuntos discutidos nas reuniões da Câmara no ano de 1951, houve referência destinada à educação para a cidade de Diamantina e de seus Distritos. Pelo que foi demonstrado na leitura referente à sequência das Atas da Câmara no período investigado, muitos dos assuntos apresentados não obtiveram resposta imediata de uma aprovação da Câmara de Diamantina.

<sup>10</sup> Senhor Joaquim Machado Junior foi vereador no período de 1951.

<sup>11</sup> Senhor Edgard Guedes, foi vereador no período de 1951.

Figura 3- Mapa Político de Diamantina, 1955



FONTE: Adaptação do Livro de Silvio Felício dos Santos e copiado do original existente na Mapoteca do Departamento Geográfico.

Os distritos podem ser observados no mapa político de Diamantina da **Figura 3**, o qual se encontra disponível no livro de Aires da Mata

Machado.<sup>12</sup> Pela contribuição desse mapa é possível conhecer os Distritos pertencentes a Diamantina na primeira metade do século XX, os povoados de Couto de Magalhães, Conselheiro Mata, Datas, Extração, Felisberto Caldeira, Felício dos Santos, Gouveia, Guinda, Inhaí, Mercês de Diamantina, Monjolos, São João da Chapada, Senador Mourão, Sopa e Tijucal. Em períodos diferentes muitos desses Distritos foram se emancipando<sup>13</sup>, mas outros deles continuaram como é o caso de Conselheiro Mata, Extração, Guinda, Inhaí, São João da Chapada, Senador Mourão e Sopa.

Não somente no campo da educação, mas como também em outros setores, Diamantina na metade do século XX apresentou variadas dificuldades e necessidades em sua estrutura física. Pela especificação apresentada no **Quadro 04** foi possível conhecer quais eram essas dificuldades e necessidades vivenciadas pela população diamantinense.

---

<sup>12</sup> No livro de Aires da Mata Machado não consta numeração da página onde está inserido esse Mapa. Está disposto após a página de nº 165. A adaptação desse Mapa deveu-se ao fato de não ter sido possível construir outro mapa específico contendo os distritos de Diamantina do período investigado. Outra referência relacionada está na questão de que a pesquisa realizada no IBGE de Diamantina no dia 16/10/2019, com o objetivo de encontrar mapa de Diamantina referente aos anos 50, confirmou-se que o mapa mais antigo pertencente ao Acervo dessa instituição, data-se do ano de 1966 e foi desenhado por Lúcio Mario. Sendo assim esse mapa encontrado no IBGE não contemplou o período investigado.

<sup>13</sup> Das emancipações dos distritos vale saber: Couto de Magalhães foi elevado à categoria de cidade pela Lei Estadual nº 2.764 de 30/12/1952. Instalado como sede em 10/03/1963. O povoado de Felisberto Caldeira foi emancipado com essa mesma denominação pela Lei Estadual nº 2764, de 30/12/1962 e também desmembrado de Diamantina. Instalado como sede em 01/03/1963 Sua denominação mudou para São Gonçalo do Rio Preto pela Lei 9.223 de 01/07/1986. O povoado de Felício dos Santos foi emancipado pela Lei Estadual nº 2.764, de 30 de dezembro de 1962. Sua instalação definitiva foi em 1º de março de 1963. Há divergências no período de emancipação no povoado de Gouveia. Pelo mapa apresentado Gouveia ainda era distrito de Diamantina em 1955. Pela informação que consta no site do IBGE Gouveia se emancipou pela Lei Estadual 1.039, de 12 de dezembro de 1953. Foi instalado o município em 1º de Janeiro de 1954. Mercês de Diamantina foi desmembrada da cidade de Diamantina pela Lei ° 2.764 de 30/12/62, foi denominada como Senador Modestino Gonçalves, constituído município e instalado em 01/03/63. O povoado de Monjolos foi emancipado pela Lei Estadual nº 2764 de 31/12/62 e desmembrado de Diamantina. Quanto do povoado de Tijucal foi emancipado pela Lei 2.764 de 30 de dezembro de 1962. Todas as emancipações citadas se encontram disponíveis em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/>>. Acesso em: 19 de out. de 2019.

#### Quadro 04- Necessidades mais prementes em Diamantina nos inícios de 1950

Necessidades de Diamantina
Modernização do sistema de telefonia da cidade.
Instalação de uma agência do Banco do Brasil, com os benefícios proporcionados por sua condição de instituição financeira federal.
Instalação de uma rádio para facilitar a comunicação na região.
Instalação de um jornal que representasse uma imprensa independente.
Instalação de um Museu e uma Biblioteca para preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural da cidade.
Reabertura da Escola Normal Oficial e a criação do terceiro Grupo Escolar, para minorar as dificuldades do ensino fundamental, médio e secundário para uma população crescente.
Pavimentação e expansão das rodovias que interligavam Diamantina para facilitar o intercâmbio comercial.
Criação de um Corpo de Inspetoria de Veículos, em função do trânsito na cidade estar começando a crescer e ainda não havia sido regulado por lei.
Construção de moradias populares para populares resolver o problema de habitação para a população menos favorecida.
Criação de alguma indústria que pudesse oferecer empregos para a população.

**FONTE:** Fernandes e Conceição (2005, p. 10). Grifo nosso. Realizado pela pesquisadora

A notificação apresentada no jornal onde foi dito que “Diamantina precisa de muita coisa” (A ESTRELLA POLAR, p.1,1951), faz jus ao exposto no **Quadro 4**. E, dentre essas necessidades destacou-se a educação, a qual foi prioridade de inserção ante a reforma da qual a cidade de Diamantina necessitou antes e ao longo do século XX.

A concretização de muitas dessas necessidades diamantinenses foi realizada quando Juscelino Kubistchek assumiu o Governo de Minas Gerais em 1951. Para a área da educação, neste mesmo ano, foi reaberta a ENOD para a sociedade diamantinense, foi criado simbolicamente o 3º Grupo Escolar Júlia Kubistchek tendo a efetivação de sua construção em 1954, criou-se a Faculdade de Odontologia e o Conservatório de Música Lobo de Mesquita, em 1951.

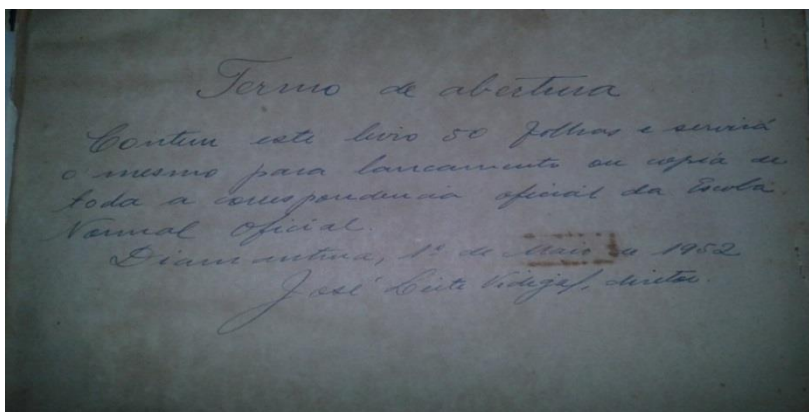
#### 2.3 A ENOD e a Legislação Orgânica nº 8.530 de 02 de janeiro de 1946

O restabelecimento da ENOD em 1951 foi um fato e para a concretização desse ato a escola precisou se organizar. Foi preciso pensar na

organização de todos os detalhes das dimensões<sup>14</sup> da escola para mantê-la estruturada dentro das bases legais vigentes, manter a ordem e evitar os “insucessos” (CHAMON, 2006, p.7).

O primeiro Diretor da ENOD no período de sua reabertura em 1951 foi o Professor José Leite Vidigal, que era natural de Conceição de Mato Dentro. A **Figura 04** expõe o Termo de Abertura do primeiro Livro de registro de ponto dos professores em 1952 o qual foi assinado pelo Diretor Professor José Leite Vidigal e esse documento consiste em ser um dos documentos mais antigos da instituição. Percebe-se que o documento contém manchas de cola do adesivo que mantém a capa que o protege.

**Figura 4 - Termo de abertura do Registro de ponto dos Professores 1952**



**FONTE:** Acervo da EEPLM - Ano de 1952.

Ao assumir a direção da ENOD em 1951, José Leite Vidigal também lecionou a disciplina de História. Esse diretor que escolhido para assumir essa função na escola e a sessão de reabertura da instituição em 1951, ficou sob a sua responsabilidade. Na ENOD além do Diretor existiam os demais funcionários, como os professores, as serventes e a secretária. Coube ao diretor e os demais que assumiram nos anos posteriores a 1952, direcionar as atividades desenvolvidas pelos funcionários, auxiliar na disciplina dos alunos e organizar a enturmação.

Ao longo do período entre 1952 a 1954, a ENOD teve 3 diretores conforme o exposto no **Quadro 05**.

<sup>14</sup> Esse termo é utilizado pela autora Heloísa Luck em sua obra intitulada “As dimensões da gestão escola e de suas competências” publicada em 2009. Nessa obra a autora desmembra todas as estruturas que compõem a escola.

**Quadro 05: Diretores da Escola Normal Oficial de Diamantina de 1952 – 1954**

Ano	Diretores
1952	Professor José Leite Vidigal
1952/1953	Professor Gabriel de Amicis Mandacaru
1953/1954	Professor Antônio Felício da Silva

**FONTE:** Livros de ponto do Acervo EEPLM – Elaborado pela pesquisadora

Cada diretor desempenhava sua função durante um ano e o Diretor José Leite Vidigal, permaneceu na direção da instituição até o mês de julho de 1951. Esse curto tempo de serviços prestados à ENOD deveu-se ao fato de seu regresso para Conceição do Mato Dentro. Essa afirmativa pode ser confirmada pelo Jornal A Estrela Polar de 1951, no qual demonstra esse professor desempenhando a função de Secretário; sendo responsável pela realização dos trabalhos finais, relacionados aos resultados dos alunos do Colégio Agrícola São Francisco, na cidade de Conceição do Mato Dentro. No Livro de Registro de Ponto dos professores consta sua assinatura até o mês de julho de 1952.

Como foi dito há pouco, o diretor assumia o cargo e continuava lecionando. Esse aspecto foi observado também com o professor Gabriel Mandacaru, que direcionou a Escola Normal Oficial de Diamantina no período de 1952 a 1953, e continuou em atividade na sala de aula com a disciplina de Português. A mesma situação ocorreu com o professor Antônio Felício da Silva<sup>15</sup> que direcionou essa instituição, entre 1953 a 1954, e ao mesmo tempo atuou com a disciplina de Português.

Após completar três anos de reabertura da ENOD, no ano de 1954, formou-se a primeira turma de normalistas. Nesse período a ENOD ofertava dois turnos de aulas sendo o matutino e o vespertino, com os cursos do Ginásial e o de Formação. Estes cursos ofertados pela instituição estiveram em consonância com a Reforma Capanema<sup>16</sup> decretada entre o período de 1942 a 1946, prolongada até as décadas de 1960, conhecida também como Lei Orgânica do Ensino. De acordo com Romanelli (2003), em 1946 no final do Estado Novo e no decorrer do Governo Provisório, a Lei

<sup>15</sup> Professor Antônio Felício da Silva lecionava a disciplina de Português na ENOD nos Cursos de Formação e Ginásial (Secundário). Era advogado e tinha seu consultório instalado no Beco do Amparo em Diamantina.

<sup>16</sup> A Reforma Capanema na educação brasileira foi estabelecida pelo mineiro Gustavo Capanema o qual esteve à frente do Ministério da Educação no governo Getúlio Vargas no decorrer do período entre 23 de julho de 1934 a 30 de outubro de 1945.

Orgânica do Ensino direcionou e organizou os níveis de ensino dentre eles o Ensino Normal estando a educação sob a responsabilidade estatal<sup>17</sup>.

Esse ensino foi organizado por Gustavo Capanema e decretado pelo Ministro da Educação Raul Leitão da Cunha (30/10/1945 a 31/01/1946) a Lei Orgânica nº 8.530 de 02 de janeiro de 1946. Essa Orgânica Lei nº 8.530/1946 normatizou os cursos ofertados pelas Escolas Normais e dentre elas a ENOD. O curso Ginásial foi composto pelas 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries e o curso de formação formado pela 1ª, 2ª e 3ª séries e estavam vinculadas para a formação das futuras professoras, as normalistas.

Conforme o Artigo 2º do Capítulo II, a organização dos Ciclos e de Seus Cursos “O ensino normal será ministrado em dois ciclos. O primeiro dará o curso de regentes de ensino primário, em quatro anos, e o segundo, o curso de formação de professores primários, em três anos” (BRASIL, 1946). A instituição funcionou no período entre 1952 a 1954 com dois Ciclos sendo o primeiro, o curso Ginásial e o segundo Ciclo formado pelo curso de Formação.

#### **Quadro 06: Organização dos Ciclos e Cursos da ENOD 1952 - 1954**

<b>1º Ciclo – Curso Ginásial</b>	
<b>1ª Série</b>	
<b>2ª Série</b>	
<b>3ª Série</b>	
<b>4ª Série</b>	
<b>2º Ciclo – Curso Formação</b>	
<b>1º Ano de Formação</b>	
<b>2º Ano Formação</b>	
<b>3º Ano de Formação</b>	

**FONTE:** Acervo da EEPLM. Livro de Registro de ponto dos Professores de 1952 a 1954. Realizado pela pesquisadora.

No **Quadro 06** estão apresentados os cursos da ENOD os quais foram organizados conforme a Legislação 8.530 de 02 de janeiro de 1946. Ambos os cursos “tinham um caráter propedêutico e genérico” (MARTINS, 2000, p.5). O curso representado pelo Primeiro Ciclo “era um curso de curta duração, de nível ginásial, para suprir a carência de regiões, principalmente rurais, que possuíam uma quantidade

<sup>17</sup> Decretos lei que organizaram os níveis de ensino brasileiro: lei n. 8.529, de 02 de janeiro de 1946, que organizou o ensino primário a nível nacional. Lei 8.530, de 02 de janeiro de 1946, que organizou o ensino normal. Lei n 8.621 e 8.622, de 02 de janeiro de 1946, que criaram o SENAC. Lei n. 9.613 de 20 de agosto de 1946, que organizou o ensino agrícola.

significativa de professores sem formação para o magistério” (MARTINS, 2000, p.4). Conforme relata essa autora o curso normal de Segundo Ciclo era realizado no período de três anos, depois que se concluía o ensino ginásial; e ainda, esse curso só poderia “ser ministrado por escolas normais ou institutos”.

Sequenciando a análise da Legislação 8.530/1946, o Capítulo III tratava dos tipos de estabelecimentos de Ensino Normal, composto pelo Artigo 4º, com três parágrafos e parágrafo único, conforme o exposto,

Art. 4º Haverá três tipos de estabelecimentos de ensino normal: o curso normal, a escola normal e o instituto de educação.  
 §1º Curso regional será para estabelecimento destinado a ministrar tão somente o primeiro ciclo de ensino normal.  
 § 2º Escola Normal será o estabelecimento destinado a dar o curso de segundo ciclo desse ensino, e ciclo ginásial do ensino secundário.  
 §3º Instituto de Educação será o estabelecimento que, além dos cursos próprios da escola normal não poderão adotar outra denominação senão as indicadas no artigo anterior, na conformidade dos cursos que ministrarem.  
*Parágrafo único.* É vedado a outros estabelecimentos de ensino o uso de tais denominações, bem como o de que incluem as expressões normal pedagógico e de educação (BRASIL,1946).

O Capítulo IV da mesma lei supracitada referiu-se ao estabelecimento do Ensino Normal ligado às outras modalidades de ensino.

Art. 6º O ensino normal manterá da seguinte forma ligação com as outras modalidades de ensino:  
 1. O curso de regentes de ensino estará articulado com o curso primário.  
 2. O curso de formação geral de professores, com o curso ginásial.  
 3. Aos alunos que concluírem segundo ciclo de ensino normal será, assegurado o direito de ingresso em cursos da faculdade de filosofia, ressalvadas, em cada caso, as exigências peculiares à matrícula.

Diante do texto exposto no capítulo IV constatou-se que o ensino da ENOD se enquadrou no item 2, ou seja, o curso de formação geral de professores primários com ligação ao curso ginásial. No que tange ao item 3 e considerando ao período investigado, em Diamantina ainda não existia a Faculdade de Filosofia<sup>18</sup> e assim na realidade dessa falta os alunos que concluía o ensino Ginásial não tinham como ingressar nessa Faculdade. O início do ingresso de alunos na universidade na

---

<sup>18</sup> A Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina foi autorizada a funcionar na cidade pelo Parecer CEE nº 26, de 22/03/1968 e reconhecida pelo Decreto nº 74573 de 19/09/1974. Essa Faculdade era de caráter privado. Informação obtida de documento expedido pela instituição. MARTINS (2012) afirma que a Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina (FAFIDIA) foi criada na década de 1960 e quem esteve à frente da criação dessa instituição para a cidade de Diamantina, foi Aires da Mata Machado Filho.



cidade de Diamantina ocorreu nos inícios dos anos 60 com a Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha (FUVJ).<sup>19</sup>

Em sequência na Legislação Orgânica 8.530/1946, teve o Título II que em seu Capítulo II referiu-se ao curso de formação de professores primários. No Artigo 8º foi salientado que o curso de formação de professores primários seria constituído de três séries anuais, compreendendo as seguintes disciplinas:

**Quadro 07: Disciplinas do Curso Normal de Formação de Professores conforme a Lei nº 8.530/1946**

Primeira Série	Segunda Série	Terceira Série
Português	Biologia Educacional	Psicologia Educacional
Matemática	Psicologia Educacional	Sociologia Educacional
Física e Química	Higiene e Educação Sanitária	História e Filosofia da Educação
Anatomia e Fisiologia Humanas	Metodologia do Ensino Primário	Higiene e Puericultura
Música e Canto	Desenho e Artes Aplicadas	Metodologia do Ensino Primário
Desenho e Artes Aplicadas	Música e Canto	Desenho e Artes Aplicadas
Educação Física, Recreação e Jogos	Educação Física, Recreação e Jogos	Música e Canto
-	-	Educação Física, Recreação e Jogos

**FONTE:** Lei Orgânica do Curso Normal nº 8.530 de 02 de janeiro de 1946. Realizado pela pesquisadora.

Analisando as disciplinas exigidas pela Lei que organizou o curso normal brasileiro, conforme estão apresentadas no **Quadro 07** e tendo como referência as disciplinas ministradas na ENOD entre 1952 a 1954, como consta no documento pode se constatar o seguinte: na Primeira Série as disciplinas Anatomia, Fisiologia Humanas, Física e Química, Artes Aplicadas, Recreação e Jogos foram substituídas pelas disciplinas de Geografia, Ciências, História, Latim, Trabalhos, Francês e Inglês. Na Segunda Série, foram acrescentadas Literatura e Puericultura no lugar de Higiene, Educação Sanitária e Canto.

Esses acréscimos ou substituições de disciplinas realizadas na grade curricular da ENOD não partiram da iniciativa dessa instituição, pois “a Lei Orgânica permitia também que cada Estado sugerisse outras disciplinas (...) para suprir a especificidade de cada região” (MARTINS, 2000, p.4). Na Terceira Série foram

<sup>19</sup> De acordo com Havenith (2019, p. 6) a Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha (FUVJ), em 1965 foi um dos primeiros projetos de se ter uma Universidade em Diamantina e que essa unidade, manteve a Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina; a qual representou “o início do ensino superior direcionado a formação docente no Vale do Jequitinhonha”. Para saber mais sobre a FUVJ, ver: HAVENITH, Sashanicol Rocha. Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha: O primeiro projeto de universidade na cidade educacional de Diamantina. 318 f. Tese (Mestrado em Educação). 2019. Disponível em: <<http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/>>.

ofertadas as disciplinas de Português, Literatura e Prática de Ensino substituindo Puericultura e Canto, como estão expostas no **Quadro 08**.

**Quadro 08: Disciplinas ofertadas pelo Curso Normal de Formação de Professores na ENOD 1952 – 1954**

Primeira Série	Segunda Série	Terceira Série
<b>Geografia</b>	Biologia Educacional	Psicologia Educacional
<b>Ciências</b>	Psicologia Educacional	Sociologia Educacional
<b>História</b>	Literatura e Português	História e Filosofia da Educação
<b>Latim, Francês</b>	Metodologia do Ensino Primário	Prática de Ensino e Higiene
<b>Música e Canto</b>	Desenho e Artes Aplicadas	Metodologia do Ensino Primário
<b>Desenho e Artes Aplicadas</b>	Música	Desenho e Artes Aplicadas
<b>Educação Física</b>	Educação Física, Recreação e Jogos	Português, Literatura, Música
<b>Português, Inglês</b>	Puericultura	Educação Física, Recreação e Jogos

**FONTE:** Relação de disciplinas, 1952-1954. Acervo da EEPLM. Sistematização da pesquisadora.

Como se vê no quadro o curso de Formação de Professores da ENOD na primeira série ofertava disciplinas de formação geral. Na segunda e terceira séries o estudo esteve dedicado à formação pedagógica do alunado, através das disciplinas: Psicologia aplicada à educação, Metodologia do ensino primário, Sociologia aplicada à educação, noções de História e Filosofia da educação e Prática do Ensino Primário.

Em continuidade com a análise dos artigos, tem-se o Artigo 17, do capítulo dois da Lei nº 8.530/1946 foi estabelecido a organização do ano escolar, sendo dois períodos letivos e em dois de férias: o primeiro, de 15 de março a 15 de junho e de 01 de julho até 15 de dezembro. O período de férias ficou estabelecido de 16 de dezembro a 14 de março e de 16 a 30 de junho. Ao considerar o espaço de tempo estabelecido dessa Lei, entre dezembro e março, pode ser percebido que houve necessidade da instituição em não cumprir o tempo determinado de iniciar as aulas em 15 de março, conforme previa a Legislação Orgânica nº 8.530/1946.

As aulas iniciaram no dia 02 de maio e até no dia 7 desse mesmo mês, a escola funcionou somente com um turno. A demora do início das aulas na ENOD logo nos primeiros meses do ano de 1952 foi assim justificada: “A morosidade da Central do Brasil veio atrasar a abertura das aulas, pois as carteiras e demais utensílios escolares despachados de Belo Horizonte levaram quase um mês para subir a Serra da Tocaia” (A

ESTRELA POLAR, 1952). Pode ser confirmado que os dias que se seguiram as aulas no educandário aconteceram normalmente, teve aulas nos turnos matutino e vespertino.

O exposto no **Quadro 09** mostra a organização das turmas da ENOD nos três anos iniciais de sua reabertura para a sociedade diamantinense.

**Quadro 09 – Organização de turmas dos cursos de Formação e Ginásial da ENOD no período entre 1952 a 1954**

Ano	Turmas / Matutino	Turmas / Vespertino	Total
1952	1ª séries B (Masculina) e C (Mista), 2ª série A (Masculina), 1º e 2º Anos de Formação.	1ª série A (Feminina), 2ª série B (Feminina), 1º e 2º Ano de Formação.	09
1953	1ª série B, 2ª série B, 3ª série. 1º 2º e 3º Anos de Formação	1ª séries A, C e D; 2ª série A e 4ª série	11
1954	1ª série A, 3ª e 4ª séries; 1º, 2º e 3º Anos de Formação.	1ª série B, 2ª séries A e B	09

**FONTE:** Livros de Registros de Ponto dos professores do Acervo da Escola Estadual Professor Leopoldo Miranda entre os anos 1952, 1953 e 1954. Realizado pela pesquisadora.

Conforme o exposto a ENOD iniciou suas atividades escolares com um total de vinte e nove turmas e, no segundo ano de seu funcionamento, em 1953, salientou-se o número da procura dessa instituição pelo alunado diamantinense e de outras localidades. O Artigo 18 do capítulo três da Lei Orgânica nº 8.530 de 1946, estabeleceu que “Os alunos dos estabelecimentos de ensino normal serão sempre de matrícula regular não se admitindo alunos ouvintes” (BRASIL, 1946).

Diante desse artigo da legislação e ao analisar as matrículas dos alunos da ENOD realizadas no período entre 1952 a 1954, constatou-se que a admissão dos alunos na instituição aconteceu de maneira regular. Foi cumprido também de não haver nenhum aluno ouvinte. Pelo exposto no **Quadro 10**, pode-se identificar a procura específica do alunado que se matriculou na escola no período de sua reabertura e nos dois anos seguintes.

**Quadro 10: Matrículas realizadas na ENOD por especificação entre 1952, 1953 e 1954**

Turmas	1952				1953				1954			
	Sexo e Porcentagem				Sexo e Porcentagem				Sexo e Porcentagem			
	Masc.	%	Fem.	%	Masc.	%	Fem.	%	Masc.	%	Fem.	%
<b>1º Ciclo - Curso Ginasial</b>												
<b>1ª Série</b>	47	47%	68	68%	28	28%	118	118%	34	34%	56	56%
<b>2ª Série</b>	24	24%	41	41%	33	33%	36	36%	27	27%	52	52%
<b>3ª Série</b>	07	7%	10	10%	13	13%	25	25%	18	18%	21	21%
<b>4ª Série</b>	01	1%	08	8%	08	8%	04	4%	04	4%	09	9%
<b>2º Ciclo – Curso de Formação</b>												
<b>1º Ano de Formação</b>	-	-	06	6%	-	-	19	19%	-	-	11	11%
<b>2º Ano de Formação</b>	02	2%	03	3%	-	-	08	8%	24	24%	15	15%
<b>3º Ano de Formação</b>	-	-	-	-	-	-	05	5%	-	-	08	8%
<b>Total Anual</b>	81	81%	136	136%	82	82%	215	215%	107	107%	172	172%

**FONTE:** Livro de Registro de Matrículas 1952-1954. Acervo da EEPLM – Realizado pela pesquisadora

Como apresenta o quadro o número de mulheres matriculadas em ambos os cursos foi superior ao número do alunado masculino em quase todas as séries e anos. Somente no ano de 1954 no 2º Ano Ginásial o número de matrículas masculinas foi superior ao do alunado feminino, sendo 24% homens e 15% de mulheres. No total anual correspondente ao número de matrículas realizadas na Escola Normal Oficial de Diamantina, pode ser constatado que no ano de 1952 o total de alunos do sexo masculino foi de 81% e de mulheres 136%, ou seja, 36% a mais que o percentual. Em 1953 foram 82% de homens matriculados enquanto a porcentagem de mulheres correspondeu a 215%, ultrapassou o ano anterior.

Em 1954 o número de alunos no geral teve um decréscimo e mesmo assim as mulheres superaram quantitativamente; 107% das matrículas foram masculinas e 172% foram femininas. Considerando o número elevado de mulheres matriculadas no decorrer dos anos de 1952 a 1954, pode ser constatado que a maior procura dos cursos ofertados nesses períodos foi realizada pelo sexo feminino. Esse fato pode ser explicado

pela própria existência da Escola Normal que tinha como objetivo, formar normalistas para atuarem nas escolas de primeiras letras.

No período de 1954 formou a primeira turma de normalistas do Curso de Formação de professores. De acordo com o Jornal Voz de Diamantina (1954) essa turma foi formada pelas 5 professorandas Ana Maria Moreira de Mendonça, Dulce Pimenta Fonseca, Maria da Conceição Guedes, Maria José Mainarty, Marlene Costa Almeida. A formatura dessas normalistas foi considerada como uma nova era diamantinense e o Jornal Voz de Diamantina<sup>20</sup> 1953 destacou essa inovação em sua primeira página, como segue citada integralmente.

A inauguração de uma nova fase para Diamantina. O Ensino profissional como solução para os métodos obsoletos de mineração – Faculdade de Odontologia e Conservatório de Música. Colaram grau ontem em Diamantina, cinco normalistas que integram a 1ª turma diplomada pela Escola Normal Oficial daquela cidade. O ato se reveste de significativa importância pelo que representa aquele novo educandário para as populações do nordeste mineiro, do qual Diamantina é a capital intelectual. Há anos, a Escola Normal Oficial havia sido fechada, contando o importante centro estudantil somente com o Colégio Nossa Senhora das Dores, mantido por religiosas, o Colégio Diamantinense, sob a égide da Arquidiocese, o Seminário e estabelecimentos de ensino primário. A falta da Escola Normal Oficial e a ausência de Institutos de ensino superior no Nordeste de Minas, provocaram o êxodo de estudantes da cidade do Norte para os grandes centros, produzindo o despojamento e evasão de rendas. A criação da Escola Normal Oficial de Diamantina e a da Faculdade de odontologia, que possivelmente funcionará no próximo ano, foram as primeiras providências tomadas pelas autoridades, a fim de incentivar e favorecer o aprimoramento intelectual da população do nordeste. As cinco novas normalistas ora diplomadas marcam o início de uma nova era para o Nordeste Mineiro (JORNAL VOZ DE DIAMANTINA, 1953).

Pode ser observado que houve um decréscimo com relação ao número de alunas matriculadas na ENOD entre 1952 a 1954 e o número das que concluíram o curso, somente 5. Não foi possível aprofundar nessa questão pela falta de informações documentais. Em continuidade do Capítulo três da Lei Orgânica 8.530 do Ensino Normal, seu Artigo 19 definiu que “Nos estabelecimentos que admitirem alunos de um e outro sexo, as classes poderão ser especiais para cada grupo, ou mistas” (BRASIL, 1946). Esses dois tipos de classes referenciadas pela legislação, existiu na ENOD no

---

<sup>20</sup> O Jornal Voz de Diamantina, 27 de dez. de 1953, Ano: LI pertencente ao Acervo do Pão de Santo Antônio traz essa informação de formatura das professorandas no período de 1953 e o Jornal Voz de Diamantina de 7 de dez. de 1954, Ano LII, nº 32, pertencente ao acervo da BAT, referencia a formatura das normalistas da ENOD no período de 1954. Considerando a Legislação 8.530/1946, o curso de formação de professores nas Escolas Normais tinha duração de três (3) anos. Foi considerada a informação da formatura das alunas do primeiro Jornal (1953), porém, a formatura das alunas transcorreu no período de 1954, de acordo com o Jornal Voz de Diamantina do acervo da BAT e com base na Lei Orgânica 8.530/1946 que organizou o ensino nas escolas normais brasileiras.

período de 1952 sendo uma turma mista composta pela 1ª Série C e quatro por agrupamento de sexo representado pela 1ª Série B (masculina), 2ª Série A (masculina), 1ª Série A (feminina) e 2ª Série B (feminina).

A Lei Orgânica nº 8.530/1946 em seu Artigo 21 rezou sobre a admissão nos cursos de Formação e Ginásial. Para organizar o quadro de professores na ENOD no pós-reabertura em 1951, foi legislado pelo Governador de Minas Gerais, Juscelino Kubistchek de Oliveira, a Lei nº 840 de 26 de dezembro de 1951. Nessa lei ficou estabelecido o aproveitamento dos funcionários em disponibilidade para atuarem na ENOD em seu período de reabertura.

O último Artigo da Lei Orgânica nº 8.530/1946 a ser analisado ante a organização da ENOD no período entre 1952 a 1954 trata-se do Artigo vinte e três do capítulo IV que refere ao período da realização da matrícula dos alunos, o qual ficou estabelecido ser realizada de 1 a 10 de março. Verificando as matrículas realizadas na ENOD no período de 1952, se constatou que houve uma antecipação quanto à data prevista pela legislação. As realizações das matrículas na ENOD tiveram seu encerramento em 23 de janeiro de 1952 e não há registro de nenhuma data referente às matrículas realizadas nos períodos entre 1953 e 1954.

#### 2.4 Formação e identificação dos professores efetivos da ENOD

O curso de Formação da ENOD no qual atuaram os professores entre o período de 1952 a 1954 esteve em consonância com a Legislação Orgânica nº 8.530 do Curso Normal de 02 de janeiro de 1946. Por essa lei o Curso de Formação esteve incluso como 2º Ciclo e foi ministrado numa escola normal, tal qual determinou a legislação vigente. O curso de formação tinha duração de três anos e objetivou formar professores para atuarem nas escolas primárias brasileiras.

No caso da Escola Normal Oficial de Diamantina, os perfis de formação dos professores da ENOD que atuaram de 1951 a 1954 caracterizaram por formação em: Ciências, Trabalhos Manuais, Português, Educação Física, Geografia, Matemática, Biologia e Anatomia, Metodologia e Prática, Latim, Física e Química, Canto, Francês, Desenho e Artes, Higiene, Psicologia, Inglês, História, Metodologia, Sociologia. No **Quadro 11** é apresentada a composição do quadro professor do curso de Formação entre 1952 a 1954, com as respectivas disciplinas ofertadas pela instituição.

**Quadro 11: Composição do quadro de professores do curso de Formação da ENOD entre 1952 a 1954 e suas respectivas disciplinas.**

Professor	Período e Disciplinas ofertadas		
	1952	1953	1954
Alcides Meira	-	-	Ciências
Álvaro Hugo Gonçalves	Ciências	-	-
Anita Pgnatario Guieiro	-	Trabalhos	Trabalhos
Antônio Felício da Silva	Português	Português	Português
Celme Alves Rocha	Educação Física	Educação Física	Educação Física
Clóvis Hugo Filho	Matemática	-	-
Dulce Alves Baracho	-	-	Geografia
Gabriel de Amicis Mandacaru	Português	-	Português
Geraldo Miranda	-	-	Matemática
Helena Lopes	-	Metodologia	-
José Leite Vidigal	História	-	-
Julio José de Deus	Latim	-	Latim
Leandro Gomes da Costa	-	Física e Química	-
Luís Almeida	-	-	Matemática
Maria Conceição Botelho	-	Biologia e Anatomia	-
Maria da Conceição Reis Costa	Canto	Canto	Canto
Maria das Dores M. Silva	Desenho	-	-
Maria do Carmo Pereira	-	-	Francês
Maria Leys F. Ferreira	Francês	-	-
Maria Margarida Santos	-	Desenho e Artes	-
Maria Stela M. Moura	-	-	Desenho
Maria Sylvia (Diniz) Pereira	-	Higiene	-
Maria Yolenita (de Miranda) Pereira	-	Psicologia	-
Olímpio Fernandes Neto	-	Sociologia	-
Pe. Serafim Fernandes de Araújo	-	Metodologia e Prática	-
Rodolfo Lautner Júnior	-	-	Inglês
Ruth Spindola	-	Matemática	-
Sebastião Guabiroba	-	Inglês	-
Valmy Lessa Couto	-	-	História
Vera Lúcia Felício da Silva	-	-	História

**FONTE:** Relação do grupo de professores do Colégio Oficial de Diamantina. Acervo da EEPLM- Realizado pela pesquisadora

Dos professores que atuaram no curso de Formação da ENOD foram identificados 31 e esses professores em sua maioria possuíam perfis de formações diversos. Devido à defasagem de documentação referente ao período entre 1952 a 1954, não foi possível encontrar os documentos de todos os professores que atuaram no Curso de Formação de professores na Escola Normal Oficial de Diamantina.

De acordo com a documentação encontrada, verificou-se havia professores que possuíam nível superior e eram advogados, médico e dentista. Havia também os professores que tinham por formação o ensino médio, também conhecido como segundo grau. Para entender sobre a formação dos professores que atuaram no período entre 1952 a 1954, torna-se preciso voltar na Lei Orgânica nº 8.530/1946 em seu Artigo 21, principalmente o que reza sobre a admissão no curso. Como também ser necessário conhecer a Lei nº 840, de 26 de dezembro de 1951 estabelecida pelo Governador Juscelino Kubistchek, que decretou o aproveitamento dos funcionários em disponibilidade para atuarem na ENOD em seu período de reabertura.

No Artigo 21 da Lei Orgânica ficou estabelecido que

Para inscrição nos exames de admissão ao curso de primeiro ciclo será exigida do candidato prova de conclusão dos estudos primários e idade mínima de treze anos, para a inscrição aos de segundo, ciclo, certificado de conclusão de primeiro ciclo ou certificado do curso ginásial, e idade mínima de quinze anos.

Parágrafo único. Não serão admitidos em qualquer dos dois cursos candidatos maiores de vinte e cinco anos (BRASIL, 1946).

A Lei nº 840 de 26 de dezembro de 1951, conforme seu

Art. 3º - Serão aproveitados os funcionários em disponibilidade que serviam na antiga Escola Normal de Diamantina, ao tempo de sua extinção, observado o disposto no artigo 79, parágrafos 1º e 6º do decreto-lei nº 804, de 28 de outubro de 1941. (LEI nº. 840, de 26 de dezembro de 1951).

A exigência de não aceitação da admissão de candidatos maiores de vinte e cinco anos decretada pela Lei Orgânica nº 8.530/1946 pôs em evidência a qualificação dos professores, que já estavam atuando e tinham mais idade do que a exigida. A lei deixava a entender que “a maioria do pessoal empregado no magistério primário de então estava desqualificado para a função” (ROMANELLI, s/d, p.7).

A Lei nº 840 de 26 de dezembro de 1951, consolidou a segurança dos professores diamantinenses de poderem atuar na ENOD no período de sua reabertura, pois nessa lei inexistiram referenciais destinados à idade. Uma vez que a Lei Orgânica nº 8.530/1946 vigente em 1951, não aceitou a admissão de pessoas maiores de vinte e



cinco anos para atuarem nos cursos de Formação e Ginásial, caso fosse para cumprir essa cláusula e considerando a idade dos professores da ENOD, nenhum deles atuaria na instituição, pois a idade desses professores excedia os vinte e cinco anos.

Como determinou o último Artigo 49 da Lei Orgânica nº 8.530/1946, capítulo V; de que os professores especificamente do curso normal iriam “receber conveniente formação, em cursos apropriados, em regra de ensino superior” (BRASIL, 1946) e de acordo com a constatação referente à realidade dos professores da ENOD, ficou a sensação de que no período investigado transcorreu sob um adormecimento de investimento de políticas públicas na formação dos professores de Diamantina.

Organizar e estruturar as atividades de funcionamento da ENOD pela Lei Orgânica nº 8.530/1946 evidenciou a noção de se colocar a ordem logo no início das atividades, conforme propunham os ideais de modernidade da época. Era necessário um “ordenamento espacial e temporal do fenômeno educativo, as práticas escolares tendo em vista o tempo o espaço” (FARIA FILHO, 2000, p. 1).

Estes aspectos observados no confronto do que determinou a Lei Orgânica do Ensino Normal nº 8.530/1946 na estrutura de organização da ENOD e o que essa instituição pôde ofertar mediante a sua materialidade, leva a compreender conforme as argumentações de Magalhães (2004), que cada instituição tem a sua identidade e especificidade. Mas possui também seu aspecto de heterogeneidade, pois se encontra em consonância com o estadual, federal e municipal e isso a submete ante as legislações que a iguala com as demais. Contudo a ENOD após 13 anos de fechamento, ao ser reaberta; precisou entrar no ritmo das demais escolas existentes em Diamantina no período de 1952 e se igualar a elas, porém não deixando de perder a sua especificidade de ser ela, a Escola Normal Oficial de Diamantina. Os treze anos que a ENOD ficou sem funcionar suas atividades escolares e o período em que a instituição foi reaberta 1951, demonstraram que não houve investimento de políticas educacionais aplicadas no ensino local.

## 2.5 Políticas Públicas educacionais no Brasil, em Minas Gerais e especificamente na sociedade de Diamantina entre 1930 a 1950

O período entre 1930 e 1950 antecedeu a promulgação da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988 e assim correspondeu aos indícios de

embates e debates referentes as questões de organização da educação brasileira. Essas organizações aconteceram por meio de reformas estabelecidas legalmente, as quais se fizeram marcantes no campo educacional brasileiro, seja pela questão de sua aplicação nas escolas como também de não considerar a educação como um todo.

No período entre 1930 e 1950 prevaleceu a desconsideração da educação na sua totalidade. A revolução do período de 30 configurou o aspecto o Brasil para que processasse seu perfil de Estado capitalista e diante disso lentamente os inúmeros níveis que pertenciam à sua administração pública passaram a ficar sobre a tutela do Executivo Federal, ou seja, seria esse órgão que iria administrar os interesses de caráter público.

A administração se estendeu ao “controle sobre as políticas econômica e social. Neste quadro de centralização crescente passaram a ser gestadas e postas em prática determinadas políticas de caráter nacional, inclusive a política educacional” (MORAES, p. 1).

Saviani afirma que até os anos de 1920 a educação das massas ainda não se impusera como objeto de preocupação político educacional. Isso ocorreu na reforma paulista de Sampaio Dória, que procurou encontrar uma forma de combater o analfabetismo diante do ideário republicano que propunha a instrução popular como dever principal. Ainda segundo Saviani, Sampaio Dória concluiu que dar instrução a alguns e não a outros é injusto, por isto instituiu que, nos primeiros dois anos, o ensino primário seria obrigatório e gratuito para alfabetizar todas as crianças em idade escolar. Essas reformas abriu o ciclo de reformas estaduais que marcaram a década de 1920. As reformas posteriores à de Sampaio Dória - diz Saviani - abriam um ciclo marcado pela introdução mais sistemática das ideias inovadoras, pelas reformas de Minas Gerais, do Distrito Federal e de Pernambuco, que modificaram diversamente a instrução pública. (FARIA, 1911, p. 23 APUD SAVIANI, 2007).

Nesse sentido as reformas realizadas na estrutura da educação em âmbito nacional ocorreram no período de 1930 sob o governo de Getúlio Vargas. Logo que esse presidente assumiu a presidência do Brasil, a educação brasileira entre 1930 e 1950 passou por reformas na sua estrutura organizacional e isso contribuiu para que a mesma ganhasse um lugar de destaque nas esferas econômicas, política e cultural do país. Essas reformas se estabeleceram mediante aos acontecimentos que estavam ocorrendo tanto dentro quanto fora do país, ou seja, “mediante as crises nacionais e internacionais do sistema capitalista” (PIANA, 2014, p. 67).

A reforma no campo educacional foi idealizada por Francisco da Silva Campos juntamente com o Presidente Getúlio Vargas a partir de fevereiro de 1931. A

reforma recebeu o nome de seu idealizador; Francisco Campos e foi caracterizada pelo forte controle que a manteve.

No período da Reforma Francisco Campos<sup>21</sup> as decisões educacionais eram realizadas no Conselho Nacional de Educação. Moraes (1992) afirma que as discussões sobre os Decretos n<sup>os</sup> 19.851 e 19.890 que tratavam dos assuntos referentes à organização e reformas do ensino superior e também do ensino secundário, não eram realizadas no Conselho e sim noutra jurisdição definida para essa finalidade. O poder de decisões a respeito das questões relacionadas à educação pertencia ao Conselho, mas as decisões não se efetivavam antes do aval do Ministro Francisco Campos.

Essa reforma foi elaborada com o intuito de “orientar e coordenar, como órgão central, as reformas educacionais que seriam incluídas na Constituição de 1934” (PIANA, 2009, p. 64). Essa autora complementa que a mudança na estrutura de organização da educação brasileira teve seus aspectos de relevância para o setor, mas também dificultou a permanência do alunado da época nas escolas.

Dificultou, porque, ao promover a educação, a Reforma Francisco Campos não contemplou a maioria dos brasileiros que não teve acesso à escola. A geração que viveu entre os períodos de 1930 a 1950 e, que estava inclusa na faixa etária de “15 até os 24 anos” (MAGALHÃES, 2006, p.6), vivenciou as iniciativas das reformas educacionais brasileiras, sob a “atmosfera de importantes nuances de desenvolvimento econômico e político” (MAGALHÃES, 2006, p.6), só que a maioria dessas pessoas não teve acesso à educação ofertada, principalmente as que representavam as camadas empobrecidas.

A falta de acesso à educação por parte dos brasileiros pode ser explicada a partir da rigidez da regulamentação proposta pela Reforma Francisco Campos, quando esse Ministro assumiu a responsabilidade de conduzir a organização da educação brasileira e esse setor passou a ser tutelado pelo Governo Central e “somente ao Estado caberia à responsabilidade, o controle e a promoção da Educação” (MORAES, 1992, p. 296).

A promoção da educação brasileira ao ter ficado sobre a tutela do Governo Central deu abertura para que fosse minimizado o olhar estatal frente à

---

<sup>21</sup> As Reformas educacionais ocorridas em Minas Gerais que antecederam a Reforma Francisco Campos as quais trouxeram significância de mudanças para a área educacional, segundo Oliveira (2011) foram: “a Reforma João Pinheiro (1906), a Wenceslau Brás (1910), a Bueno Brandão (1910-1), a Delfin Moreira (1915-6) e a Mello Viana (1920-6)”.

realidade existente nesse setor, resultando o não alcance da reforma em benefício da maioria.

Esse aspecto dificultou os rumos da educação brasileira, pois, faltou aos legisladores o referencial de conhecer a realidade para a qual eles estavam legislando. Esta configuração de desconhecimento da realidade educacional fez com que, nesse setor, uns tivessem mais oportunidade de estudo do que outros.

A realidade da população no período entre 1930 e 1950 no que tange ao quesito de saber ler e escrever se configurou representada por uma grande parcela de crianças e jovens analfabetos.

Em 1950, quase a metade da população de 15 a 24 anos, portanto crianças nascidas entre 1926-1934, não sabiam ler e escrever, (46,5%) conseqüentemente, só 53,5% desse contingente populacional está alfabetizado no ano mencionado. De fato, as reformas do ensino secundário não eram uma realidade patente. Uma parcela considerável dessa população tão somente alcança a escola primária ou elementar (95,5%). Um pouco mais de mulheres (96,7%) do que homens (94,2%) do que homens (94,2%) revelando que a maior parte das crianças e jovens que viveram seus anos escolares durante os anos de 1930 a 1950, alcançam em sua maioria, tão somente a escola primária. (...) somente 3,7% do contingente de jovens de 15-24 no ano de 1950, concluíram o ensino secundário. Um pouco mais de homens do que mulheres galgam esses níveis de ensino, 4,4% e 3,1% respectivamente. (MAGALHÃES, 2006, p. 6).

Os apontamentos indicam que nem todos os brasileiros que viveram nos entremeios dos anos 1930 a 1950 e que tiveram em idade escolar herdaram das reformas destinadas ao setor educacional desse período. A realidade escolar de parte dos jovens brasileiros que viveram nessa época foi a de não ter a oportunidade de concluírem o ensino Secundário.

Esse curso foi criado no período de 1931 e teve prioridade na legislação vigente. Existiam dois tipos de projetos de ensino ofertados à população brasileira “o da realização da escola primária para todos e a escola secundária para cidadãos úteis à nação e a si mesmos, ambas continuaram longe de serem unificados, apesar da luta dos pioneiros da escola nova em defesa da articulação do ensino primário ao secundário desde o manifesto de 1932” (MAGALHÃES, 2006, p.4). A reforma organizou o ensino secundário em todo o país, no sentido de unificar o projeto de ensino, porém, utilizou-se de rigor nas exigências a serem cumpridas pelo alunado para cursá-lo.

Houve, de fato, a preocupação de eliminar o seu caráter de curso de passagem, introduzindo no seu ciclo fundamental (o ginásio de cinco anos), uma formação básica geral e transformando em propedêutico o ciclo

complementar (de dois anos). Todavia, quando se observa a estrutura do curso secundário estabelecida pela reforma, percebe-se o seu real alcance. Um currículo vasto, de caráter enciclopédico – associado a um sistema de avaliação extremamente rígido –, o tornava uma educação para a minoria que, naquela conjuntura da vida brasileira podia passar cinco anos adquirindo o que supunha ser uma cultura geral. Por outro lado, a política de equiparação entre escolas públicas e privadas levada a efeito pela reforma, favoreceu uma significativa expansão do ensino privado após 1930 e a consequente formação de um empresariado do ensino. (MORAES, 1992, p.11).

Como consequência a maioria dos alunos perdeu o interesse de cursar o ensino secundário e a evasão tornou-se contínua, pois além das normas serem muito exigentes para o ingresso, ainda era muito tempo de estudo. Esse projeto de ensino passaria por nova reforma no período de 01 de abril de 1942, por Gustavo Capanema, quando “retomas as chamadas Francisco Campos por (meio de decretos) que, sobretudo, efetivou a estrutura e organização do ensino secundário (decreto 19.890 de 18/04/1931), que até então era realizado por meio de exames e cursos propedêuticos para o ensino” (MAGALHÃES, 2006, p.4).

De certa maneira, o curso secundário recebeu proteção política no período, pelo fato de que, quem podia cursá-lo, eram somente os alunos da alta camada social e que futuramente conduziria os rumos do país, seriam os futuros governantes. “É que o ensino se destina a preparação das individualidades condutoras, isto é, dos homens que deverão assumir responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação” (MAGALHÃES, p.5 apud NÓBREGA, s.d., p.387-389). O curso Secundário foi resguardado pela reforma ao passo que a escola primária não contou com tanto empenho para a sua organização.

(...) a escola primária, a cargo dos Estados, recebeu pouca atenção quando se compara com a legislação do ensino secundário. A continuidade da política de atenção ao ensino secundário prossegue particularmente no governo do Estado Novo (1937-1946), que acresce iniciativas no campo dos cursos profissionais. Só em 1946, já no governo provisório de José Linhares, ocorre um Decreto 8.529/1946 e do ensino normal (lei 8.530) no mesmo ano. (MAGALHÃES, 2006, p. 6).

A política de proteção direcionada ao curso secundário favoreceu e serviu de barreira de impedimento para que a maioria do alunado brasileiro pudesse terminar os estudos. A falta de oportunidade de ensino e as mudanças propostas pela política de proteção demonstram que esse indicativo não se direcionou para mudança da realidade da educação no país, e isso se explica pelo caráter autoritário de como as leis

foram elaboradas. Foi uma reforma com características “centralizadoras e coercivas, perfeitamente de acordo com as ideias de seu autor e do governo que representava” (MORAES, 1992, p.294). Não estiveram “consubstanciadas em bases democráticas concretas, ficando assim, algumas gerações mais do que outras, a mercê desse estágio de coisas” (MAGALHÃES, 2006, p. 7).

Diante dessa realidade, vale considerar que a organização, no campo da educação brasileira, ganhou nova estrutura e, que os decretos que a compuseram “[...] vieram consolidar uma estrutura, que nunca antes fora organizada numa base nacional” (OTRANTO E PAMPLONA, 1992, p.8). Em períodos anteriores à reforma, a desarticulação no ensino foi um elemento característico da educação brasileira até o período de 1930 e o que “existia então era uma estrutura educacional estadual, sem articulação com o sistema central” (GARCIA, 2013, p.17). Essa autora salienta que o ensino secundário foi um exemplo dessa desarticulação, pois o curso foi exclusivo do Distrito Federal e serviu de modelo para o restante dos outros estados brasileiros sem o compromisso de tê-lo como um norteador definitivo.

Contudo, a reforma aparentemente, fomentou a expectativa de que iria resolver os problemas da situação educacional brasileira, mas o que aconteceu foi que a reforma não atendeu às expectativas deste setor, ou seja, foi uma reforma de caráter fragmentada. As medidas adotadas pelo Ministro Francisco Campos na pasta da educação brasileira datam a partir de abril de 1931 quando se iniciou a vigência da reforma.

O ministro foi um político que teve um perfil renovador e se destacou no setor educacional político brasileiro, porque antes dele realizar as reformas na educação em âmbito nacional, tinha realizado a reforma na educação mineira (1926-1930) que consistiu na renovação dos ensinos primário e normal. Essas reformas na educação mineira abriram as portas para que esse mineiro tivesse destaque no cenário político educacional do Brasil.

A reforma educacional mineira foi idealizada pelo Governador – denominado na época de Presidente – de Minas Gerais Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e pelo Secretário do Interior Francisco Campos. Ambos idealizaram uma modernidade e desenvolvimento para o estado definindo-o a partir da reforma da instrução primária.

Ao ser lançado na política de Minas Gerais Campos almejava alterar o campo político ao introduzir novos valores representativos do estado que não se encontrava imbuído do espírito de modernização. Mas, ao assumir o compromisso de não salopar as bases sociais da estrutura do poder vigente, Campos mostrou princípios conservadores, o que remete à contradição a que se refere Le Goff: defender ideais modernos – no caso de Campos a modernização de Minas Gerais pela educação – porém mantendo-se traços de conservadorismo. Logo, à reforma educacional como modernização do estado subjazia a vontade de um político conservador. (OLIVEIRA, 2011, p. 32).

Os novos valores referenciados e propostos por Campos seriam os que iriam mudar as características que o estado de Minas Gerais possuía nesse período de 1930. Contudo, nessa época o país configurava seu perfil industrial, mas tinha grande parte de sua população analfabeta. “[...] a educação [primária] se projetou com vigor em especial porque a formação educacional foi vista como condição-chave para à preparação do povo (mão-de-obra) para as atividades econômicas que a industrialização anunciava” (CARVALHO E CARVALHO, 2013, p. 140). Era preciso preparar a população através da educação, pois ela ocupava o setor industrial e, através de seu trabalho, estaria contribuindo para o desenvolvimento do Brasil. Esse aspecto traduziu o país num sentido mais amplo, ou seja, “sua inserção na modernidade, isto é, em um novo ideário, em uma nova consciência de mundo, uma nova sensibilidade, uma nova percepção de realidade, que mudou costumes seculares e a organização social de estilos de vida tradicional” (CARVALHO E CARVALHO, 2013, p.141).

Minas acompanhava esse ritmo muito lentamente e foi sob esse ideário de desenvolvimento e modernidade que Francisco Campos idealizou a reforma da educação mineira. A modernidade do estado mineiro seria realizada por meio da educação. Acontece que o estado mineiro nessa época possuía um caráter rural e a maior parte de sua população se encontrava dedicada ao trabalho no campo e o que produzia era para o abastecimento do mercado interno. O estado possuía um grande número de analfabetos e isso configurou o perfil da educação num quadro de precariedade, considerando ainda que existia a dualidade de ensino caracterizada pelo ensino para ricos e para pobres. Sob essa situação em que se encontrou o ensino mineiro, foi justificada a necessidade de se realizar a reforma.

Juntamente com esses aspectos incluiu a base do governo, que era representada pela oligarquia. Nesse contexto, “Antônio Carlos e Francisco Campos divulgaram seu projeto político com apoio da densa e compacta massa de analphabetos e do professorado, tido como central a concretização da reforma educacional”

(CARVALHO E CARVALHO, 2013, p. 151). Objetivou-se com essa reforma “instituir uma política educacional com princípios e bases modernos, [...] era necessária e que deveria começar pela instrução primária, mais útil” (OLIVEIRA, 2011, p. 121).

A reforma “se destacou, de fato, pelas muitas modificações que fez no ensino primário e normal utilizando-se da introdução de ideais educacionais pertencentes da escola nova, o que fez dela a pioneira no país” (OLIVEIRA, 2011, p. 30). As ideias foram difundidas por seus principais representantes Anísio Teixeira e Fernando Azevedo; e foram norteadoras para a formulação da estrutura da reforma no estado.

Associada a esses aspectos, ela trouxe grandes benefícios para a educação mineira. A efervescência dos debates referentes à reforma da educação mineira fez com que surgissem novos assuntos ligados. Oliveira (2011) elenca nesse contexto como novos assuntos surgidos e ligados ao campo educacional a “organização de suas esferas e competências, verbas para a educação e definição dos contornos da educação mineira, contemporânea e futura”.

Pelo estudo realizado nas cartas de Francisco Campos, a pesquisadora Pâmela Faria Oliveira concluiu que o ministro, era conhecedor das inovações que estavam acontecendo na educação em outros países e enviou grupos de professores brasileiros para o estrangeiro onde eles permaneciam por um período de dois anos, com o objetivo de se aperfeiçoarem. “Fiz seguir para os Estados Unidos um grupo de professores (...). Contratei na Suíça, França e Bélgica, professores de nomeada para o aperfeiçoamento de nosso professorado” (CAMPUS, 1930, p. 235 APUD OLIVEIRA, 2011).

Cabia à escola desempenhar a tarefa de instruir e capacitar os cidadãos, e; obter o resultado imediato de minar o analfabetismo, que era então entendido como o principal responsável de impedir que o estado desenvolvesse. A prática da reforma ficou sob a responsabilidade do professorado o qual foi “convocado a participar do Congresso de Ensino Primário para conhecer as ideias educacionais e, uma vez cientes destas, ser cooptado a defender o projeto político educacional modernizante do governo Antônio Carlos” (CARVALHO E CARVALHO, 2013, p.151).

Considerando que modernizar, para aquele período, pode ser entendido como um rompimento com a estrutura estabelecida e agregar algo novo que o substituísse, tal qual era esse o pensamento de Francisco Campos, pode dizer então que



a reforma estabelecida por ele juntamente com o Presidente Antônio Carlos, atingiu o objetivo proposto no sentido de se fazer a agregação, a substituição, das novas ideias na elaboração da reforma: “Para Campos os postulados da escola nova representavam os ideais de modernidade que seu governo tanto almejava, pois vão contra o ensino tradicional, que – para ele– deveria ser substituído” (OLIVEIRA, 2011, p.31). Foi introduzido para elaboração da reforma os ideais da escola nova, e isso foi em parte uma inovação, porém, faltou apontar para a mesma direção para qual a proposta da escola nova foi formulada.

Isso porque, uma vez que “Campos via a educação escolar como instrumento de conservação num momento em que a ideia de modernização supunha quebra do conservadorismo, abertura ao novo, ruptura com a tradição reinante” (CARVALHO E CARVALHO, 2013, p. 151); tornava-se antagônico pensar em uma educação que preocupasse em preparar cidadãos para conviver com a mudança da realidade em que viviam, pois “[...] não conseguiu efetivar a modernização como instrumento emancipatório democratizante” (OLIVEIRA, 2011, p.36).

E, não só isso; “se a elaboração interna coerente de sua política garantiu futuro para suas ideias no cenário nacional, isso não bastou para concretizar o projeto de modernização e democratização do estado em seu conjunto” (CARVALHO E CARVALHO, 2013, p. 121). A modernização tão almejada pela reforma dependia de outros aspectos e contextos sociais que precisavam passar pelo processo de mudança e não somente da escola conforme foi o objetivo da reforma.

Sob essa perspectiva, a modernidade expressada pela reforma não acentuou diretriz em direção ao aspecto social, no sentido de moldá-lo para o conhecimento de sua transformação e a partir dela, transformar e mudar a realidade. De certa maneira, a Reforma Francisco Campos na reforma da educação de Minas Gerais, utilizou as ideias da escola nova para a elaboração das reformas na educação mineira, mas tendeu contrariar os próprios postulados da escola nova.

Isso se explica porque a proposta da escola nova esteve sintonizada com os problemas da educação e propunham uma transformação através desse setor, mas que fosse direcionada para a formação do sujeito, moldando-o para o conhecimento e de sua emancipação para a cidadania. Dentro desses moldes, transcorreria a modernidade primeiramente para o sujeito, a considerar que essa reforma na educação

não obteve seus resultados imediatos e então a moldagem do indivíduo também seria ao longo do aprendizado.

Francisco Campos compreendendo a escola como instrumento de conservação representou os traços característicos da elite do estado mineiro em “querer se modernizar sem abrir mão a tradição do conservadorismo” (OLIVEIRA, 2011, p. 36). Ele propôs uma modernização mantendo a estrutura social vigente na exclusão. Ou seja, manteve a base social sem educação no sentido de conhecer seus direitos e contribuírem para uma modernidade emancipatória. Quanto a outra perspectiva, “Isso confirma a sua precocidade (a maior parte da população mineira era rural), sua incompletude (a economia ainda era de base agrária) e seu bloqueio (pelo poder político era oligárquico)” (OLIVEIRA, 2011, p. 32).

As reformas educacionais ocorridas entre o período de 1930 e 1950 contribuíram para o conhecimento de como se encontrava a situação da Escola Normal Oficial de Diamantina mediante a essas transformações. Considerando não haver nenhuma documentação na instituição referente a esse período, o que se sabe pelo histórico da Escola Normal Regional Américo Lopes (ENRAL), é que essa escola funcionou por quinze anos e foi estadualizada e oficializada em 12 de outubro de 1928 pelo Decreto 8.820 que a tornou ENOD. Essa instituição ficou suprimida por mais de treze anos e, restabelecida pelo Decreto nº 840 de 26 de dezembro de 1951.

Da ENRAL tem a foto<sup>22</sup> de seu professorado que segundo Santos (2015) data do período de 1916. Diz essa pesquisadora que as estudantes da Escola Normal Regional Américo Lopes de Diamantina queriam ter uma recordação fotográfica do tempo de escola. Complementa Santos (2015) que essas alunas se dirigiram para o estúdio Chichico Alkmim para tirarem uma foto e “pretendiam presentificar o último momento das amigas juntas no ambiente daquela escola, e também lembrar-se do companheirismo entre as mulheres, do recato e do pudor vigente na sociedade em que viviam” (SANTOS, 2015, PG. 76).

---

<sup>22</sup> Sobre a Foto da ENRAL se refere a um “negativo de vidro, R-014” (SANTOS, 2015, p. 76).

**Figura 5- Foto dos Professores da Escola Normal Regional Américo Lopes**



**FONTE:** Acervo Fotográfico Chichico Alkmim (1916)  
*Apud Santos (2015).*

Conforme Santos (2015) assim se identificam os professores da ENRAL apresentados na foto: 1: Lente Nícia Mourão, 2: Lente Célia L. Jardim, 3: Edésia Rabelo, 4: Lente D Francisco Mourão, 5: Cônego de L. Rocha, 6: Director Leopoldo de Miranda, 7: Vice – Diretor A. D. Mandacaru, 8: Tesoureiro Redelvim Andrade, 9: Lente Eufphrosina Mourão, 10: Lente Bernarda de Menezes, 11: Secretária Dulce Leão, 12: João J. dos Santos, 13: Maria L. L., 14: Normalista N. J. Eulálio, 15: Normalista R. dos R. Coelho, 16: Normalista M. J. Lessa, 17: Eloiza de A. Ferreira, 18: Normalista M. J. Telles, 19: Mercedes de Miranda, 20: Paraninfo homenageado Dr. Américo Lopes – Secretário do Interior, 21: Chrisantino P. da Cruz. Constata-se pela identificação desses professores e pelos seus sobrenomes que alguns deles tiveram parentesco, com os professores que atuaram na Escola Normal Oficial de Diamantina entre 1952 a 1954, como Mandacaru e Miranda.

Tendo como base os dados referentes à trajetória histórica da ENOD e cruzando-os com as reformas educacionais realizadas em Minas Gerais no período dos anos 30, pode-se constatar que houve uma distância enorme, no que tange ao professorado dessa instituição participar dos momentos de efervescência das mudanças

de organização do ensino. Pode-se dizer que a Reforma Francisco Campos não esteve articulada com a visão global do problema pelo qual a educação estava vivenciando, fato é que, enquanto a ENOD estava sem funcionamento por ordem estatal, o governo estava estruturando a educação, uma vez que essa mudança não alterou o estado de fechamento da escola.

Esse aspecto vem de certa forma confirmar a afirmativa de Oliveira (2011) de que as reformas destinadas à educação no período, não ocorreram de maneira igualitária para toda a sociedade brasileira, pois havia muita desigualdade entre as regiões. Exemplifica essa realidade as cidades que tiveram suas escolas em processo de supressão, como no caso da Escola Normal Oficial de Diamantina. Entende-se que pela lógica, reabrir a ENOD não estaria sendo um ato de organizar a educação para a sociedade diamantinense antes de esperar por longos treze anos?

Mais distante ainda em oportunizar os alunos pobres diamantinenses que estudaram na ENOD, que usufruíssem das reformas educacionais logo quando elas foram colocadas em vigência na década de 50. Considerando o período entre 1938 a 1951, somaram treze anos sem aula para o alunado diamantinense empobrecido, enquanto nesse intervalo as políticas públicas já estavam em vigor.

A Reforma imposta pelo Ministro Francisco Campos aparentemente fomentou a expectativa de que iria resolver os problemas da situação educacional do país, mas o que aconteceu foi que a reforma não atendeu às expectativas deste setor. Pode-se dizer que não atendeu as expectativas em âmbito geral da educação porque quando ocorreram essas reformas, a Escola Normal Oficial de Diamantina estava sem funcionamento.

Seguindo esse raciocínio, para que a reforma contemplasse todo o Brasil ao ponto de dizer a que a reforma foi uma reforma educacional brasileira, todas as escolas brasileiras deveriam estar em estado de atividade. O funcionamento das atividades escolares na ENOD ocorreu em 02 de maio de 1951 e já tinha a Lei Orgânica nº 8.530 de 1946 em vigência, sendo essa legislação cumprida pela escola. Enquanto estavam ocorrendo em Minas Gerais as reformas e modernização do ensino pelo Secretário dos Negócios do Interior, Francisco Campos, a ENOD estava vivenciando seu período de supressão.

Esse aspecto para a sociedade diamantinense representou a falta de escola para os alunos que não tinham como pagar seus estudos no Colégio Nossa

Senhora das Dores. Isso evidencia que esses estudantes não usufruíram das políticas públicas ocorridas entre o período de 1930 - 1950, e; nesse quadro de exclusão se inseriram também os professores da ENOD. Ao longo das transformações ocorridas na educação brasileira logo no início do período de 1950, a Escola Normal Oficial de Diamantina também não acompanhou o processo da efervescência desse desenvolvimento. Nesse período a escola ainda se encontrava submetida à supressão estatal estabelecida pelo Governador Benedito Valadares.

A situação de se encontrar fechada a ENOD no auge da reforma educacional brasileira e estadual; e ainda; considerando que no período de 1950 o índice de analfabetismo foi algo relevante no país, nos leva a refletir sobre o contraste existente nessa realidade. O país se desenvolvendo em todos os seus setores e tendo cidades do interior sem escolas pelo fato de terem sido suprimidas a mando do próprio Estado.

Tais aspectos das reformas educacionais tenderam a demonstrar o quanto essas reformas foram fragmentadas pelo fato de não englobarem por completo não só os estados, mas também o interior do país, como foi o caso da cidade de Diamantina interior do estado de Minas Gerais. Os alunos que ficaram sem estudar na cidade de Diamantina e considerando o momento em que estavam ocorrendo as reformas educacionais, certamente ampliaram as estatísticas da lista de analfabetos do país. Essa situação da questão da educação diamantinense deve ser entendida a partir do fechamento da ENOD e de seus serviços prestados à comunidade diamantinense.

Com essa realidade, compreende-se que a Reforma Francisco Campos em âmbito municipal, contrariou as exigências democráticas quanto “a aquisição de direitos básicos de cidadania, entre eles direitos sociais à semelhança de como os países modernos democráticos e desenvolvidos ostentam para as suas populações” (ROCHA, 2004). Essa política educacional não incorporou totalmente a população no processo educativo pensando na sua qualificação e no caso da política aplicada na reforma de âmbito nacional, em 1931, foi criado o ensino secundário o que desencadeou e consolidou o dualismo na educação.

Uma política educacional democrática “implica propor políticas diferenciadas para situações diferentes de modo que promova maior igualdade no resultado final do processo” (ROCHA, 2004, p. 186). E, essa igualdade final do processo das reformas não contemplou a todas as localidades brasileiras.



### 3. PROFISSIONALIZAÇÃO DE PROFESSORES

Nesse capítulo discute-se o processo de profissionalização de professores. Para compreender esse aspecto, procurou-se fundamentar nos estudos desenvolvidos por pesquisadores que estudam essa temática na área da História da Educação, como Nóvoa (1991), Contreras (2002) e Vieira (2004/2008). No decorrer do capítulo são descritos dados pessoais dos professores Dr Alcides Meira, Gabriel de Amicis Mandacaru e Helena Lopes, que fizeram parte do primeiro corpo de professores da Escola Normal Oficial de Diamantina, entre o período de 1952 a 1954.

#### 3.1 Embasamento teórico

Para fundamentar a temática sobre o processo de profissionalização de professores foram utilizadas as contribuições dos estudos desenvolvidos por Nóvoa (1991) e Vieira (2004). Utilizou-se ainda o estudo de José Contreras (2002), para entender sobre a autonomia do professorado. A compreensão do processo de profissionalização dos professores, Nóvoa<sup>23</sup> (1991) sistematizou uma análise composta de quatro etapas, duas dimensões e um eixo estruturante. Essas etapas elencadas não precisam seguir a ordem conforme apresentada.

Na *primeira etapa* considera-se o “Exercício a tempo inteiro (ou como ocupação principal) da atividade docente” (NÓVOA, 1991, P.17). Corresponde ao tempo que o professor atua na escola, está a tempo inteiro nela, tem essa atuação como um tipo de ocupação e não vê sua atuação sob a perspectiva de uma atividade passageira, mas como um trabalho, é sua vida profissional. A *segunda etapa* trata-se do “estabelecimento de um suporte legal para o exercício da actividade docente”. A lei nesse processo afirma a condição do professorado ser profissional da educação e funciona como controle ou defesa do professor. A *terceira etapa* é denominada por Nóvoa (1991) como “Criações de instituições específicas para a formação de

---

<sup>23</sup> António Nóvoa tem nacionalidade portuguesa, é pesquisador, escritor e professor. Possui uma variedade de publicações com trabalhos científicos destinados à área da educação. As suas publicações têm como particularidade a profissão docente. Nóvoa na atualidade atua como professor na Universidade de Lisboa, Portugal. Disponível em: <<https://www.portoeditora.pt/autor/antonio-novoa>>. Acesso em: 19 de jul de 2019.

professores”. Trata-se da longa e especializada formação profissional no interior das escolas normais, criadas especificamente para a finalidade de formá-los.

Como *quarta etapa*, Nóvoa (1991) apresenta a “Constituição de associações profissionais de professores” e ressalta que a participação dos professores em associações próprias, fomentou tanto o desenvolvimento do espírito da corporificação do professorado, quanto a sua defesa “sócio profissional” e estatutária. O alicerce das quatro etapas que constituem o processo de profissionalização criado por Nóvoa (1991) estão representadas por duas dimensões: a *primeira* apresentada pelo conjunto de conhecimentos que o professor possui. O denomina de “Corpo de conhecimentos e de técnicas”. Para ele, os professores são portadores de variados conhecimentos e técnicas, e são esses os elementos necessários para o professorado desempenhar a sua atuação.

A *segunda* dimensão apresentada por Nóvoa (1991) trata-se do “Conjunto de normas e de valores”. Esses valores são representados pela ética profissional dos professores assim com também pelas normas, as quais foram criadas pelo próprio professorado. Ela tem a função de interagir não só no cotidiano escolar, mas também nas relações internas e externas dos professores com a comunidade.

O Eixo Estruturante que compõe a análise de Nóvoa (1991) caracteriza-se por dois aspectos, um é o prestígio social que os professores possuem na comunidade e o outro se refere à sua situação econômica ser de forma digna. O gozo do prestígio social e a situação econômica segundo Nóvoa (1991) são caracteres considerados essenciais para “o cumprimento da importante missão que está confiada aos professores”. Conclui esse estudioso que a profissão de professor foi fundada e definida pela união dos membros dessa categoria e assim “não se define nos limites internos da sua atividade”. Enquanto Nóvoa (1991) defende a intervenção da lei no processo de profissionalização do professorado ao afirmar que ela funciona como controle quanto defesa dessa categoria, Contreras<sup>24</sup> (2002) se posiciona contrário a essa

---

<sup>24</sup>José Contreras Domingo tem nacionalidade espanhola e é Dr em Ciência da Educação pela Universidade de Málaga. Também é pesquisador e professor, atualmente desempenha essa função como titular no Departamento de Didática e Organização Educacional da Universidade de Barcelona, na Catalunha. Contreras escreveu vários livros com temáticas da área da educação, principalmente sobre a formação de professores e dentre suas obras, salientam: Enseñanza, Curriculum y Profesorado. Introducción Crítica a la Didáctica. Madrid: Ed. Akal. 1990. (2ª ed., 1994), Models d’investigació a l’aula. (en coautoría con Angel Pérez Gómez y Félix Ângulo Rasco). Barcelona: Universitat Oberta de Catalunya, 1996; La Autonomía Profesional del Profesorado. Madrid: Morata, 1997. Disponível em:



ideia. Para Contreras (2002) a lei desempenha a função de controlar e isso limita os princípios democráticos de o professor exercer sua autonomia, como também dele ter direito e liberdade de conduzir sua própria profissionalização. O professorado segundo Contreras (2002) necessita ter tanto espaço quanto independência, e; que esses aspectos se manifestem na profissionalização dessa categoria, assegurando-lhe segurança de seu pertencimento profissional.

Para o autor este aspecto pode ser percebido quando os professores reivindicam condições de trabalho e que envolve elementos essenciais, como remuneração adequada, consideração das horas trabalhadas e reconhecimento de sua formação permanente. Acrescenta que as manifestações realizadas pelos professores “é um pedido de reconhecimento como profissionais, isto é, como dignos de respeito e como especialistas em seu trabalho e, portanto, a rejeição da ingerência de estranhos em suas decisões e atuações. Isso significa ao menos em certo sentido, autonomia profissional” (CONTRERAS, 2002, PG: 54).

O entendimento de Contreras (2002) não está em considerar a inexistência total de autonomia dos professores diante do controle do Estado. Sob a compreensão desse estudioso, categoria do professorado possui autonomia, porém de maneira restrita. Em sua análise esse autor, diz que os professores “são carentes de conhecimento próprio especializado e sem uma organização exclusiva que regule o acesso e o código profissional”. Esse teórico acredita que poderá vir a existir um desenvolvimento que educa os professores a entender sobre a autonomia e a partir da escola virá o processo democrático.

Vieira<sup>25</sup> (2004), por sua vez, converge com as ideias de Nóvoa (1991) no entendimento da intervenção da lei na condução do processo de profissionalização

---

<<https://pt.scribd.com/document/369140237/Jose-Contreras-Domingo-Rastreo-biografico>> Acesso em: 18 de jul de 2019.

<sup>25</sup> Flávio César Freitas Vieira desenvolveu na Universidade Federal de Uberlândia, UFU/MG, sob a orientação do professor Dr. Wenceslau Gonçalves Neto, o estudo de sua dissertação de Mestrado em 2004, intitulada Profissionalização docente e legislação educacional: Uberabinha (1892-1930). Nessa pesquisa Freitas (2004) descreveu sobre as mudanças ocorridas na profissionalização de professores, tendo como base para a fundamentação das mudanças, a legislação educacional da cidade de Uberabinha no Triângulo Mineiro; no período de 1892 a 1930. Esse pesquisador em 2009, sob a orientação do professor Dr. Wenceslau Gonçalves Neto, desenvolveu novo estudo na sua Tese de Doutorado, na UFU, com o título de Profissionalismos do professor – de momentos a trajetórias: profissionalização, profissionalidade e autonomia profissional – Uberabinha (1907 – 1929). Nessa dissertação Vieira (2009) aprofundou seus estudos sobre a profissionalização, profissionalidade e profissionalismo; e; analisou os vários profissionalismos constituídos nos percursos profissionais da educação, especificamente de

do professor. A divergência entre as ideias de Vieira (2004) e Nóvoa (1991) está na maneira de ambos compreenderem a formação a profissionalização do professorado. Os estudos de Nóvoa (1991) apontam para a formação da profissionalização de professores de dentro para fora ao passo que Vieira (2004) compreende a formação do professorado como aspecto externo ao professor.

Essa externalidade de formação de professor foi apresentada por Vieira (2004) no seu estudo de formação do corpo docente da escola rural de Uberabinha no Triângulo Mineiro/MG (1832-1930); a partir da intencionalidade e das aplicações das legislações e de decretos pelo governo municipal na educação local, visando melhorar as condições da profissionalização de seu professorado. O pesquisador utilizou ainda como base de sua análise, as inúmeras legislações e decretos aplicados nos finais do século XIX e inícios do XX.

Vieira (2004) demonstra que os professores de Uberabinha – Triângulo Mineiro – conquistaram a evolução de sua profissionalização devido a intencionalidade política do governo local em legislar e aplicar as leis em prol da educação municipal, tendo como prioridade a profissão docente. O governo municipal de Uberabinha/MG segundo esse pesquisador realizou algumas mudanças visando produzir legislações, que possuíssem número elevado de artigos. Foi pensado não só no quantitativo como também no qualitativo como nas “especificidades, descrições, atribuições de direitos e deveres, proibições, vinculações aos sujeitos envolvidos nos exercícios da prática docente, contribuindo assim para torná-lo profissional da educação, o professor” (VIEIRA, 2004, P.33). Cada nova reforma na educação implica maior número de artigos que instituem “direitos, deveres, proibições e vinculações” (VIEIRA, 200, P. 33), os quais contribuem para a formação do processo de profissionalização dos professores.

O processo de profissionalização, por intermédio de leis em Minas Gerais contribuiu para materializar a identificação da profissão docente e que a regulação da profissão se realiza via leis, decretos e normas. Complementa esse pesquisador que os próprios professores acompanham o desenvolvimento da legislação até sua consolidação. De acordo o pesquisador a profissionalização pode ser entendida como

(...) uma das forças estruturantes constituintes de parte da identidade do professor é caracterizada por ser histórica, por ter fontes tangíveis aos instrumentos de análise científica, preponderantemente externas ao professor, é hierárquica por, ser considerada verificável na relação com as fontes da profissionalidade, demarca as dimensões de reconhecimento público, no tempo destinado ao exercício da profissão, o suporte legal, com os direitos, deveres, proibições e vinculações hierárquicas (...) (VIEIRA, 2009, P. 74).

As alterações legais, representadas pelas leis, são elementos relevantes para a configuração de determinado conceito sobre o que se entende por profissionalização de professores. Salienta Vieira (2009) que a legislação gera mudanças nos elementos argumentativos vigentes e resulta na delimitação do caráter profissional do professorado. Não requer ser uma situação a ser resolvida de maneira passiva como diz o pesquisador, pois "promove certa tensão", por parte do professorado. Complementa esse estudioso que a diminuição da tensão ocorre quando as inovações são atribuídas ao caráter profissional do professorado, intermediada pelo instrumento legal e mais, quando estão entrelaçadas ao caráter socioeconômico e cultural. Esses aspectos são relevantes para que ocorra a execução da transferência legal e diminuição da resistência do professorado.

Tentar querer alterar o caráter profissional de professores sem a aproximação da dimensão socioeconômica e cultural poderá resultar na resistência da categoria como também, a alteração legal a ser registrada, levará um longo período para ser realizada. Como afirma Vieira (2009), a aceitação da novidade legal a princípio pode desenvolver uma sensação de estranhamento por parte do professorado, no sentido de conviver e adaptar com o novo aspecto incluso no seu caráter profissional. Mas com o passar do tempo "e por persistência e estímulo", ocorrerá o equilíbrio, a assimilação e a absorção dos novos princípios pela categoria e os professores continuam seu percurso profissional.

Ressalta Vieira (2004) que a legislação estabelece critérios para o professor exercer a sua profissionalização e os valores referentes à ética dessa categoria estão implícitos nas relações sociais. Argumenta, ainda, que há uma intencionalidade da sociedade onde o professor atua, em construir o seu perfil. A seguir estaremos conhecendo o perfil biográfico de professores que atuaram na ENOD entre 1952 a 1954.

### 3.2 Dados biográficos do professor Dr Alcides Meira

O Professor Dr. Alcides Meira, era natural de Belo Horizonte e nasceu em 20 de julho de 1900, filho do Sr. Domingos de Meira e Senhora Maria Batistina de Meira. Esse professor casou-se com a senhora Maria Rosa Matos e teve os filhos Aarão de Meira, Dr. Ágnus Aécio de Meira, Any Meira e Ângelus Meira.<sup>26</sup>

Dr. Alcides Meira estudou medicina na Universidade de Belo Horizonte e veio atuar como médico em Diamantina. Adaptou-se tão bem que se considerava diamantinense. De acordo com o acervo pertencente à família Meira esse professor formou em medicina em 1935, em Belo Horizonte. O professor Dr. Alcides Meira era conhecido em Diamantina, principalmente por ter atuado como professor de Ciências na ENOD e por exercer a sua especialidade médica.

Era médico de várias instituições diamantinense como nos Correios e Telégrafos, do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE) e do Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência (SAMDU). Exercia sua profissão de médico também no Hospital da saúde, cuidando sempre de seus doentes com atenção, zelo e bondade. Aos mais carentes, o Dr. Alcides Meira não media esforços para atendê-los e medicá-los.

Esse professor gostava dos assuntos referentes ao futebol local, era torcedor do Tijuco e tinha muita amizade com a juventude diamantinense. Como médico Dr. Alcides Meira ajudava aos doentes diamantinenses atendendo-lhes nas suas residências. Esse professor e médico também foi vereador na cidade de Diamantina, e chegou faltar na reunião da Câmara para medicar seus pacientes. Seu falecimento transcorreu em 1965.

### 3.3 Dados biográficos do professor Gabriel de Amicis Mandacaru

O professor Gabriel de Amicis Mandacaru nasceu em 15 de junho de 1904. Era filho da Senhora Joaquina Augusta Fonseca e do professor Antônio Duarte Mandacaru o qual foi Diretor da Antiga Escola Normal de Diamantina.

O professor Gabriel de Amicis Mandacaru foi aluno primário da professora Gabriela Neves e continuou seus estudos na Antiga Escola Normal de Diamantina onde concluiu o Curso Ginásial. Professor Mandacaru era solteiro e teve a

---

<sup>26</sup> Sobre os filhos de Dr. Alcides Meira vale salientar: Dr. Ágnus Aécio de Meira e Ângelus Meira foram professores que atuaram na E. E. Professor Leopoldo Miranda. Aarão de Meira também foi professor e atuou na Escola Polivalente (atual Escola Ayna Torres).

sua vida dedicada ao magistério e era considerado como um dos mais antigos professores do ensino Secundário.

Ele pertencia a uma família composta pelos irmãos <sup>27</sup> Itamar Mandacaru, Sandoval de Campos Mandacaru (casado com a Senhora Zizina Placo Mandacaru), Péricles de Campos Mandacaru (casado com a Senhora Maria de Lourdes Saraiva Mandacaru), Senhora Maria Edênia Mandacaru Guerra, José Temistocles Mandacaru (casado com a Senhora Hildete Lages Mandacaru), senhora Jurema Mandacaru Santos (esposa do professor Sr. José Felício dos Santos), Irmã Catarina, Irmã Teresinha do Divino Infante, Irmã Maria Luiza, Dylar Maria, Yruena Marta e Euler Mandacaru.<sup>28</sup>

Dentre a suas peculiaridades, o professor interagiu de forma proativa e presencial em inaugurações, recepções e outros eventos sociais relevante na cidade de Diamantina e era participativo nos eventos que aconteciam. Uma de suas participações foi no lançamento da Pedra Fundamental do Solar do Mendigo<sup>29</sup> em Diamantina, em 1938, na Vila São Vicente. Esse professor também fazia parte em Associações diamantinenses como na “União Operária Beneficente, Sociedade Beneficente de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e Ypiranga Futebol Clube” (ATA DO COLÉGIO DIAMANTINENSE, 1930, P. 1, VERSO).

Atuando como professor da disciplina de Português desenvolveu habilidades da oratória tornando-o conhecido pelos discursos que realizava. Quando chegavam visitantes ilustres na cidade o discurso para recepcioná-los ficava sob sua responsabilidade. Associado a esse aspecto estava o fato dele desempenhar a função de Secretário da Câmara Municipal de Diamantina, que lhe propiciou as condições para que ele se mantivesse informado, da chegada de pessoas influentes que visitariam a cidade.

Das visitas, vale salientar a ocorrida em 1938 quando veio uma turma de alunas da Escola Normal de Sete Lagoas<sup>30</sup> para visitar a cidade de Diamantina. Para recepcioná-las, o professor Gabriel Mandacaru foi convidado pela Câmara Municipal da

---

<sup>27</sup> Informação encontrada em nota de falecimento. Sobre os nomes dos irmãos do professor Gabriel de Amicis Mandacaru: Ver: Jornal O Voz de Diamantina, 1965, p. 4. Ano: LIX. Acervo: AAPSTA. São apresentados os nomes incompletos.

<sup>28</sup> Informação encontrada em nota de falecimento do professor Gabriel de Amicis Mandacaru. Ver: Jornal A Estrella Polar, 1952, p. 4. Ano: L. Acervo: AEAD.

<sup>29</sup> Dispensário dos Pobres de São Vicente de Paulo. Ver: Jornal A Estrella Polar, 1938. Acervo da AEAD

<sup>30</sup> Visita das alunas da Escola Normal de Sete Lagoas a Diamantina. Ver: Jornal A Estrella Polar, 1938, p. 1. Acervo da AEAD.

cidade para discursar no ato da chegada das ilustres visitantes. O discurso traduzia em si uma forma cortês de se receber o visitante.

Outro momento relevante na vida do professor Mandacaru foi no período de criação do 3º Grupo de Diamantina, em 1951. O discurso do evento foi apresentado por esse professor. Empenhado com as atividades que desenvolvia na ENOD, o professor Mandacaru se preocupava bastante com a situação de necessidade financeira de seus discentes. Isso o motivou a tomar a atitude de ajudá-los. Assim, com seus alunos que não dispunham de condições para estudar, esse professor “destinava parte dos seus vencimentos para a educação de alunos pobres. Muitos receberam dele essa ajuda” (JORNAL VOZ DE DIAMANTINA, 1965, p.4).

Após passar por uma enfermidade, o professor Gabriel de Amicis Mandacaru publicou no Jornal Voz de Diamantina, em 15 de março de 1965 uma nota de agradecimento intitulada “Gratidão” destinada a todas as pessoas que contribuíram para seu restabelecimento de saúde.<sup>31</sup> Passados dois meses dessa publicação o professor faleceu. “O seu sepultamento realizou-se com grande acompanhamento, notando-se a presença de representantes de todos os colégios da cidade e principalmente de seus ex-alunos” (JORNAL VOZ DE DIAMANTINA, 1965, p.4).

**Figura 6- Foto do Professor Gabriel de Amicis Mandacaru**



**FONTE:** Acervo do Colégio Diamantinense. S/D.

---

<sup>31</sup> A nota “Gratidão” publicada pelo professor Gabriel de Amicis Mandacaru foi redigida em 15 de março de 1965 e publicada no Jornal o Voz de Diamantina em 28 de março de 1965. Acervo do AAPSTA.

Na **Figura 6** tem-se a foto de um grupo de professores dos quais foi possível identificar somente o professor Gabriel de Amicis Mandacaru (em destaque com a seta). Mesmo sem identificação pode ser observada na foto a presença de uma professora, como ainda a de um sacerdote, a considerar que esse aspecto é perceptível pela sua veste. Ou seja, a batina que é própria dos eclesiásticos e a sua gola de cor branca, a qual é denominada de *Clérgima*.

### 3.4 Dados biográficos da professora Helena Lopes

A professora Helena Lopes é natural da cidade de Diamantina, Minas Gerais e nasceu em 16 de abril de 1927, filha do Sr. Bernardo Lopes Vieira Leite e da Senhora Carmelina do Carmo Fonseca. Seu pai exerceu em Diamantina a função de Juíz de Paz. Atualmente essa professora tem 92 anos e reside em Belo Horizonte.

De acordo com Couto (2009, p. 129) essa professora desde a sua juventude teve espírito de líder e sempre esteve presente no desenvolvimento de “atividades que resultam no bem estar da coletividade”. É possuidora de um “espírito alegre, prazenteiro, franco, arregimentava eleitores. Muitos candidatos se elegeram com seu apoio, e, em dias de eleição parecia que a parte alta da cidade lhe pertencia” (COUTO, 2009, p. 130).

Professora Helena Lopes é denominada por Havenith (2019, p. 271) como “pessoa chave” no sentido dela ter sido uma pessoa que soube articular dentro da sociedade diamantinense, as melhores maneiras visando encontrar soluções que sanassem as dificuldades encontradas na educação em Diamantina. De acordo com Couto (2009, p.130) ela aborda qualquer assunto como uma jornalista, fala sobre temas interessantes e tem o dom de narrar casos com grande muita facilidade.

Complementa Couto (2009, p. 230) que a professora Helena Lopes fundou em Belo Horizonte a Colônia Diamantina, juntamente com outros seus conterrâneos. O objetivo da criação dessa colônia como ressalta o autor, foi de ter um local onde os diamantinenses pudessem diminuir a saudade de sua terra. Atualmente essa professora está aposentada, e continua ativa em outras atividades, sendo que uma delas consiste em escrever para a coluna do Jornal diamantinense Voz de Diamantina.

Essa atividade de escrever para o jornal já acontece há longo tempo, aproximadamente 50 anos.

Tal qual a Helena Lopes, os professores Dr Alcides Meira e Gabriel de Amicis Mandacaru diferenciaram em suas biografias, mas tiveram um ponto em comum: foram “grandes mestres”<sup>32</sup> na Escola Normal Oficial de Diamantina. Os professores dessa instituição exerceram com grande maestria suas atuações e isso contribuiu, para que esse educandário tivesse a elevação de seu conceito na sociedade diamantinense. Mediante ao que foi identificado pela documentação referente a esse professorado que atuou na ENOD no período investigado, pode ser constatado que essa categoria teve perfil de vida aliada à entrega e dedicação à função que desempenharam para a educação de Diamantina.

---

<sup>32</sup> Essa relevância dos professores da ENOD é ressaltada no Livro Ribeirão do Inferno, da autoria de Dulce Baracho professora de Geografia.



## 4. ATUAÇÃO DE PROFESSOR

Nesse capítulo apresentamos a atuação de professor tendo como referência a atuação da professora Helena Lopes, uma vez que não foi identificado documentos suficientes dos demais professores. No decorrer do capítulo será apresentada a vinculação da Lei (Federal) Orgânica do Ensino Normal nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946 na delimitação do perfil dessa professora.

### 4.1 Tempo integral ou principal na atuação

A professora Helena Lopes teve um perfil profissional exercendo sua atividade em tempo integral sendo a profissão professora como principal. De acordo com a identificação de sua documentação, em nenhum momento foi constatado que exerceu alguma atividade que estivesse desarticulada com a educação.

A partir do período da conclusão do curso de Normalista iniciou sua atuação como professora na cidade de Diamantina, na Escola Municipal da União Operária. De acordo com o acervo familiar sua atuação na Escola Municipal da União Operária foi de relevância, porque alfabetizou uma turma de 60 alunos adultos. Teve como Metodologia um cartaz com a história de Lili que gostava de doce. No final do curso todos os alunos sabiam ler uma vez que, o interesse dos alunos era aprender a ler para terem condições de retirarem o título eleitoral.

Quando assumiu as aulas de Metodologia na ENOD Helena Lopes utilizou as dependências da Escola Normal de Nossa Senhora das Dores para desenvolver suas práticas com as crianças. Pela **Figura 7** constata-se o nome da professora Helena Lopes como integrante do corpo de professores da Escola Normal Oficial de Diamantina. O documento é parte de uma carta enviada à Inspeção, contendo os nomes dos professores que atuaram entre o período de 1952 a 1954. A Escola Normal Oficial de Diamantina não foi o único espaço de atuação da professora Helena Lopes. Uma investigação científica (1952 – 1954) confirmou que sua atuação concentrou-se em mais em administração escolar.

**Figura 7- Relação do corpo docente da ENOD entre 1952 a 1954.**

Relação do Corpo Docente do Colégio Normal Oficial de Diamantina, em 1953.

<u>Curso Ginásial</u>	
Nome do Professor	Disciplina
1) Gabriel de Amicis Mandacaru	Português
2) Clóvis Hugo Filho	Matemática
3) Dulce Alves Baracho	Geografia
4) Maria de Lourdes Moura	Ciências
5) Valmy Lessa Couto	História
6) Júlio José de Deus	Latim
7) Maria da Conceição Reis Costa	Canto
8) Celme Alves Horta	Ed. Física
9) Anita Fignataro Guieiro	Trabalhos
10) Henrique Santo	Francês
11) Sebastião Guabirola	Inglês
12) Maria Stela Mota	Desenho
13) Boanerges Meira	Educação Física
<u>Curso de Formação</u>	
1) Antônio Felício da Silva	Português
2) Maria Yolenita Pereira de Meira	Psicologia
3) Olímpio Fernandes Neto	Sociologia
4) Pe. Serafim Fernandes de Araújo	Metodologia
5) " " " " "	Prática
6) Maria da Conceição Reis Costa	Canto
7) Maria Sylvania Diniz Pereira	Higiene
8) Ruth Spíndola	Matemática
9) Maria Conceição Botelho	Anatomia
10) Helena Lopes	Metodologia
11) Maria Conceição Botelho	Biologia
12) Celme Alves Horta	Educação Física
13) Leandro Gomes da Costa	Física- Química
14) Maria Margarida Santos	Desenho - Artes

Diamantina, 10 de abril de 1969.

\_\_\_\_\_  
Emanuel de Lourdes Gandra, diretor.

Fonte: Carta. Ano: 1969. Acervo Escola Estadual Professor Leopoldo Miranda

De acordo com Baracho (2016) a atuação da professora Helena Lopes como primeira Diretora do Grupo Escolar Júlia Kubitscheck teve aspecto administrativo, direcional e de fiscalização do processo educacional da instituição. Complementa a pesquisadora que essas características serviram de exemplos para os demais grupos escolares não só de Diamantina, mas também da região: “Helena Lopes orientava sobre teorias e procedimentos adotados pelo Estado. Ela era considerada pelos governos estadual e municipal, uma profissional capacitada para transmitir instruções e orientações aos professores municipais e estaduais” (BARACHO, 2016, P.109).

Foi relevante a maneira com que Helena Lopes conduziu sua atuação na Direção do Grupo Escolar Júlia Kubitschek e essa relevância refere-se à organização

das reuniões que eram realizadas na instituição. Segundo Baracho (2016, p.130) “ocorria uma sintonia grande entre as legislações estaduais, as informações e as orientações repassadas em reuniões escolares. Além do caráter de formação profissional, as reuniões tinham um caráter administrativo”. Pela **Figura 8** pode-se ver a imagem do Grupo Júlia Kubistchek criado em 1951 por Juscelino Kubistchek de Oliveira. Sua intenção de construir esse grupo foi de homenagear sua mãe D. Júlia Kubistchek. A arquitetura dessa obra foi desenhada pelo arquiteto Oscar Niemeyer e em 1954 a obra ficou pronta. Essa obra se destaca pelos “elementos modernos de sua arquitetura obra pilotis, grandes aberturas, elementos vazados e panos de vidro ao panorama natural e construído do antigo arraial do Tijuco” (BARACHO, 2017, P.129). Essa instituição se encontra localizada na Rua Jogo da Bola, nº 120, na parte central de Diamantina.

**Figura 8- Foto do Grupo Escolar Júlia Kubistchek. Instituição que teve Helena Lopes como primeira Diretora.**



**Fonte:** Acervo da pesquisadora. Data: 04/02/2020

Uma das características de seu trabalho era a de organizar, reunir e estudar com os professores. Complementa, Baracho (2016, p. 130) que no decorrer das reuniões a Diretora Helena Lopes fazia as leituras das legislações como também as orientações que eram publicadas “no **Minas Gerais**, dava informes sobre os procedimentos pedagógicos, sobre as avaliações, sobre os auditórios e excursões” (GRIFO DO AUTOR).

#### 4.2 Suporte legal para formação

A legislação no processo da educação pode ser entendida como o suporte legal que delinea a formação do professor e que influencia na sua atuação. De acordo com Nóvoa (1991, p. 17) o suporte legal representa na vida do professor o meio de confirmar a esse docente a sua condição de profissional do ensino. Esse entendimento contribui para o delineamento de formação da professora Helena Lopes a partir de sua conclusão do curso normal realizada em 1943. Essa professora se formou Normalista de primeiro grau durante o Estado Novo (1935-1945). “(...) a regulamentação do ensino foi levada a efeito a partir de 1942, com a Reforma Capanema, sob o nome de Leis Orgânicas de Ensino” (ROMANELLI, 2003, P. 1).

Essas Leis Orgânicas estruturaram o ensino industrial, reformularam o ensino comercial, implantaram mudanças no ensino secundário o dividindo em ciclos; sendo o ginásial, o clássico e o científico ou normal. A lei que organizou o ensino normal nesse período foi a Lei Orgânica nº 8.530 de 2 de janeiro de 1946, a qual ficou em vigência até o período dos anos 60 organizando o ensino normal brasileiro. Servindo de suporte para delinear a formação de Helena Lopes como professora de primeiro grau, foi a Lei nº 8.530 de 2 de janeiro de 1946 que, em suas finalidades e de acordo com seu artigo 1º “O ensino normal, ramo de ensino do segundo grau, tem as suas finalidades: 1. Prover à formação do pessoal docente necessário às escolas primárias” (BRASIL, 1946).

E, foi sob esse provimento legal que esteve estabelecida a Escola Normal de Nossa Senhora das Dores “Portaria MEC nº 90 de 25/02/1947”<sup>33</sup> com o ensino normal e em consonância com a Legislação de nº 8.530/1946. De encontro com o Capítulo II, Artigo 2º dessa legislação, a Escola Normal de Nossa Senhora das Dores ofertou um ensino normal de segundo ciclo, “com o curso de formação de professores primários, em três anos” (BRASIL, 1946). Essa foi a duração do curso de formação de professoras dessa instituição<sup>34</sup> em Diamantina. Pelos dados legais como foi confirmado há pouco, o que mostra que essa escola foi uma instituição específica de se formar professoras e foi nela que Helena Lopes em 4 de dezembro de 1943 concluiu seu curso de Normalista de primeiro grau. Após concluir o curso de Normalista Helena Lopes deu seguimento à qualificação de sua profissionalização estudando no Instituto de Educação

<sup>33</sup> Informação conforme Certificado de Conclusão de Ciclo, Série, Grau de Ensino ou Curso do Colégio Nossa Senhora das Dores.

<sup>34</sup> Ver Diploma de Normalista de Primeiro grau de Helena Lopes inserido nesse mesmo tópico.

de Belo Horizonte e formou-se Orientadora e Administradora Escolar nesse instituto, em 15 de dezembro de 1950.<sup>35</sup> Nesse período de acordo com a Lei Orgânica nº 8.530/1946 esse instituto esteve relacionado entre os tipos de estabelecimentos de ensino normal. Conforme o Capítulo III dessa legislação em seu § 3º estabelece que “Instituto de educação será o estabelecimento que além dos cursos próprios da escola normal, ministre ensino de especialização do magistério e de habilitação para administradores escolares do grau primário” (BRASIL, 1946).

Os dados legais do Instituto de Educação de Minas Gerais possibilitaram à professora Helena Lopes a especializar seu curso de magistério com habilitação para administrar as escolas de grau primário. Isto oportunizou essa professora dela direcionar várias instituições de Diamantina como o Grupo Júlia Kubistchek (1952), a Escola Normal Oficial de Diamantina (1957) e a FEVALE (1975).<sup>36</sup>

Dois aspectos chamam a atenção nos diplomas<sup>37</sup> expedidos nesse período, primeiro que só tinha espaço para preenchimento do nome do pai e em segundo, que inexistia especificação sobre a legislação vigente. Somente há a afirmação de que está de acordo com a Legislação em vigor, mas nada consta sobre ela. Esse aspecto pode ser explicado através da Lei nº 8.530 de 2 de janeiro de 1946 em seu Capítulo VIII, dos Certificados e Diplomas no qual estabelece no Parágrafo Único, “Dos certificados e diplomas de ensino normal constarão sempre indicações claras sobre a natureza do curso, sua duração, disciplinas componentes e notas obtidas” (BRASIL, 1946). Assim também pode ser observado no diploma do Instituto da Educação.

A professora Helena Lopes residindo em Belo Horizonte fez o Curso Superior e em 12 de abril de 1971, tornou-se licenciada em Pedagogia pela Faculdade de Letras de Belo Horizonte. Essa licenciatura foi reconhecida pelo Decreto nº 67.596 de 18 de novembro de 1970 e se encontra publicada originalmente no Diário Oficial da União de 20/11/1970, página nº 9889, coluna I.<sup>38</sup> Na Indexação desse Decreto lê-se “Reconhecimento, Estabelecimento de Ensino, Curso Superior, Letras, Pedagogia,

---

<sup>35</sup> Ver diploma do Instituto da professora Helena Lopes inserido nesse tópico.

<sup>36</sup> Helena Lopes Diretora da FEVALE em 16 de agosto de 1975. Dado coletado de documento arquivado no acervo da UEMG/Diamantina, onde ela solicita o acerto de mensalidade dos alunos dessa instituição e consta sua assinatura.

<sup>37</sup> Ver Diplomas da Escola Normal Oficial de Nossa das Dores e do Instituto de Educação.

<sup>38</sup> Informações retiradas do site <<http://legis.senado.leg.br/norma/490235>>. Acesso em: 04 de nov. de 2019.

Matemática, História, Município, Belo Horizonte (MG), Estado de Minas Gerais (MG)” (BRASIL, 1970).<sup>39</sup>

#### 4.3 Dados legais da formação

A professora Helena Lopes formou-se Normalista de primeiro grau em 1943 na Escola de Nossa Senhora das Dores em Diamantina, Minas Gerais. A instituição teve como bases legais Decreto Estadual nº 1845/1905 de 15/09/1905; Portaria MEC nº 90 de 25/02/1947; Resolução nº 358/74 de 05/02/1974; Resolução nº 499 de 12/03/74; Resolução nº 1129/74 – Portaria nº 415 de 23/12/78; Portaria nº 180 de 14/05/81 – Portaria nº 151/84; Portaria nº 1023/85 – Portaria nº 153/2001 de 08/03/2001.<sup>40</sup>

Ao analisar o Diploma de conclusão do Curso de Normalista de primeiro grau (1943) da professora Helena Lopes percebeu-se que inexistia qualquer referência a respeito da formação. Como também foi identificado esse aspecto no Diploma do Instituto da Educação de Minas do período de 1950, o que se lê nesses Diplomas é “(...) de acordo com a legislação em vigor.” No verso do diploma também nada consta, razão pela qual não foi incluída como foto.

Considerando o período da formação da professora Helena Lopes 1943 e 1950 foram períodos em que a legislação vigente para a educação foi representada pela Lei Federal da Lei Orgânica do Ensino Normal, nº 8.530/1946. Diante desse contexto afirma-se que os dados legais de formação da professora Helena Lopes estiveram fundamentados pelo estabelecimento da Lei Orgânica de 2 de janeiro de 1946.

A qualificação da professora Helena Lopes como Orientadora e Administradora Escolar foi concluída em 1950, 7 anos depois de ela ter se formado normalista. Esse espaço de tempo pode ser compreendido mediante ao regulamento e controle da Lei Orgânica nº 8.530/1946. De acordo com o Capítulo III, Artig. 22, os critérios para os alunos serem admitidos nos cursos, não bastava ter formação, “os candidatos à matrícula em cursos de administradores escolares, ou funções auxiliares de

---

<sup>39</sup> Ver: <<http://legis.senado.leg.br/norma/490235>> sobre o reconhecimento do Curso Superior de Belo Horizonte, Minas Gerais.

<sup>40</sup> Informações de acordo com o Certificado expedido pelo Colégio Nossa Senhora das Dores em 13/07/2015 pela Superintendência Regional de Ensino de Diamantina, SRE.

administração, deverão apresentar igual diploma, e prova do exercício do magistério por três anos, no mínimo” (BRASIL, 1946).

#### 4.4 Dados sobre a formação de professor

De acordo com Neves (2015, p. 16) o termo formação pode ter sentido de “concepção, desenvolvimento, constituição, gênese, instauração, o ato de criar, ação de ensinar algo a alguém ou conjunto de conhecimentos obtidos”. Diante disto, pode-se entender que a formação de professor está associada a todo o arcabouço de conhecimentos recebidos que ele recebeu durante a sua fase escolar. Por *fase escolar* considera-se desde os primeiros anos escolares, pois a conclusão de cada nível escolar corresponde à acumulação de conhecimentos os quais foram “alternados entre os aspectos teóricos e práticos” (NEVES, P. 16) e sob essa alternância vai se moldando a formação do professor. Foi sob essa compreensão que foi delineada a formação da professora Helena Lopes.

Helena Lopes iniciou seus estudos primários no Grupo Escolar Mata Machado e ao concluí-los, deu sequência aos estudos na Escola Normal de Nossa Senhora das Dores, onde se manteve de 1939 a 1943. Constatou-se pelos estudos desenvolvidos por Martins, Martins (1993, p.17) sobre essa escola que até 1942 estudavam-se as disciplinas de Catecismo e história Sagrada, Português e Francês, Matemática Elementar Geometria e Cosmografia, História Geral e do Brasil e Instrução Moral e Cívica, Desenho Linear e Figurado, Música, Caligrafia, Costura e Bordados, Física, Química, História Natural, Higiene, Economia Doméstica, Metodologia e Pedagogia. Diante dessa constatação pode-se afirmar que a professora Helena Lopes cursou essas disciplinas na Escola Normal de Nossa Senhora das Dores.

A **Figura 9** representa o diploma da Escola Normal de Nossa Senhora das Dores de Diamantina confirma a formação da professora Helena Lopes, como Normalista do primeiro grau e assinado na cidade de Diamantina em 4 de dezembro de 1943.

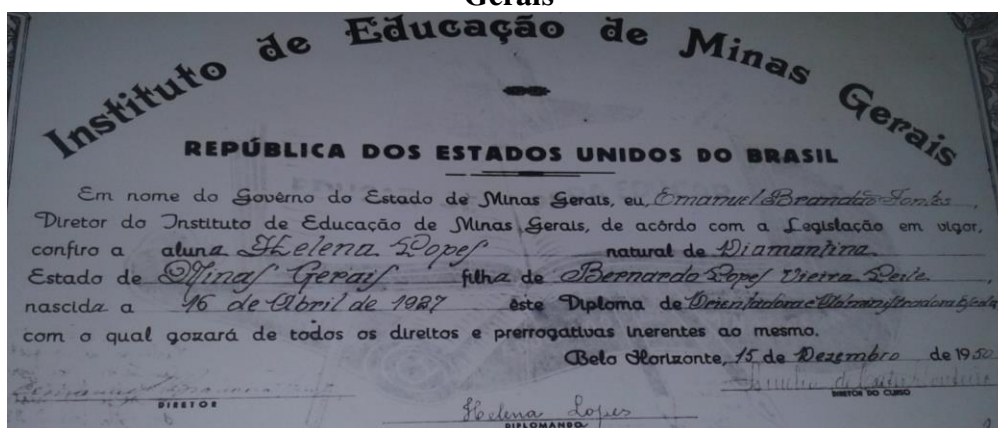
**Figura 9- Foto do Diploma da Professora Helena Lopes – Escola Normal de Nossa Senhora das Dores de Diamantina**



FONTE: Acervo da UEMG/ Diamantina

Formou-se Orientadora e Administradora Escolar pelo Instituto de Estudos de Minas Gerais, de Belo Horizonte; o qual foi concluído em 15 de dezembro de 1950, como se confirma pela **Figura 10**.

**Figura 10- Diploma da Professora Helena Lopes – Instituto de Educação de Minas Gerais**



FONTE: Acervo da UEMG/Diamantina

Uma citação no Diploma diz “com o qual gozará de todos os direitos e prerrogativas inerentes ao mesmo”. Ela fez jus desse gozo e, isso pode ser percebido em toda a sua profissionalização, “haja vista seu admirável currículo” (COUTO, 2009, P. 130). Ao concluir o curso no Instituto de Educação de Minas Gerais, em Belo



Horizonte, retornou para Diamantina em 1951 assumindo a Direção do 3º Grupo Escolar de Diamantina, Grupo Escolar Júlia Kubistchek e as aulas de Metodologia na Escola Normal Oficial de Diamantina.<sup>41</sup>

#### 4.5 Instituição com formação específica

A Escola Normal de Nossa Senhora das Dores (denominação do estabelecimento como consta no Diploma de Helena Lopes) foi o educandário onde a Professora Helena Lopes cursou o Normal e se formou “Normalista de primeiro grau” (COUTO, 2009, P. 129). Essa escola foi um educandário existente na cidade de Diamantina, Minas Gerais e que “entre 1867 e 1940 educou mulheres de todo o Norte/Nordeste mineiro e da Bahia, (...) reconstituindo ainda que parcialmente a teia de relações entre si e as educadoras” (MARTINS, MARTINS, 1993, P.12). De acordo com esses pesquisadores o colégio foi fundado no período de 1866 e seu funcionamento ocorreu em 1867, e consistiu-se de ser um “um projeto educacional [o] qual [foi] resultante da ação do bispado de Diamantina” (SANTOS, 2015, P.71).

A respeito da especialidade dessa escola e de sua clientela Loredo (2017, p. 10) ressalta que “O educandário recebia alunas internas e externas e cuidava de meninas órfãs. As moças do Nossa Senhora das Dores eram preparadas para serem boas mães, esposas e educadoras” (LOREDO, 2017, P. 10). Assim a vida dentro do colégio seguia uma determinada rotina e era cumprida pelas alunas do internato. Diz Martins, Martins (1993, p. 17) que essa rotina era igual para todas as alunas principalmente no cumprimento de horários. Conforme os pesquisadores havia dois períodos de aula sendo turno matutino e vespertino, e, ainda, o horário de estudo.

Esse colégio era direcionado por religiosas católicas e que eram distinguidas pelos grandes chapéus que usavam, os quais eram denominados de trombetas. Na **Figura 11** tem-se a imagem do prédio onde funcionou essa escola e o destaque está no passadiço que une os dois casarios, que serviu de travessia para as alunas, para não terem contato com a rua ao atravessá-la. Nesse prédio atualmente está instalado o Centro de Geologia *Eschwege*, propriedade pertencente ao Instituto de

---

<sup>41</sup> A professora Helena se formou Pedagoga em 1971.

Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. O prédio é conhecido na atualidade como Casa da Glória. O educandário se localizava na Rua da Glória – atual Casa da Glória – sob o sistema de internato, o “que fazia a fama do tradicional Colégio” (MARTINS, MARTINS, 1993, P. 14).

**Figura 11 – Foto do Colégio Nossa Senhora das Dores**



**FONTE:** Acervo da pesquisadora. Data: 04/02/2020

Martins, Martins (1993, p. 17) afirmam que no período de 1942 – 1 ano antes da formatura de Helena Lopes – havia aproximadamente 240 alunas internas e externas e as alunas estudavam as seguintes disciplinas:

Catecismo e história Sagrada, Português e Francês, Matemática Elementar Geometria e Cosmografia, História Geral e do Brasil e Instrução Moral e Cívica, Desenho Linear e Figurado, Música, Caligrafia, Costura e Bordados, Física, Química, História Natural, Higiene, Economia Doméstica, Metodologia e Pedagogia (MARTINS, MARTINS, 1993, P. 17).

Para Martins, Martins (1993, p. 16) tanto as aulas, quanto os horários de estudos estabelecidos ocorriam sob um clima de “bastante seriedade e silêncio, mesmo porque as exigências de aproveitamento eram grandes”. Complementam esses pesquisadores que no Colégio Nossa Senhora das Dores haviam os exames escolares realizados numa banca por professores não só pertencentes à instituição. Segundo os autores, frequentemente professores de outras escolas de Diamantina participavam das bancas dos exames escolares do educandário Nossa Senhora das Dores. Eram bancas examinadoras as quais aconteciam numa das dependências do colégio, no palco.

Ainda sob esse aspecto, estava a transição de cursos que segundo Alkimim *et tal* (s/d, Martins, Martins, 1993, p. 16) era realizada da seguinte forma:

“para passar do ginásio (2 anos de adaptação) para o Normal (3anos), havia uma espécie de vestibular, muito rigoroso, que reprovava frequentemente”. Conforme dizem os estudiosos a reprovação era considerado como um drama para as alunas e o sentimento era o mesmo, para aquelas que ficavam em segunda época.

De acordo com Loredó (2017, p. 92) muitas das alunas normalistas que estudaram no Colégio Nossa Senhora das Dores assim que concluíam o curso passavam a atuar como professoras nesse educandário. Tal afirmativa dessa pesquisadora faz sentido, a considerar a situação da professora Helena Lopes, que foi aluna e depois de formada Normalista de primeiro grau no período de 1943, passou a fazer parte do corpo docente da instituição. Para vivenciar essa realidade o concorrente à cadeira de professor precisava atender a algumas exigências.

Neste aspecto Loredó (2017, p. 17) confirma que nos inícios do século XX para assumir a docência no Colégio Nossa Senhora das Dores era exigido do concorrente “a caligrafia, o domínio das quatro operações, noções de história, geografia”. Sob essa perspectiva o Colégio Nossa Senhora das Dores foi um educandário com um conjunto de práticas institucionalizadas, que “além do ensino regular, é preciso atentar para o valor educativo da própria rotina de funcionamento do colégio” (MARTINS, MARTINS, 1993, P. 17). Segundo esses pesquisadores as alunas desenvolviam tarefas as quais as mantinham em contato com demais pessoas da comunidade diamantinense. Essas tarefas eram diversificadas compreendidas desde a

(...) fabricação de doces, bebidas e conservas, cultivo e conservação da horta da escola, fabricação doméstica de sabão e de diversos tipos de massas e pães, produção artesanal de utensílios domésticos, e especialmente, todo o trabalho envolvido na produção de fios de seda e de panos de algodão, sem se falar do cultivo de alimentos, como as hortaliças (MARTINS, MARTINS, 1993, P. 17).

Pode-se inferir a partir da maneira que as freiras conduziram o processo educativo e o funcionamento do Colégio Nossa Senhora das Dores, diante das regras e de pouca abertura de liberdade, foram elementos que de certa maneira contribuíram para a formação das alunas. Ou seja, foi um projeto educacional católico, no qual configurou a constituição do processo de formação de professoras. Todos os aspectos referenciados tiveram o objetivo que “como formação estabelece um sentido de concepção, desenvolvimento, constituição, gênese, instauração, o ato de criar, ação

de ensinar algo a alguém ou o conjunto de conhecimentos obtidos” (NEVES, 2015, P. 16).

Ainda sob a corroboração de entendimento de Neves (2015) quanto ao conceito de formação docente, pode-se compreender que o Colégio Nossa Senhora das Dores, intermediado pelas freiras foi instalado “um percurso de formação próprio ao ensino [com] o intuito [de] possibilitar uma orientação para a profissão docente” (NEVES, 2015, P.16), para as alunas que estudaram naquele educandário. O que leva a concluir que o Colégio Nossa Senhora das Dores teve a sua especificidade de se formar professoras para atuarem não só em Diamantina como em outras regiões de seu entorno e do país.

#### 4.6 Associação ou coletivo que reconheça a identidade profissional

A professora Helena Lopes teve relevância para a sociedade diamantinense e até mesmo em assuntos não ligados à educação. Ela fez parte dos movimentos de pró-construção do Hospital Infantil em Diamantina e em 1953 foi formada a Comissão encarregada para tal. Esse hospital de crianças seria edificado em Diamantina em terrenos da Santa Casa. Conforme o Jornal Voz de Diamantina (1953), a reunião foi presidida pelo Dr. João Antunes de Oliveira que no período era Chefe do Posto de Saúde da cidade.

Complementa o Jornal Voz de Diamantina (1953) que “a reunião [foi] previamente convocada entre os elementos mais representativos das diversas esferas sociais da cidade”. Dentre os segmentos sociais convocados estiveram os professores da Escola Normal Oficial de Diamantina. Foi formada uma Comissão representada pelo Presidente, 2º, 3º e 4º Vice-Presidentes, 1º Secretário, 1º Tesoureiro, Conselheiros e Membros. Nessa Comissão – dentre outras representações – o professor e Dr Alcides Meira e sua esposa foram nomeados para Conselheiros. Os professores Dr Antônio Felício da Silva e esposa, Helena Lopes, D. Yolenita Pereira Meira e Dr Valmir Lessa Couto ficaram como Membros da Comissão.

Outro aspecto que demonstra o reconhecimento da professora Helena Lopes foi demonstrado nos estudos de Baracho (2016) que salientou sua importância

para a educação diamantinense foi pelo fato dela reunir com demais professoras, auxiliares e diretoras de outras instituições escolares, com o objetivo de “discutirem as novas orientações da Secretaria da Educação”. Afirma a pesquisadora que essas reuniões eram realizadas no espaço do Grupo Escolar Júlia Kubistchek.

Posteriormente, à sua atuação na sociedade diamantinense como professora, Helena Lopes continua recebendo condecorações realizadas pela sociedade diamantinense, em gratidão pelas contribuições prestadas à educação dessa cidade. Dessas condecorações destacam-se “Destaque Educacional – Troféu Peixe Vivo, Mérito Educacional – Secretaria do Estado de Educação, Medalha do Sesquicentenário de Diamantina, Medalha JK Destaque Vale do Jequitinhonha” (COUTO, 2009, p. 136).

Pode ser constatado que essa professora ao estar atuando na ENOD manteve contato interno e externo com a comunidade. No interior da escola ela manteve contato direto com o alunado, enquanto que com a sociedade onde atuou, ou seja, em sua atuação externa, foi reconhecida pelo coletivo diamantinense.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período de dois anos dedicados a essa investigação possibilitou estudar e conhecer aspectos relacionados à Escola Normal Oficial de Diamantina, a qual foi o espaço destinado a formar professores das primeiras séries. A presente investigação teve por foco a formação e atuação de professores que atuaram na Escola Normal Oficial de Diamantina, os quais lecionaram para o Curso de formação de professores dessa instituição entre o período de 1951 a 1954. Ao realizar esse estudo foi possível aprofundar o conhecimento sobre a EEPLM, reconhecendo-a como uma instituição educativa, que tem vínculo com a Rede Estadual de Minas Gerais, se encontra sob a responsabilidade da Superintendência Regional de Ensino de Diamantina.

No primeiro Capítulo foi abordado sobre o funcionamento da Escola Normal Oficial de Diamantina. A escola funcionou com o objetivo de formar as futuras professoras e teve sua estadualização oficializada em 12 de outubro de 1928, pelo Decreto nº 8.820, tornando-se a Escola Normal Oficial de Diamantina. A investigação desenvolvida confirma que a falta de documentação sobre a ENRAL impossibilita a realização de um estudo referente ao funcionamento dessa instituição.

O período de 1951 demarcou o início do processo contínuo das atividades escolares na ENOD, consolidando seu funcionamento e a continuidade adveio das reformas ocorridas na educação brasileira. O funcionamento processual da Escola Normal Oficial de Diamantina desde a sua abertura, a inseriu aos princípios educacionais republicanos, que legalmente denominada de Escola Estadual Professor Leopoldo de Miranda permanece até nossos dias.

O segundo marco, foi 1954, por representar o 4º ano de reabertura desse educandário e a época de conclusão da primeira turma de professorandas do Curso de Formação. Formaram 5 professoras e a formatura foi considerada, como uma nova fase para a cidade de Diamantina. A formatura das alunas na ENOD consolidou a confirmação do espaço escolar tanto para a sociedade diamantinense, quanto para as regiões de seu entorno.

A Escola Normal Oficial de Diamantina após sua abertura em 1951 organizou seu ensino em consonância com a Reforma Capanema, também conhecida

como Lei Orgânica do Ensino, decretada entre 1942 a 1946 e homologada até as décadas de 1960. Essa Lei Orgânica até os finais do Estado Novo e no percurso do Governo Provisório embasou a direção e organização dos níveis do ensino normal brasileiro. O ensino nesse período esteve sob a tutela estatal, Gustavo Capanema foi o responsável de conduzir os rumos do ensino do país.

Assim entre 1951 e 1954, teve como suporte legal a Lei Orgânica do Ensino Normal nº 8.530 de 2 de janeiro de 1946. Em consonância com essa legislação a escola foi um tipo de estabelecimento de segundo ciclo (por ofertar o Curso de Formação de professores) destinado a dar o curso de segundo ciclo de ensino e o ciclo Ginásial do ensino secundário. Pela Lei nº 8.530/46 foi possível saber que ENOD funcionou com dois ciclos sendo o 1º ciclo Ginásial, composto pela 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries e o 2º ciclo formado Curso de Formação de professores de três anos, era o 1º, 2º e 3º Anos de Formação.

O ciclo Ginásial, por ser de curta duração, serviu de canal para concluintes assumirem a atuação da sala de aula e suprirem a falta de professores seja na cidade ou em regiões rurais. Ao passo que o curso de formação de professores era de três anos, porém, para cursá-lo o aluno tinha de ter passado pelo 1º ciclo do Ginásial. Esse era o regulamento da Lei Orgânica do Ensino Normal para o aluno que quisesse se inscrever no Curso de Formação (segundo ciclo), precisava ter o certificado de conclusão de primeiro ciclo ou certificado.

Pela análise realizada pode ser verificado que a Lei Orgânica nº 8.530/1946 manteve o controle sobre o ensino no sentido de dificultar o ingresso de alunos, na escola de segundo ciclo para cursarem o Curso de Formação de professores. Isso porque como foi estabelecida pela legislação a conclusão do curso assegurava o direito do aluno a ingressar na faculdade de filosofia. Esse processo requeria muito tempo de estudo e, no caso de Diamantina, o projeto de criação da faculdade de filosofia, só se tornou realidade nos inícios dos anos 60 e de caráter privado.

Diante do exposto, conforme a lei em vigência somente as Escolas Normais e os Institutos podiam ministrar o Curso de Formação de professores. A ENOD cumpriu esse regulamento. Foi um estabelecimento destinado a ofertar o curso de segundo ciclo de ensino e ciclo ginásial do ensino secundário. Em consonância com a legislação orgânica vigente o curso de formação de professores, esteve ligado à modalidade de ensino do curso Ginásial.



A ENOD fez algumas substituições na Grade Curricular estabelecida pela Lei Orgânica e essas alterações das disciplinas realizadas pela Escola Normal Oficial de Diamantina estiveram de acordo com legislação vigente que permitia a cada Estado sugerir outras disciplinas, no sentido de atender as especificidades regionais.

O Segundo Capítulo, consistiu-se do estudo realizado sobre a profissionalização de professores e foi possível compreender como ela se processa na trajetória do professor. De encontro com o estudo proposto por Nóvoa (1991) a lei afirma a condição de o professor ser profissional da educação e funciona como controle ou defesa dessa categoria.

Foi observado no estudo que a funcionalidade da lei na profissionalização de professores tende a restringir a autonomia dessa categoria profissional. É considerável que o professor precisa de espaço e independência para exercer sua profissionalização, e, ambos os aspectos asseguram seu pertencimento profissional como também a sua autonomia. No decorrer do capítulo pode ser compreendido de que essa maneira de refletir sobre a funcionalidade da legislação tem sentido, porém o próprio professorado não tem condições de conduzir as tramitações legais de sua profissionalização. Ou seja, uma vez que o processo legal da profissão de professor for articulado pelo próprio professorado, pode acarretar atropelos nessa condução.

A legislação na vida profissional do professor é algo necessário, entretanto, nem sempre ela é estabelecida pensando na categoria. Tem uma intencionalidade distorcida, pois os legisladores desconhecem a realidade do professor. O problema é que as alterações são realizadas sem consultar o professorado que está à frente da educação no dia a dia.

A lei tem a capacidade de regular e organizar as especificidades surgidas no decorrer da trajetória dos professores e uma vez o professor responsável por essa organicidade, não seria capaz de conduzir todos os trâmites que a legislação realiza. As alterações realizadas na profissão do professor uma vez que foram imputadas pela legislação independe da exigência de outros responsáveis para inseri-las legalmente à categoria.

No capítulo três foi evidenciada a atuação de professor com a trajetória da professora Helena Lopes que atuou como professora em tempo integral e seu empenho nas atividades escolares foi o elemento norteador de sua

profissionalização. Ao se especializar no Instituto de Estudos de Minas Gerais, em Belo Horizonte como Orientadora e Administradora Escolar, mudou significativamente sua profissionalização, também teve como suporte legal a Lei Orgânica 8.530/1946.

Ela concluiu sua qualificação como Orientadora e Administradora Escolar em 1950, 7 anos depois de ter se formado normalista. Justamente sob o regulamento e controle da Lei Orgânica nº 8.530/1946, em seu Capítulo III, Artig. 22, que determinava que não bastava ter somente formação, para os alunos se matricularem em cursos de administradores escolares, ou funções auxiliares de administração, deveriam apresentar o Diploma de conclusão do segundo ciclo, e prova de exercício do magistério, por três anos, no mínimo.

A atuação da professora Helena Lopes iniciou-se na Escola Municipal da União Operária de Diamantina onde lecionou na alfabetização para adultos. O interesse dos alunos era aprender ler para terem condições de retirarem o título eleitoral, e a técnica utilizada por essa professora foi a de alfabetizar esses alunos com a história de Lili que gostava de doce. Essa professora lecionou a disciplina de Metodologia na ENOD utilizou as dependências da Escola Normal de Nossa Senhora das Dores para desenvolver suas práticas com as crianças.

Os aspectos de sua atuação como Diretora Técnica do Grupo Júlia Kubistchek onde teve aspectos administrativo, direcional e de fiscalização do processo educacional da instituição. Constatou-se que a Diretora Helena Lopes no Grupo Júlia Kubistchek dava orientação sobre teorias e procedimentos adotados pelo Estado tanto para professores municipais quanto estaduais. A atuação da professora na instituição serviu de exemplo para os demais grupos escolares não só de Diamantina, mas também da região.

A Escola Normal de Nossa Senhora das Dores pela Portaria MEC nº 90 de 25/02/1947 foi estabelecida com o ensino normal e em consonância com a Legislação de nº 8.530/1946. A instituição ofertou um ensino normal de segundo ciclo, com o curso de formação de professores primários, em três anos. A qualificação da profissionalização da professora Helena Lopes teve seguimento no Instituto de Educação de Belo Horizonte onde se formou Orientadora e Administradora Escolar, em 15 de dezembro de 1950. Pela legislação vigente o Instituto de educação foi considerado como o estabelecimento, que além de ministrar os cursos próprios da escola normal,

podia ministrar também o ensino de especialização do magistério e de habilitar administradores escolares do grau primário.

A professora Helena Lopes iniciou seus estudos primários no Grupo Escolar Mata Machado, deu sequência aos estudos na Escola Normal de Nossa Senhora das Dores, onde se manteve de 1939 até o período de 1943. Formou-se Orientadora e Administradora Escolar pelo Instituto de Educação de Minas Gerais, de Belo Horizonte o concluindo em 15 de dezembro de 1950. Formou-se Pedagoga em 1971.

Realizadas essas apreciações, pode-se dizer que os resultados obtidos nos processos educativos em relação às formações iniciais dos professores da ENOD e as suas respectivas atuações profissionais de 1952 – 1954 foi que os professores tiveram como licença oficial para estarem atuando, o suporte legal da Reforma Capanema. Esse suporte legal também foi conhecido por Lei Orgânica do Ensino Normal nº 8.530 de 2 de janeiro de 1946, a qual controlou os processos educativos do período investigado (1952-1954). A Reforma Capanema teve seus Decretos homologados até os anos 60 pelo próprio Capanema.

A homologação dos decretos até os anos 60 significou que a Lei Orgânica ficou vigente até esse período e que a profissionalização de professores continuou sem políticas públicas que mudassem seu processo. A homologação da Lei Orgânica 8.530/1946 até os anos 60 de certa maneira foi uma forma de manter o ensino conforme estava, no mesmo ritmo, ou seja, controlada.

Diante desse aspecto foi confirmado que após a reabertura da ENOD as condições de trabalho dos professores, suas dificuldades foram enormes pela falta de um suporte legal menos controlador do ensino. Foi possível constatar que controlar o ensino correspondeu controlar a profissionalização do professor, pois ele é o representante imediato a lidar com a educação.

Pode ser constatado que a atuação dos professores entre 1952 a 1954 na ENOD transcorreu de maneira corajosa, com a expectativa de desenvolver um bom trabalho, com o progresso do desempenho de seus alunos. Esta afirmativa se confirma a partir da atuação da professora Helena Lopes que, por falta de espaço na ENOD, realizava sua prática na Escola Normal de Nossa Senhora das Dores. Como também, o professor Gabriel Mandacaru que dedicou em ajudar seus alunos carentes na intenção de poder vê-los continuando a estudar.

Na Lei Orgânica nº 8.530 de 2 de janeiro de 1946 pode ser verificado os seguintes controles no ensino que travaram a profissionalização de professores: no Capítulo III, Artig. 22, que determinava que não bastava ter somente formação, para os alunos se matricularem em cursos de administradores escolares, ou funções auxiliares de administração, deveriam apresentar o Diploma de conclusão do segundo ciclo, e provar exercício do magistério, por três anos, no mínimo. Diante da regulação a Professora Helena Lopes fez sua qualificação no Instituto 7 anos após ter concluído o curso de Normalista de primeiro grau.

Outro controle observado na Lei Orgânica do Ensino Normal esteve na burocracia existente para o aluno que pretendia ser professor. Era necessário estudar numa escola normal de segundo ciclo, ou seja, onde tinha o Curso de formação de professores, porém a exigência consistiu-se do aluno cursar o ginásial primeiro e depois se matricular no Curso de Formação de professores. Resultou que o Ginásial, por ser de curta duração, serviu de canal para alunos concluintes assumirem a atuação da sala de aula, e suprirem a falta de professores seja na cidade ou em regiões rurais. Esse controle do ensino atingiu diretamente na formação e no aperfeiçoamento de professores.

Foi comprovado que a abertura da Escola Normal Oficial de Diamantina representou para essa comunidade uma oportunidade de estudo significativa para as populações do nordeste mineiro. Pela falta que essa instituição estava fazendo e também por não ter um Instituto de Educação nessa cidade a reabertura da ENOD representou o advento do profissional como solução para os métodos obsoletos de mineração.

Entre o período de 1952 a 1954 foram identificados 31 professores atuantes no Curso de Formação na Escola Normal Oficial de Diamantina. Foram eles: Alcides Meira, Álvaro Hugo Gonçalves, Anita Pignataro Guieiro, Antônio Felício da Cunha, Boanerges Meira, Celme Alves Rocha, Clóvis Hugo Filho, Dulce Alves Baracho, Gabriel de Amicis Mandacaru, Geraldo Miranda, Helena Lopes, José Leite Vidigal, Júlio José de Deus, Leandro Gomes da Costa, Luís Almeida, Maria Conceição Botelho, Maria da Conceição Reis Costa, Maria das Dores M. Silva, Maria do Carmo Pereira, Maria Leys F. Ferreira, Maria Margarida Santos, Maria Stela M. Moura, Maria Sylvia (Diniz) Pereira, Maria Yolenita (de Miranda) Pereira, Olímpio Fernandes Neto, Pe. Serafim Fernandes de Araújo, Rodolfo Lautner Júnior, Ruth Spíndola, Sebastião Guabiroba, Valmir Lessa Couto e Vera Lúcia Felício da Silva.

O controle observado na Lei nº 8.530 de 2 de janeiro de 1946 interferiu na profissionalização desses professores e a realidade constatada foi a seguinte: os professores que possuíam o curso superior não puderam fazer nenhum aperfeiçoamento na área da educação, pois, o curso que tinham não lhes dava o direito para tal. O aperfeiçoamento era cabível a quem era formado especificamente no Magistério e assim estabelecido, os professores que possuíam o Curso Ginásial por não terem cursado especificamente na escola normal o Curso de formação de professores, não lhes era permitido realizar o aperfeiçoamento do Magistério. E os professores que tinham o Curso de formação de professores precisavam provar o exercício do Magistério pelo menos três anos, para poderem realizar o aperfeiçoamento de professor.

O presente estudo insere-se na área da História da Educação de Diamantina e está em aberto para novas interpretações e compreensões. A relevância da pesquisa reside no fato de que contribui para o enriquecimento sobre o conhecimento das instituições escolares diamantinense. Propõe-se que outras pesquisas sobre outras instituições de ensino sejam realizadas, pois, isso de certa maneira estará contribuindo para conhecer que tipo de entrelaçamento existe entre as instituições escolares de Diamantina e como também, fomenta a recuperação de documentos.

Foi possível analisar como a instituição escolar nos oportuniza a compreender sobre o significado de formação e atuação de professores. A ENOD, assim como qualquer outra instituição escolar, possui uma dimensão de aspectos a serem ainda desvelados pela pesquisa. Enfim, a pesquisa estimula o conhecimento científico e, neste sentido, a natureza do Mestrado em Educação é elementar para se pesquisar as instituições escolares, uma vez que pouco se conhece sobre elas. Ainda são escassas as pesquisas na área da História da Educação diamantinense para atingirem tal conhecimento referente às instituições escolares.



## 6. REFERENCIAS

### 6.1 Fontes Documentais

CARTA DE ATESTADO DO PROFESSOR VALMIR LESSA COUTO. Acervo da UEMG. Diamantina. 01 de març de 1968.

CONGREGAÇÃO. Ata da Congregação da Escola Normal Oficial de Diamantina. Diamantina, MG, 24 abr. 1952, p. 3.

\_\_\_\_\_. Ata da Congregação da Escola Normal Oficial de Diamantina. Diamantina, MG, 06 maio. 1952, p.3.

CÓPIA DE CARTA. Escola Normal Oficial de Diamantina, 1953. Acervo da Escola Estadual Professor Leopoldo Miranda.

FICHA INDIVIDUAL DO PROFESSOR VALMIR LESSA COUTO. Acervo da Escola Professor Leopoldo Miranda. Ano: 1952, 1953, 1954.

FICHA INDIVIDUAL DO PROFESSOR RODOLFO LAUTNER JUNIOR. Acervo da Escola Estadual Professor Leopoldo Miranda. Ano: 1952, 1953, 1954.

JORNAL A VOZ DE DIAMANTINA. **Dr. Antônio Felício da Silva**. Diamantina. Ano LI, nº 5, p. 2, 03 de maio de 1953. Acervo da Biblioteca Antônio Torres.

\_\_\_\_\_. **Suprimida a Escola Normal de Diamantina**. Diamantina: Ano II, nº 48, 22 jan. 1938, p. 2. Acervo da Biblioteca Antônio Torres.

\_\_\_\_\_. Diamantina. **Juscelino e a Presidência**. Diamantina: Ano LI, nº 45, p. 1, 07 de fev. de 1954. Acervo da Biblioteca Antônio Torres.

JORNAL A ESTRELLA POLAR. **Colégio Agrícola São Francisco Curso de Admissão e Ginásial**. Diamantina: Ano XXVI, nº 8, p. 4, 16 de jan de 1938. Acervo do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina.

\_\_\_\_\_. **Escola Normal Curso de Admissão**. Diamantina: Ano XXXV, p. 2, 09 de Jan. de 1938, p. 2. Acervo do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina.

\_\_\_\_\_. **Gymnasio Diamantinense – Curso primário**. Diamantina: Ano XXXVI, nº 8, p. 4. Data: 20 de fev. de 1938. Acervo do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina.

\_\_\_\_\_. **Senhor João Lopes, Professor da Escola Normal**. Diamantina: Ano L, nº20, p. 3, 19 de jun. de 1938. Acervo do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina.

\_\_\_\_\_. **Dr. Alcides de Meira. Anúncio de Consultório**. Diamantina: Ano XLIX, nº 1, p. 1, 01 de jan. de 1951. Acervo do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina.

\_\_\_\_\_. **Construção de prédios escolares.** Diamantina: Ano XLIX, nº 48, p. 1, 09 de dez. de 1951. Acervo do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina.

\_\_\_\_\_. **A Escola Normal Oficial.** Diamantina. Ano L, nº 48, p. 1, 04 de maio de 1952. Acervo do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina

\_\_\_\_\_. **Nomeações.** Diamantina. Ano L, nº 20, p. 1, 18 de maio de 1952. Acervo do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina

\_\_\_\_\_. **Relatório de uma excursão geográfica realizada pela 4ª série da Escola Normal Oficial de Diamantina no período de 23 a 32 de julho de 1952.** Diamantina: Ano L, nº 20, p. 2, 14 de set. de 1952. Acervo do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina.

\_\_\_\_\_. **Melhoramentos.** Diamantina: Ano L, nº 47, p.2, 23 de nov. de 1952. Acervo do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Diamantina.

JORNAL VOZ DE DIAMANTINA. **Gazetilha.** Diamantina: Ano XLIV, nº 4, p. 2, 20 de abr. de 1952. Acervo do Pão de Santo Antônio.

\_\_\_\_\_. **Biblioteca Gabriel Mandacaru.** Diamantina. Ano LX, nº 21, p. 2, 13 de mar. de 1966. Acervo do Pão de Santo Antônio.

\_\_\_\_\_. **Diamantina terá em breve moderno hospital de crianças.** Diamantina: Ano LI, nº 15, p.2, 2 de jul de 1953. Acervo do Pão de Santo Antônio.

\_\_\_\_\_. **Visão Literária.** Diamantina. Ano LX nº 19, p. 4, 27 de fev. de 1966. Acervo do Pão de Santo Antônio.

\_\_\_\_\_. **Entregue à cidade a Agência do Banco do Brasil S/A.** Diamantina: Ano LI, nº 26, p. 1, 27 de set de 1953. Acervo do Pão de Santo Antônio.

\_\_\_\_\_. **Barraquinhas.** Diamantina: Ano LI, nº 27, p.4, de out de 1953. Acervo do Pão de Santo Antônio.

JORNAL A VOZ DE DIAMANTINA. **Já está elaborada a planta do futuro edifício da Escola Normal Oficial de Diamantina.** Diamantina: Ano II, nº 69, p. 1, 01 de mar. de 1929. Acervo da Escola Estadual Professor Leopoldo Miranda.

JORNAL ELOS. **Restabelecimento da Escola.** Diamantina: Ano 1, nº: 0, p.1, nov. de 1977. Acervo da Escola Estadual Professor Leopoldo Miranda.

LISTAGEM DE RELAÇÃO DO CORPO DE PROFESSORES DA ENOD. Período: 1952, 1953, 1954. Acervo Escola Estadual Professor Leopoldo Miranda.

LIVRO DE REGISTRO DE PONTO DOS PROFESSORES DA ENOD. Acervo da Escola Estadual Professor Leopoldo Miranda, 1952, 1953, 1954.



LIVRO DE REGISTRO DE MATRÍCULAS DOS ALUNOS DA ENOD. Acervo da Escola Estadual Professor Leopoldo Miranda, 1952, 1953, 1954.

LIVRO DE REGISTRO DE PONTO DOS PROFESSORES DA ESCOLA MATA MACHADO. nº 24. Período: de 01/08/1950 a 21/07/1951. Acervo da Escola Estadual Professor Mata Machado.

LIVRO DE REGISTRO DE PONTO DOS PROFESSORES DA ESCOLA MATA MACHADO. nº 25. Período: de 23/07/1951 a 18/07/1952. Acervo da Escola Estadual Professor Mata Machado.

## 6.2 Bibliografia

A Creação da escola normal oficial de Diamantina. DIAMANTINA. Diamantina, MG, Anno II, n. 65, 04 jan. 1929, p.1.

ABREU, Claudia Bergerhoff Leite de; EITERER, Carmem Lucia. **A ênfase metodológica na formação de professores no PABAE. LINHAS**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 93-108, jan.-jun. 2008.

ALMEIDA, Renan Eufrasio Assis de. **Grupo Escolar de Diamantina. Implantação e recreação do novo modelo de educação na “Athenas do Norte”**. (Dissertação Mestrado). Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, MG, 2017. Disponível em: <[http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/bitstream/1/1755/1/renan\\_eufrasio\\_assis\\_almeida.pdf](http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/bitstream/1/1755/1/renan_eufrasio_assis_almeida.pdf)> Acesso em 15 de out de 2018.

ALMEIDA, Virgilio Pereira. **Nossa Gente Genealogia**. Disponível em: <<https://www.nggenealogia.com.br/tree/individual.php?pid=I74>>. Acesso em: 11 out. 2018.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação**. São Paulo: Educ., 2000.

ALMG. LEI nº. 840, de 26 de dezembro de 1951. Belo Horizonte. 2013. Disponível em: <[http://hera.almg.gov.br/cgi-bin/nph-ttp://www.almgbrs?d=NJMG&u=gov.br/njmg/chama\\_pesquisa.asp&SECT7=LINKON&p=1&r=1&l=1&f=G&s1=lei+840+1951.nor](http://hera.almg.gov.br/cgi-bin/nph-ttp://www.almgbrs?d=NJMG&u=gov.br/njmg/chama_pesquisa.asp&SECT7=LINKON&p=1&r=1&l=1&f=G&s1=lei+840+1951.nor)> . Acesso em: 22 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei 4.941 12 de setembro de 1968. Disponível em: <[http://hera.almg.gov.br/cgi-bin/nph-brs?d=NJMG&u=http://www.almg.gov.br/njmg/chama\\_pesquisa.asp&SECT7=LINKON&p=1&r=1&l=1&f=G&s1=lei+4941+1968.norm.](http://hera.almg.gov.br/cgi-bin/nph-brs?d=NJMG&u=http://www.almg.gov.br/njmg/chama_pesquisa.asp&SECT7=LINKON&p=1&r=1&l=1&f=G&s1=lei+4941+1968.norm.)>. Acesso em: 19 jan. 2013.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação e Pedagogia: Geral e Brasil*. 3º ed. São Paulo: Moderna Ltda, 2012. 384p.

ARAUJO, José Carlos Souza. A Gênese da Escola Normal de Uberlândia, MG: o contexto estadual e a independência cultural em 1926. In: ARAUJO, José Carlos Souza, FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno; LOPES; Antônio de Pádua Carvalho. (Org.). **As escolas normais no Brasil do Império a República**. Campinas: Editora Alínea, 2008, p. 321-340.

\_\_\_\_\_. FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno; LOPES; Antônio de Pádua Carvalho (Org.). **As escolas normais no Brasil do Império a República**. Campinas: Editora Alínea, 2008, 370p.

AZEVEDO, José Affonso Mendonça de. **Índice – Ementário da Legislação Mineira (1889-1933)**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1935.

AZEVEDO, Fernando. A transmissão da cultura. Parte 3. 5ª ed. da Obra: A Cultura brasileira. São Paulo: Melhoramentos, Brasília: INL, 1976, p. 49-50.

BARACHO, Cláudia Elizabeth. **Grupo Escolar Professora Júlia Kubitschek: modernização na arquitetura e nas concepções educacionais em Diamantina, 1951-1961**. (Mestrado em Educação). Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Diamantina, MG, 2017.

BARROS, José Costa D'Assunção. **Jacques Le Goff Considerações para sobre contribuição para teoria da História, Cadernos de história**. Belo Horizonte, v.14, n. 21, 2013. Disponível em:

<<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/5074/5637>>. Acesso em 06 de jun. de 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional** - Decreto Lei n.16.244 de 08/05/ 1974DECRETO nº 16.244, 06 maio. 1974.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 23 de jun. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 34.638 de 17 de Novembro de 1953**. Edição Federal. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-34638-17-novembro-1953-329109-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 07 de jul de 2018.

\_\_\_\_\_. **Legislação (1857), lei de 15 de Outubro de 1827**. Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-38389-15-outubro-1827-566674-publicacaooriginal-90212-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38389-15-outubro-1827-566674-publicacaooriginal-90212-pl.html)> Acesso em: 15 de ag de 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 34.638 de 17 de Novembro de 1953**. Edição Federal. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-34638-17-novembro-1953-329109-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 07 de jul de 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto Lei nº 8.530 de 02 de janeiro de 1946.** Lei Orgânica do ensino Normal. Edição Federal. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 30 de jul de 2018.

\_\_\_\_\_. BRASIL. **Decreto nº 67.596 de 18 de novembro de 1970.** Lei de reconhecimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belo Horizonte MG. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/norma/490235>>. Acesso em: 4 de nov. de 2019.

BORGES, K. F. C. **A Fábrica de Tecidos do Biribiri: Empresa e Fé no interior de uma vila operária em Diamantina-MG.** Anais do XI Congresso Brasileiro de História Econômica, Espírito Santo: 2015. Disponível em: <[http://www.abphe.org.br/arquivos/2015\\_katia\\_franciele\\_correa\\_borges\\_a-fabrica-de-tecidos-do-biribiri-empresa-e-fe-no-interior-de-uma-vila-operaria-em-diamantina\\_mg.pdf](http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_katia_franciele_correa_borges_a-fabrica-de-tecidos-do-biribiri-empresa-e-fe-no-interior-de-uma-vila-operaria-em-diamantina_mg.pdf)> acesso em 14 de jul de 2018.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história.** Tradução J. Guinburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspective, 2005.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura – a sociedade em rede.** 7º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 79.

CAVALHEIRO, Hermengarda de Carvalho. **A Organização dos Professores Públicos e a Realidade Brasileira: Uma Perspectiva Histórica e Sindical.** Dissertação de Mestrado, PUCRS, Porto Alegre, 1989.

CHAMON, M. **Trajetórias de feminização do magistério e a (com) formação das identidades profissionais.** VI Seminário da Regulação Educacional e Trabalho Professor (REDESTRADO), Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2016. Disponível: <[http://www.fae.ufmg.br/estrado/cd\\_viseminario/trabalhos/eixo\\_tematico\\_1/trajetoria\\_d\\_e\\_feminizacao.pdf](http://www.fae.ufmg.br/estrado/cd_viseminario/trabalhos/eixo_tematico_1/trajetoria_d_e_feminizacao.pdf)> Acesso em 15 jul. 2018.

CONCEIÇÃO, Wander José; FERNANDES, Antônio Carlos. La Mezza Notte. **O lugar Social do Músico Diamantinense e as origens da Vesperata.** UFVJM: Diamantina 2007.

CONTRERAS, José. **A autonomia de professores.** São Paulo. Cortez; 2002.

COUTO, Lomelino Andrade. **Vultos e Fatos de Diamantina.** Belo Horizonte. Armazém de ideias, 2009.

CPDOC/FGV. **E ele voltou... O segundo governo Vargas. A educação no segundo governo Vargas.** <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/Educao>> Acesso em: 13 de maio de 2019.

CUNHA, Maria Isabel. **Profissionalização professor: contradição e perspectivas. In: Desmistificando a profissionalização do magistério.** VEIGA, Ilma Passos Alencastro. CUNHA, Maria Isabel da. (Orgs.) Campinas: SP Papirus 1999, p. 132-133.

DIAS, Marcia Hilsdorf. Escola Normal de São Paulo do Império: entre a metáfora das luzes e a história republicana, entre o Nós e o Outro. In: ARAUJO, José Carlos Souza, FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno; LOPES; Antônio de Pádua Carvalho (Org.). **As escolas normais no Brasil do Império a República.** Campinas: Editora Alínea, 2008, p. 75-90.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República.** Passo Fundo: UPF, 2000a.

\_\_\_\_\_. Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 19-34, mai-ago. 2000b.

\_\_\_\_\_. Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. **História da Educação no Brasil: A constituição histórica do campo e sua configuração atual.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n45/16520.pdf>> Acesso em: 21 de mai. de 2019.

FERNANDES, Rogério. Apresentação. In: MAGALHÃES, Justino, **Tecendo nexos: História das Instituições Educativas.** São Paulo: EDUSF, 2004, p. 9-14.  
FERNÁNDEZ, M. La escuela a examen. Madri, Eudema, 1990, p. 161.

FERREIRA, Rita de Cássia Oliveira. **A Escola Normal da Capital: Instalação e Organização (1906-1916).** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

FILHO, Geraldo Francisco. **A Educação Brasileira no Contexto Histórico.** Campinas: Editora Alínea, 2001, 201 p.

FISCHER, Beatriz Daudt. A professora primária nos impressos pedagógicos (1950-1970). In: FURTADO, Alessandra Cristina. **A expansão das Escolas Normais de Ribeirão Preto/SP e as oportunidades abertas de ingresso no Magistério Primário (1928 – 1946).** In: IX Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores, UNESP, 2007.

GINZBURG, Carlo. **A Micro-História e outros ensaios.** Lisboa: Difel, 1989, 245 p.

\_\_\_\_\_. **O queijo e os vermes.** São Paulo: Cia. Das Letras, 1986, 272 p.

SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio. Epistemologia da pesquisa em Educação. Campinas, São Paulo, 1998.

GOMES, Ângela Castro. **O redescobrimto do Brasil. In: A invenção do trabalho.** 3º ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005, pp. 191-205.

GOODWIN Júnior, James Willian. **Cidades de papel: imprensa, progresso e tradição: Diamantina e Juiz de Fora (1884-1914).** Belo Horizonte, Fino Traço, 2015.

HAVENITH, Sashanicol Rocha. **Fundação Universidade do Vale do Jequitinhonha: O primeiro projeto de Universidade na cidade educacional Diamantina MG (1965 – 1974).** 318 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, 2019.

IBGE, **Recenseamento Geral do Brasil. População e Habitação.** Série Nacional, Vol. II, 1950. Rio de Janeiro.

INEP, **História da Educação Brasileira.** 1989. Brasília.  
<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001628.pdf>>

LAGE, Ana Cristina Pereira. **Conexões vicentinas: particularidades políticas e religiosas da educação confessional em Mariana e Lisboa oitocentistas.** 2010. 246 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica** 5. Ed. - São Paulo. Atlas 2003.

LAVILLE, C., DIONNE, J. O nascimento do saber científico. In: **A Construção do saber.** Manual de Metodologia da Pesquisa e ciências humanas. Porto Alegre. Editora Artes Médicas Sul Ltda, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (Dir.). **A História nova.** Trad. Eduardo Brandão. – 5ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. **Sobre a Micro-História.** In: BURKER, Peter (Org.) A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, pp. 133-161.

LOPES; Antônio de Pádua Carvalho (Org.). **As escolas normais no Brasil do Império a República.** Campinas: Editora Alínea, 2008, p. 91-106.

LOREDO, Meirele Aiane Almeida. **O colégio Nossa Senhora das Dores e o projeto educacional das Filhas da Caridade em Diamantina 1905-1925.** Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Diamantina, 2017. Disponível em:  
<[http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/bitstream/1/1574/1/meirelle\\_aiane\\_almeida\\_loredo.pdf](http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/bitstream/1/1574/1/meirelle_aiane_almeida_loredo.pdf)> Acesso em: 21 de março de 2018.

LUCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências.** Editora Positivo. 2009. Paraná. Disponível em:

<[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2190198/mod\\_resource/content/1/dimensoes\\_livro.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2190198/mod_resource/content/1/dimensoes_livro.pdf)> Acesso em: 12 de set de 2018.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. **Dias e Noites em Diamantina: Folclore e Turismo**. Belo Horizonte: Ed. Gráfica Maciel, 1972.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. Tecendo Nexos: **História das Instituições Educativas**. Bragança Paulista, SP: Editora São Francisco, 2004.

MARTINS, Júnia Maria Lopes; MARTINS, Marcos Lobato. **O Colégio Nossa Senhora das Dores de Diamantina e a educação feminina no norte/nordeste mineiro (1860-1940)**. Edu. Rev., Belo Horizonte, n. 17, 1993, p. 11-19. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/n17/n17a03.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2018.

MARTINS, Marcos Lobato. **Memorialistas e ensino da História local na Diamantina do século XX**. Revista Cultura, história e patrimônio, vol. 01, n. 01. Universidade Federal de Alfenas, Alfenas: 2012. Disponível em: <[file:///D:/bkp%2025-09-2015/Downloads/9-33-1-PB%20\(2\).pdf](file:///D:/bkp%2025-09-2015/Downloads/9-33-1-PB%20(2).pdf)> Acesso em 01 ag 2018.

MARTINS, Ângela Maria de Souza. **Os anos dourados e a formação do professor primário no Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1945-1960)**. Revista TEIAS, v. 1, p. 5, 2000, UERJ. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/23825>> Acesso em: 23 de jun. de 2019.

MARTINS, Ivan Barbosa. A Magia nas reduções no Brasil. PUC, São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/dad4/c77550285e4b1aa3a6c7da21353d42262177.pdf>> Acesso em: 23 de jun. de 2019.

MELO, Sandra Maria Barros Alves. **Percurso histórico da formação de professores para a Escola Primária no Maranhão: Império e República Velha**. In: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil, 2012.

MELO, Cristiana Silva, MACHADO, Maria Cristina Gomes. **José Ricardo Pires de Almeida e a instrução primária no Império Brasileiro (1822-1889): um estudo sobre a obra História da Instrução Pública no Brasil (1889)**. Universidade Federal de Maringá - UMG, 2010-2012. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/>> Acesso em 16 de jun de 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: <[http://www.faed.udesc.br/arquivos/id\\_submenu/1428/minayo\\_\\_2001.pdf](http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf)>. Acesso em 25 de out. de 2019.

MIRANDA, Maria Wanita Mourão de. **Frivolité**, [s/d], p. 12.

MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo do Império**. Belo Horizonte: Edição do Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1959.

NEVES, Cláudia Costa; REZENDE, Sonaly. **Aspectos sócio-demográficos do município de Diamantina na transição da atividade mineradora para as atividades turística e educacional.** CEDEPLAR, 2006. Disponível em: [http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario\\_diamantina/2006/D06A090.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A090.pdf). Acesso em: 13 de ag de 2018.

NEVES, Leonardo dos Santos. **Sentido novo da vida rural: a formação de professoras na Escola Normal Regional de D. Joaquim Silvério de Souza.** Minas Gerais, UFMG, 2015. Tese (Doutorado em Educação).

NETTO BORGES, Mario, SANTOS, Maria dos. **Organização do ensino Brasileiro (1942 – 1961): Um olhar sobre as Leis Orgânicas do Ensino e o Currículo.** IX Encontro Interno e XIII Seminário de Iniciação Científica. UFU. Uberlândia MG. 2017. Disponível em: <https://ssl4799.websiteseuro.com/swge5/seg/cd2009/PDF/IC2009-0151.pdf> Acesso em: 13 de maio de 2018.

NÓVOA; António. (Org) **Profissão Professor.** Porto Code, Portugal: Porto Editora, 1991.

NÓVOA, António. **Formação de Professores e Profissão Professor.** Disponível em: <http://core.ac.uk/download/pdf/12424596.pdf> >. Acesso em: 21 mai 2015.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República.** São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990. 208 p.

OTRANTO, Celia Regina, PAMPLONA Ronaldo Mendes. **Educação profissional do Brasil Império à Reforma Capanema:** dicotomia na educação e na sociedade brasileira. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/873.pdf> > Acesso: 13 ago. 2018.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática.** 2. ed. Campinas: Papiros, 1997.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta Peixoto. **Triste retrato: a educação mineira no Estado Novo.** In: Lições de Minas: 70 anos da Secretaria da Educação. Belo Horizonte: Formato Editorial, 2000, pp. 85--103.

PEREIRA, Célio Hugo Alves. **Efemérides – do Arraial do Tejuco a Diamantina.** Belo Horizonte: Edições C.L.A., 2007.

PRATES, Maria Helena de Oliveira. **A Escola de Aperfeiçoamento: Teoria e Prática na formação de professores.** In: Lições de Minas: 70 anos da Secretaria da Educação. Belo Horizonte: Formato Editorial, 2000, pp. 67-83.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. **Matrizes da modernidade republicana: cultura política e pensamento educacional no Brasil.** DF Editora Plano. Brasília, 2004.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Ed. Petrópolis: Vozes, s/d.  
<[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_leis\\_organicas\\_de\\_ensino\\_de\\_1942\\_e\\_1946.htm#\\_ftnref1](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_leis_organicas_de_ensino_de_1942_e_1946.htm#_ftnref1)> Acesso em: 03 de out de 2018.

\_\_\_\_\_. **Leis Orgânicas do Ensino de 1942 e 1946 (As) ou/ Reforma Capanema**. Disponível em:  
<[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1045060/mod\\_resource/content/1/5.Leis\\_Org%C3%A2nicas\\_do\\_Ensino.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1045060/mod_resource/content/1/5.Leis_Org%C3%A2nicas_do_Ensino.pdf)> Acesso em: 03 de out de 2018.

SANTOS, Dayse Lúcida Silva. **Cidades de vidro: a fotografia de Chichico Alkmim e o registro da tradição e da mudança em Diamantina, 1900 – 1940**. 2015. 327 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

SANTOS, Maria Edna, RODRIGUES, Cibele de Souza, JESUS, Amanda Suzanne Santos de. Instituições Formadoras de Professores Primários: As Primeiras Escolas Normais do Brasil. **VI Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade**. 2012. Disponível em: <[http://educonse.com.br/2012/eixo\\_04/PDF/28.pdf](http://educonse.com.br/2012/eixo_04/PDF/28.pdf)> Acesso em 12 de ago. de 2018.

SAVINI, Demerval. **História das Ideias Pedagógicas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

\_\_\_\_\_. Dermeval. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 40 jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf>>. Acesso em: 05 ag 2018.

\_\_\_\_\_. Dermeval. As concepções Pedagógicas na História da Educação Brasileira. Histedbr. **Navegando na História da Educação Brasileira**. Disponível em: <[www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos\\_pdf/Dermeval\\_Saviani\\_artigo.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Dermeval_Saviani_artigo.pdf)> Acesso em 14 de jun de 2015.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Col. Contemporânea. Campinas São Paulo. 2008. Disponível em:  
<[https://gepelufs1.files.wordpress.com/2011/05/pedagogia\\_historico\\_critica.pdf](https://gepelufs1.files.wordpress.com/2011/05/pedagogia_historico_critica.pdf)>  
Acesso em 14 de maio de 2018.

SOARES, Layane Campos; VIEIRA, Flávio César Freitas. **Histórias de instituições educativas, Diamantina/MG: supressão e reabertura da Escola Normal Oficial de Diamantina (1938-1951)**. Disponível em:  
<<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07>> Acesso em: 12 de set de 2018.



SOUSA, Gabriela Marques e VIEIRA, Flávio César. Acervo da Escola Estadual Professor Leopoldo Miranda, Diamantina, MG: Fontes para a história da educação. 2013. **Anais do CBHE 2013**. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/03->> Acesso em: 05 de abr de 2018.

\_\_\_\_\_. Gabriela Marques. **A formação professor em Minas Gerais: Escola Normal Oficial de Uberaba, 1948 a 1959**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia, MG, 2017.

\_\_\_\_\_. As políticas de formação de professores em Minas Gerais, 1928 a 1938: o percurso da Escola Normal Oficial de Diamantina. In: **Seminário de Mostra de Pesquisa em Ciência e Tecnologia**. Belo Horizonte: Ibmec, 2017.

SOUZA, João Valdir Alves de. **Igreja, educação e práticas culturais: a mediação religiosa no processo de produção e reprodução sociocultural no médio Jequitinhonha mineiro**. São Paulo; PUC/SP, 2000. (Tese Doutorado em Educação)

TANURI, L. M. **Contribuição para o estudo da Escola Normal no Brasil. Pesquisa e planejamento**. São Paulo, v.13, dez.1970, p. 7-98; VILLELA, H. O. S. A primeira Escola Normal do Brasil. In: Clarice Nunes. (Org.). O passado sempre presente. São Paulo: Cortez, 1992, v., p. 17-42.

\_\_\_\_\_. Formação de professores. Universidade Estadual de São Paulo. Revista Brasileira de Educação, mai/jun/jul, 2000, nº 14.

THOMÉ, Luan Manoel. **O exercício da profissão professor no Grupo Escolar de Diamantina 1907 – 1909**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, MG, 2017. Disponível em: <[http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/bitstream/1/1649/1/luan\\_manoel\\_thome.pdf](http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/bitstream/1/1649/1/luan_manoel_thome.pdf)> Acesso em: 18 de out de 2018.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: historia oral**. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, 385 p.

URZEVEDO, Maria da Felicidade. A História da Formação Professor em Quirinópolis, Goiás: a Escola Normal Regional Municipal Coronel Quirino (1954-1961). **Cadernos de História da Educação** – n. 6 – jan./dez. 2007, pp. 161-177.

VEIGA, Cynthia Greive. **Escola Nova: a invenção de tempos, espaços e sujeitos**. In: Lições de Minas: 70 anos da Secretaria da Educação. Belo Horizonte: Formato Editorial, 2000, pp. 49-65.

\_\_\_\_\_. A Expansão da Educação Escolar na organização da Federação Brasileira: Escolas Normais em Minas Gerais na primeira República. **Potesis Pedagógica**. Catalão – GO. V12. n. 2 ,p. 209-330, 2014.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro, ARAÚJO, José Carlos Souza. **Reflexões sobre um Projeto Ético Para os Profissionais a Caminhos da Profissionalização do Magistério**. Campinas - S.P: papiros, p. 153-176, 1998.

VIEIRA, Flávio César Freitas. Profissionalização professor e legislação educacional Uberabinha (1892-1930). (**Mestrado em Educação**) – Universidade Federal de Uberlândia, MG, 2004.

\_\_\_\_\_. **Profissionalismos do professor de momentos a trajetórias: profissionalização, profissionalidade e autonomia profissional- Uberabinha (1907-1929)**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia: 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13607>> acesso em 02 de maio 2017.

VIEIRA, F. C. F., OLIVEIRA, M. M. de. GONÇALVES NETO, W. **Instrução no município de Diamantina: entre o brilho dos diamantes e as luzes da educação**. Histedbr, Unicamp, Campinas: 2012. Disponível em <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada10/\\_files/9P9CNz1u.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada10/_files/9P9CNz1u.pdf)> acesso em 02 de maio 2017.

VILELLA, Heloísa de Oliveira Santos. **A primeira Escola Normal do Brasil**. In: ARAUJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno; LOPES; Antônio de Pádua Carvalho (Org). *As escolas normais no Brasil do Império a República*. Campinas: Editora Alínea, 2008, pp 29-46.

\_\_\_\_\_. Heloísa de Oliveira Santos. *A primeira Escola Normal do Brasil: uma contribuição à história da formação de professores*. Dissertação (**Mestrado em Educação**) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

\_\_\_\_\_. *A Primeira Escola Normal*. In: FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno; LOPES; Antônio de Pádua Carvalho (Org.). **As escolas normais no Brasil do Império a República**. Campinas: Editora Alínea, 2008, p. 29-33.

XAVIER, Maria do Carmo. *A educação no debate do desenvolvimento: as décadas de 1950 e 1960*. In: GIL, Natália; ZICA, Matheus da Cruz; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Orgs.).

**Moderno, Modernidade e modernização: a educação nos projetos de Brasil - séculos XIX e XX**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 205-229.